

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ETNICIDADE E TRABALHO ALEMÃO:
outros usos e outros produtos do labor humano**

Méri Frotscher

Florianópolis – SC
Abril de 1998

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ETNICIDADE E TRABALHO ALEMÃO:
outros usos e outros produtos do labor humano**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Professora Dra. Maria Bernardete Ramos Flores.

Méri Frotscher

Florianópolis – SC
Abril de 1998

AGRADECIMENTOS

Alguns dizem que o trabalho intelectual é um esforço solitário e definhador. Felizmente não o é. Não fosse a generosidade e o espírito de cooperação de muitas pessoas queridas, muito do que aqui se apresenta não teria sido construído. Aliado ao desejo de me dedicar exclusivamente à História, devo dizer que essa vontade foi reforçada a cada dia graças à garra e sede de aprendizagem dos meus colegas do Mestrado. Jamais esquecerei de vocês.

A muitos devo grande parte do que aprendi. Agradeço aqui:

À minha orientadora, prof. Dra. Maria Bernardete Ramos Flores, primeiramente pela disposição em me orientar. Também por ter-me deixado trilhar livremente pelos caminhos que fui descobrindo ao longo da pesquisa.

À professora Eunice Sueli Nodari, pelo grande incentivo que me deu a ingressar no curso de Mestrado, assim como ao professor João Klug, que desde a graduação tem-me incentivado a “mergulhar” na prática historiográfica, sempre se mostrando pronto a ajudar.

Aos professores do Mestrado, Joana Maria Pedro, Élio Serpa, Valberto Dirksen, Arthur Isaia, Dante Gallian, pelo muito que aprendi.

Aos meus colegas do grupo de estudo, daquelas tardes de quarta-feira, Reinaldo, Patrícia, João, Rosa e Léa, pela alegria com que me receberam, por terem partilhado minhas angústias, e que sempre souberam muito bem o que significa “dar sem querer receber”.

A todos os meus colegas de turma, que sempre mostraram maturidade e a necessidade da união.

À Elza e Adelaide, não só por terem lido textos meus, mas principalmente pelo grande incentivo que sempre me deram. Agradeço de coração.

À Léa e mais uma vez à Adelaide, pela força e amizade. Também à Karen, Sirley, Maria de Lourdes, Elza, Lauci, João, Eloah, pessoas com quem mais contato tive, com muito carinho.

Aos que sempre me acolheram carinhosamente em suas casas, nas vezes que precisei lá “acampar”, Elza, Cathy, Eloah, Maria de Lourdes, Adelaide e Léa.

Aos funcionários do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, em especial à professora Suely Petri e Cristina Ferreira, pelo acesso às fontes e pelo incentivo.

À Nazaré e Jorge, funcionários da Pós-Graduação em História, sempre dispostos para as “emergências” de última hora.

Aos professores João Klug e Cristina Scheibe Wolff, pelas sugestões dadas no momento da pré-banca.

Aos professores Dr. Ronaldo Vainfas e Dr. João Klug, pelas contribuições dadas no momento da banca examinadora da dissertação.

Aos meus pais e irmãos, com carinho.

SUMÁRIO

Introdução.....	i
Capítulo 1: DA CRISE À BUSCA DE IDENTIDADES	
O Império da Imagem: a “Loira (e trabalhadeira) Blumenau”.....	01
Blumenau como “vitrine de Santa Catarina”.....	24
Capítulo 2: OS USOS DO PASSADO: AS ENCHENTES E A VEICULAÇÃO DO “POTENCIAL DE TRABALHO” DO BLUMENAUENSE	
Blumenau e a convivência com as enchentes.....	49
Blumenau à mercê d’água: as enchentes de 1983.....	65
Projeto Nova Blumenau: os usos do passado.....	80
Capítulo 3: A POSITIVAÇÃO DO TRABALHO E A COLÔNIA BLUMENAU	
A reconceitualização do “trabalho”: de “coisa de escravo” a “regenerador do homem”.....	105
O trabalho e a Colônia Blumenau: a “política da valorização étnica”.....	116
História de Blumenau que não se escreve: os trabalhadores e (ou) os excluídos da riqueza.....	131
Capítulo 4: A REELABORAÇÃO DA NOÇÃO DE “TRABALHO ALEMÃO” DURANTE A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO EM BLUMENAU.....	144
Epílogo.....	173
Índice de ilustrações.....	176
Fontes e bibliografia.....	177
Locais pesquisados.....	192

INTRODUÇÃO

Ao aproximar-se do centro de Blumenau, vindo do litoral, avista-se a majestosa Ponte dos Arcos, defronte à empresa Sulfabril S.A. Ali, o visitante encontra a sua frente um enorme painel multi-colorido revelando-lhe símbolos da cidade. Pelo local em que se encontra, de fácil visibilidade e acesso ao centro de Blumenau, o mosaico tem exatamente a função de ser visto pelos transeuntes.

Montado no final da travessia da ponte, no mosaico de porcelana fragmentada vêm-se representados símbolos da cidade. Entre outros símbolos, dá-se a ver a figura de um operário fabricando cristal e uma operária loira sentada á frente de uma máquina de costura. Além destes, um desenho emblemático: um martelo, uma bigorna e uma tenaz, representando um elemento abstrato: o trabalho. Os outros símbolos lembram a natureza, nomes consagrados pela historiografia blumenauense, como o fundador Hermann Blumenau e o naturalista Fritz Müller, e elementos das culturas alemã e italiana, assim como os índios que antecederam os imigrantes. O trabalho e a germanidade são os temas que mais se destacam entre os desenhos.

O projeto, desenvolvido pelo artista gaúcho Antônio Rozicki, foi aceito pelo então prefeito municipal Renato Vianna, cuja obra foi finalizada em dezembro de 1996. Conforme seu autor, nele estão figuras e signos do passado de Blumenau, unidos aos signos do presente. Portanto, são símbolos que têm seu referente atualizado. São calcados em interesses do presente. Foram feitos para os espectadores fazerem uma leitura da cidade. Muitos se sentem identificados com estes símbolos, tal como o

transeunte que ali passava, dias após a finalização da obra exclamava: *“Muito bonito. Deu um visual diferente e conta um pouca da história de Blumenau”*¹.

Aquele mosaico é uma “página escrita” da cidade, que diz algo sobre ela. Conforme Ítalo Calvino, em sua obra As Cidades Invisíveis, raramente o olhar se fixa numa coisa, e quando isso acontece, ela é reconhecida pelo símbolo de alguma outra coisa². Elementos comuns da natureza são apenas aquilo que são, ninguém os repara. Daí a existência dos portais, das estátuas, dos cartazes nas cidades. São o resultado de uma preocupação com a imagem da cidade.

Muitos outros são os suportes e canais que veiculam imagens da cidade baseadas no trabalho e na germanidade. Blumenau é apresentada nacional e mundialmente como uma cidade habitada por um “povo ordeiro e trabalhador”. A afirmação da operosidade vem relacionada às etnias alemã e teuto-brasileira, como se este atributo fosse consanguíneo, natural, hereditário.

Em informe publicitário de Blumenau, encontrado nas páginas da Internet, essa concepção da identidade pelo viés psicológico mostra-se flagrante: *“Com a imigração, o Brasil tornou-se uma terra de vários povos, e um dos povos mais trabalhadores e empreendedores, o alemão, encantou-se com o vale que lembrava a terra natal (...) através desses imigrantes, Blumenau surgia com seu povoado trabalhador (...)”*³

Estranhar-se frente ao objeto de estudo, eis o caminho para a problematização da história. Há que se *“libertar de todo um jogo de noções”*⁴. Sendo assim, percebendo

¹ Ponte dos arcos exhibe signos da cidade. **Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, 14.12.96.

² CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 17.

³ **Blumenau – A Cidade**. Endereço: <http://www.blumenau.com.br/acidade.html>. Linear Propaganda.

⁴ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986, p. 23.

a veemência com que o discurso da “operosidade blumenauense” sempre é retomado, interessei-me em analisar como estas representações acerca da cidade se contróem. Os pronomes “como”, “por quê”, “quem”, “para quê” logo se fizeram presentes em minha mente, num intenso desejo de entender o processo de produção e circulação de imagens e representações sociais em Blumenau.

Ao me deparar com um farto material existente no Arquivo Histórico “Prof. José Ferreira da Silva”, em Blumenau, acerca das enchentes de 1983 e 1984, logo me veio à tona, já que vivi este momento quando criança, como estes fatos foram transformados em exemplo da “capacidade de trabalho e reconstrução” do blumenauense. Valores como “operosidade” e “perseverança” passaram a ser insistentemente identificados àquela época a um “peculiar modo de viver blumenauense”. A veiculação destes valores era associada às origens alemãs de Blumenau, como se esta afirmação, por si só, servisse de explicação.

Tão forte sempre se fez esta carga discursiva que em rápida sondagem feita entre os moradores da cidade, através de entrevistas com base em história oral de vida temática, percebi que os mesmos, independentemente de origem étnica, naturalizaram a associação “teuto-brasileiro” e o adjetivo “trabalhador”. Muitos, inclusive, se identificam a partir destes mesmos atributos, pelo fato de serem blumenauenses. Valores sempre associados pela ideologia étnica teuto-brasileira aos descendentes de alemães foram usados não só para representar esta fração étnica, mas para representar a cidade.

Visando desnaturalizar estas associações, esta dissertação vem mostrar que a representação da cidade e do Vale do Itajaí, pautada sobre o trabalho e a germanidade,

nunca se fez desassociada de práticas que forjassem uma imagem de “alemão trabalhador”. Concebo então, a categoria “etnia” como algo não natural, não consangüíneo. A etnia teuto-brasileira é construída culturalmente por agentes sociais, em lugares sociais, em meio a estratégias de poder. O compartilhamento de valores comuns não significa uma solidariedade prescrita a determinada identidade. Ao mesmo tempo, porém, ela é construída em meio a estratégias de barganha, de exclusão e inclusão de elementos, tendo que, para isto, também sofrer mudanças de valores e significados.

Esta representação do “povo blumenauense” dilui diferenças e heterogeneidades culturais. Através dela, constrói-se uma visão única de Blumenau, representando-a como alemã e trabalhadeira. Este mito do “povo ordeiro e trabalhador” tem sido realimentado pelos círculos políticos municipais e estaduais para construir uma identidade à cidade e a Santa Catarina. Em resposta à necessidade de uma época em que o turismo e o lazer despontam como novas “indústrias” (as chamadas indústrias sem fumaça), o poder público blumenauense constrói uma imagem germanizada para a cidade.

No primeiro capítulo desta dissertação, mostro como a instituição de uma imagem para Blumenau e Santa Catarina sacrifica as suas heterogeneidades culturais, através do uso de valores específicos da germanidade teuto-brasileira. Analiso como, após as catástroficas enchentes de 1983 que assolaram Blumenau e o Santa Catarina, o governo estadual apropriou-se do discurso do governo municipal, baseado na afirmação da “capacidade de trabalho alemã”, para fundamentar a criação de uma “identidade catarinense”. Na busca por verbas nacionais em prol da reconstrução, este

discurso homogeneizador forja uma imagem de “estado alemão e de trabalho”. Aqui, o mito do “povo ordeiro e trabalhador” de Blumenau extrapola limites para cumprir uma de suas funções: RECONSTRUIR.

Na produção de uma identidade para Blumenau e Santa Catarina, em meio a disputas por verbas entre as elites do país, a “alteridade” é buscada no nordeste do país, em razão da seca que lá grassava há cinco anos. Estereótipos e concepções preconceituosas são construídas. Ao “fatalismo nordestino” contrapõe-se a “laboriosidade sulista”. Discursos etnocêntricos produzem representações estereotipadas no intuito de construir uma “identidade blumenauense e catarinense”. Em realidades de conflito ou crise social, a representação positivada de Blumenau aparece para instituir uma “diferença”. Como já dito pelo historiador Peter Burke, a preocupação com a fabricação de imagens não é fenômeno contemporâneo. É fato tradicional⁵.

Apesar da construção de identidades ter o seu viés político, no segundo capítulo tento mostrar como o mito do “alemão trabalhador” só circula porque é veiculado num chão fértil, provido de elementos e pessoas que dão a ele a possibilidade de frutificar. Ainda em sua função RECONSTRUIR, isto é, reconstruir a cidade após as enchentes, analiso como o governo municipal, através do Projeto “Nova Blumenau”, retira do passado da cidade, marcado por inúmeras enchentes, elementos para construir o mito da “capacidade de trabalho e reconstrução do blumenauense”. Constrói-se uma memória que instrumentalize a argumentação em prol da reconstrução, baseada em

⁵ BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

elementos como o "pioneirismo" e "espírito de luta" dos primeiros imigrantes. Para tanto, reitera-se um imaginário que naturaliza o fenômeno catastrófico das enchentes para omitir o papel do poder público no seu agravamento. Por estes motivos, analisa-se neste capítulo a história de convivência com as enchentes, para mostrar como a produção de representação lida com o imaginário, a memória e a história.

É no chão fértil e previamente preparado que as representações se firmam e são consideradas "verdadeiras". Por isto, apesar de evidenciar a todo o momento que a produção de identidades é um artifício, resultado de um esforço de elites políticas e econômicas da cidade e do estado, não tenho a intenção de demonstrar que a veiculação e recriação de representações sociais seja restrita a estes grupos. Muito pelo contrário, as representações da cidade circulam entre seus moradores, até porque se originam no "*decurso de comunicações inter-individuais*"⁶. É através das representações que as pessoas criam realidades e senso comum. E aí está o fim do discurso, fazer com que os corpos digam o código, que "*soletrem uma ordem*". Faz-se crer que se está falando em nome do "real", daí a circularidade do discurso⁷.

Neste sentido, o fato de Blumenau ter surgido como colônia particular, num contexto em que a imigração alemã cumpria o papel de positivar o conceito trabalho no Brasil, traz elementos para que o discurso da "operosidade blumenauense" circule. No terceiro capítulo, então, mostro como o mito do "alemão trabalhador" cumpre outra função: COLONIZAR. Mostro como a Colônia Blumenau foi fundada em meio a um

⁶ MOSCOVICI, Serge. Sobre Representações Sociais. p. 01. Tradução do texto On Social Representations. In: *Social Cognition. Perspectives on Everyday Understanding*. Edited by Joseph P. orgas. Academic Press. London.

⁷ CERTEAU, Michel. A maquiaria da representação. In: *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 240/241.

contraposição à “operosidade” do imigrante. Estes fatos contribuíram para que Blumenau já nascesse positivada, pois foi colonizada fundamentalmente por alemães em seus primórdios. Parto do processo de reconceituação do “trabalho” no Brasil, a partir do fim da escravidão e da formação de mão-de-obra livre, para analisar a construção da sua positividade.

Ainda neste capítulo, analiso o estabelecimento da Colônia e a preocupação do seu fundador em buscar “bons” elementos na Alemanha, para mostrar como os seus interesses estavam em consonância com o propósito do governo imperial em subtrair a imagem negativa do trabalho.

Nesta exercício intelectual, considero o trabalho não apenas como fonte de riqueza, a condição básica para a sobrevivência humana. Mais que isso, o trabalho é aqui concebido como um elemento simbólico produzido por determinadas culturas. Hannah Arendt, em A Condição Humana, distingue labor de trabalho. Ao labor corresponderia a submissão às exigências da sobrevivência imediata. O trabalho estaria relacionado à instrumentalização utilitária da vida humana, da natureza e do mundo como um todo⁸.

Empresta-se, então, da obra de Luiz Felipe Falcão, Visões do Trabalho: Dobraduras, a idéia de que trabalho é uma “instituição cultural”⁹, daí se falar em noção e não em conceito de trabalho. Devido a essa distinção que me foi possível discutir a

⁸ ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1989.

⁹ FALCÃO, Luiz Felipe. *Visões do Trabalho: Dobraduras. (A noção do trabalho nos discursos das lideranças republicanas: 1880-1900)*. Porto Alegre, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 17

noção de “trabalho alemão”, uma vez que ela é construída culturalmente, visando a distinção étnica.

Em virtude do desenvolvimento da cidade sempre ter provocado a produção de uma historiografia “laudatória”, fundamentada na exaltação do “pioneirismo” e do “espírito empreendedor” dos industriais alemães, tenta-se mostrar alguns elementos que visualizam um silêncio existente a respeito do papel dos trabalhadores em geral, da sua proletarização e do processo de acumulação de capital em Blumenau.

Tal capítulo foi um dos meios achados para se buscar num universo maior ao de Blumenau, subsídios para a compreensão da construção de uma imagem de Blumenau, uma vez que tem sido comum na historiografia local, a produção de uma história narcísica, voltada para si própria. Pouco se associa Blumenau a um contexto nacional. A cidade sempre é mostrada como uma “ilha” em meio às “águas do território nacional”. Quando se faz referência ao passado da cidade, remete-se mais à Alemanha, mãe-pátria dos primeiros imigrantes, do que às próprias condições de sua fundação, dadas na conjuntura imperial brasileira.

Tal atitude tem contribuído para se cair nas malhas do discurso que se quer aqui desconstruir, aquele que considera Blumenau “a única”. A maior parte dos trabalhos historiográficos da região tem entendido “local” como uma “*entidade distinta e separada*”¹⁰. Esta concepção tem contribuído para a afirmação de uma economia blumenauense “sui generis”, que sempre romantizou o processo de desenvolvimento econômico-social da cidade, construindo-se uma visão de permanente paz social e

¹⁰ SAMUEL apud WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Catarinense de História**. Florianópolis, n. 2, p. 10. 1994.

solidariedade entre seus habitantes. Essa imagem romantizada acaba amortecendo conflitos e diluindo desigualdades econômico-sociais e heterogeneidades culturais. Blumenau está inserida numa realidade que é brasileira. A cidade também é marcada pela expropriação e distribuição desigual das riquezas.

O quarto e último capítulo da dissertação, visa fundamentar a questão levantada nos dois primeiros capítulos, relacionada ao processo de re-germanização da cidade pelo viés do trabalho. Durante o Estado Novo (1937-1945), o elemento “trabalho” ganhou destaque enquanto meio fundamental na busca do cidadão-trabalhador nacional. Naquele momento promoveram-se práticas no sentido de normatizar e padronizar os indivíduos para transformá-los em soldados do trabalho, em prol da Pátria¹¹.

Neste sentido, analiso neste capítulo a visita de Getúlio Vargas a Blumenau, em 1940, na qual se refere às colônias alemãs do sul do Brasil como exemplo a ser seguido pelo país. Segundo Vargas, as colônias eram locais onde a pobreza havia sido superada através do trabalho. O “trabalho alemão” é elogiado e usado na busca do modelo de cidadão-trabalhador. Aqui reside outra função do mito do “alemão trabalhador”: NACIONALIZAR.

O mesmo regime deflagra a Campanha de Nacionalização em Blumenau, visando “brasilizar” as colônias alemãs. Como resultado, o uso da língua alemã e a veiculação de periódicos em língua estrangeira são proibidos, clubes e instituições teuto-brasileiras de caráter recreativo, educacional e cultural são fechados. Este ato repressivo, contudo, fez com que a valorização do trabalho pudesse ser alçada, a partir

daí, como elemento principal da germanidade teuto-brasileira, já que o uso da língua alemã e o cultivo das tradições são proibidos. A identidade teuto-brasileira, portanto, subsistiu, apegada ao elemento “trabalho alemão”.

Este trabalho é uma tentativa de desnaturalizar um mito que foi construído, que não é dado. Desnaturalizar é dar historicidade às coisas. Por isto, aprender a trabalhar com historicidade foi um exercício fundamental nesta dissertação. Procurei buscar o passado da colonização e da nacionalização para analisar como, durante a reconstrução da cidade e do estado, o poder público municipal e estadual se apropriou do discurso do “pioneirismo dos alemães”.

Enfim, esta dissertação tenta mostrar a construção da etnicidade teuto-brasileira pelas formas de positivação do trabalho. Mostro como se forja a imagem do “alemão trabalhador” e o desdobramento de suas variadas funções, entre elas, colonizar, nacionalizar, reconstruir, construir identidades.

¹¹ LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. São Paulo: Papirus, 1986. p. 86.

Cap. 1: DA CRISE À BUSCA DE IDENTIDADES

O Império da Imagem: A “Loira (e trabalhadeira) Blumenau”

“Qualquer civilização parece se não dá resposta adequada ao desafio mortal em que sua época a coloca” (Toynbee)¹

“As características européias, as compras, a ecologia, a proximidade das belas praias catarinenses e a alegria contagiante das melhores festas do país, como a ‘Oktoberfest’, são motivos para você visitar BLUMENAU e conhecer este lado tropical da Alemanha, desfrutando da hospitalidade brasileira de cabelos loiros e olhos azuis”².

Nos últimos anos, Blumenau tem sido divulgada estadual, nacional e internacionalmente como uma cidade encravada no “*Vale Europeu de Santa Catarina*”³. Através da indústria do turismo, veicula-se um discurso de que o “blumenauense” possui um “modo diferente de ser e agir”, devido à colonização alemã da cidade. Este discurso pressupõe que a maioria da população blumenauense seja constituída pela etnia teuto-brasileira, dada a ver como categoria homogênea e monolítica. A complexidade da sociedade não é evidenciada, e em seu lugar, institui-se uma imagem germanizada e homogênea da cidade.

Nicolau Sevcenko⁴ alerta para o fato de como a cultura contemporânea se condensa em redes intrincadas de imagens, e como a prática política é, por excelência,

¹ Citado por JAMUNDÁ, Teobaldo. *Catarinensismos*. Florianópolis: UDESC-EDEME, 1974. p. 22.

² Folheto turístico intitulado “Blumenau”, publicado durante governo de Renato de Mello Vianna – 1993-1996.

³ Dizeres de um outdoor colocado na BR 101, no trecho Brusque-Blumenau, dando boas vindas aos visitantes.

⁴ SEVCENKO, Nicolau. As guerrilhas pela “ocultura”. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 14.04.1996.

agenciadora destas imagens. Imagens são “congeladas” e a fluidez histórica é negada. No caso de Blumenau, a germanidade tem sido usada não somente para representar a cidade nacional e mundialmente. A própria germanidade é re-atualizada em meio a estratégias de poder.

A maioria dos trabalhos historiográficos tem considerado como veiculadores do germanismo as instituições/eventos de caráter esportivo/cultural (como os Clubes de Caça e Tiro, as festas típicas), de caráter religioso (Igreja Luterana) e as escolas “alemãs”. Contudo, é de se destacar que a germanidade é também recriada através de outros veículos. As próprias elites, representadas pelos órgãos governamentais, forjam identidades, promovem a “etnização” da sociedade.

Nos anos de 1983 e 1984, Blumenau sofreu inúmeras enchentes que provocaram prejuízos incalculáveis. Em julho de 1983, após seguidas inundações, a cidade estava em estado de calamidade pública. Foi caracterizada como a segunda maior enchente da história do município. Durante aquela conjuntura, o governo municipal promoveu a re-germanização da cidade, pela reatualização do mito da “capacidade de trabalho alemã”.

No momento de crise da economia blumenauense, acirrada pelas enchentes, políticos da cidade difundiram um elemento da germanidade, a “superioridade do trabalho alemão”⁵, para caracterizar o “blumenauense” como um “povo diferente”. Tal foi o pronunciamento do presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau, Antônio

⁵ SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 197.

Tillmann, do partido governista (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), logo após a tragédia de julho de 1983:

(...) Nem sequer a honra de um povo que não vive de esmolas, mas de trabalho, foi respeitada (...) A esmola que prometeram, no município ninguém viu. Mas se o governo age assim, o nosso povo é diferente. Aqui cada tijolo foi posto, misturando-se a argamassa com o suor do trabalho, aqui ninguém prospera com facilidade, aqui ninguém vive sob o manto do paternalismo, aqui cada filho honra o nome que o pai lhe legou, aqui o patriotismo existe na sua essência, aqui não existe lugar para o sectarismo. Aqui se vive às expensas do suor do povo que trabalha com honestidade e abnegação (...) Blumenau, todos nós sabemos, se impõe nesta nação, e até internacionalmente, pela operosidade de sua gente (...)⁶.

O governo municipal fez largo uso da germanidade para mostrar uma cidade habitada por um povo “ordeiro e trabalhador”. Políticos locais, em seus discursos, afirmavam que Blumenau tem uma *“identidade própria”*, constituída fundamentalmente *“por um certo espírito, uma certa tradição, um certo modo de ser e agir”*⁷, caracterizado pela capacidade de trabalho e luta para criar riquezas e serviços.

O governo municipal buscava no passado, na superação das enchentes pelos imigrantes alemães que fundaram a cidade, elementos para superar a crise. Ruben Oliven aponta que *“a evocação da tradição - entendida como um conjunto de orientações valorativas consagradas pelo passado - se manifesta freqüentemente em épocas de processos de mudança social, tais como a transição de um tipo para outro*

⁶ **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 23.08.83 (palavras de Antônio Tillmann, presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau e membro do PMDB).

⁷ KONDER, Victor Marcio. Blumenau, cidade indômita. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 28 e 29.08.83.

de sociedade, crises, perda de poder econômico e/ou político etc."⁸. A tradição é evocada quando Blumenau está sob a lama, arrasada pelas enchentes, num "esboço de um quadro dantesco"⁹.

No contexto de reconstrução da cidade, a tradição era evocada principalmente para se divulgar o valor **trabalho**. De todos os elementos da germanidade, a saber, o uso cotidiano da língua alemã, a preservação de um estilo de vida, a escola comunitária, as instituições culturais, as sociedades esportivas, a representação acerca do "trabalho alemão", o sentimento de pertencimento cultural e étnico à nação alemã, o elemento mais difundido durante a conjuntura de reconstrução de Blumenau, em 1983 e em 1984, foi o valor dado ao trabalho. Mais do que difundi-lo, o governo municipal associava este valor a todo e qualquer morador da cidade. Dava a Blumenau uma identidade teuto-brasileira, associando aos seus moradores uma "capacidade de trabalho alemã", mesmo que naquela época não tivesse mais uma população majoritariamente de origem teuto-brasileira. O discurso dava uma identidade única a Blumenau. Relacionava o **valor-trabalho** não só ao elemento teuto-brasileiro, mas à toda cidade.

Havendo ou não a assimilação desta representação por elementos não-teuto-brasileiros, o fato é que houve, a partir das enchentes de 1983, objetivos políticos na reelaboração de uma representação social da cidade, encobrendo sua heterogeneidade cultural.

⁸ OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 21.

⁹ Enchentes: pouca coisa foi feita. **Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, 08 e 09.07.84, p. 01.

Cabe aqui perguntar como o valor **trabalho** veio a se destacar, durante 1983 e 1984, como elemento fundamental na re-germanização da cidade. A questão da “superioridade do trabalho alemão” sempre foi usada para fundamentar a ideologia do grupo étnico teuto-brasileiro: “ (...) a aparente auto-suficiência dos imigrantes, numa zona pioneira como o Vale do Itajaí no século XIX, é vista como o exemplo prático, histórico, da superioridade do trabalho dos colonos alemães, que primeiro povoaram aquela região”¹⁰.

O fator **trabalho** era, inclusive, um dos argumentos para se combater os casamentos interétnicos nas colônias alemãs. Com o objetivo de explorar ao máximo o potencial de trabalho no minifúndio colonial, a mulher tornou-se uma importante força de trabalho. A “colona” trabalhava na terra tanto quanto o “colono”¹¹. Isto fez os teuto-brasileiros estereotiparem as mulheres luso-brasileiras que, segundo eles, não faziam o mesmo, sendo seus maridos lavradores. A imagem da mulher luso-brasileira – como ociosa, fútil, desleixada – servia de contraponto à imagem da alemã – limpa, ordeira, trabalhadeira, e também no sentido de diferenciação dos teuto-brasileiros enquanto grupo étnico¹².

O “trabalho alemão” sempre justificou a afirmativa de que o teuto-brasileiro era

¹⁰ SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. **Boletim do Museu Nacional**, nº 37, p. 17, 20 de outubro de 1982.

¹¹ Conforme obra literária de Maria Kahle (uma espécie de “catecismo da germanidade”), que teve grande circulação entre a população teuto-brasileira: “Na vida dos colonos a mulher alemã é mesmo uma fiel companheira nas atividades de trabalho (...) Ali a mulher do imigrante trabalhava junto com ele na lavoura, ao mesmo tempo em que tinha que adaptar seus conhecimentos domésticos às novas circunstâncias, ao clima estranho e aos desacostumados modos de alimentação. E ao seu redor, estava a amplidão despovoada da solidão. Cfe. KAHLE, Maria. **Deutsches Volkstum in der Welt**. Weimar, Deutschland: Weimarerischer Verlag G.m.b.H., 1930. (tradução desta pesquisadora).

¹² WOLFF, Cristina Scheibe. **As mulheres na colônia Blumenau: cotidiano e trabalho (1850-1900)**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. P. 53.

melhor “colono” do que os outros, em virtude do gosto pelo trabalho na terra. A categoria **colono** era inclusive colocada em oposição ao caboclo ou brasileiro: “Ele se considera melhor do que o caboclo, porque obtém maior rendimento agrícola, trabalha mais, com toda a família e se fixa na propriedade, enquanto que o caboclo não tem raízes, não se estabelece, e ‘deixa tudo por conta de Deus’”¹³.

Para se entender o valor dado ao trabalho como critério de distinção étnica, são necessárias algumas linhas a respeito da reelaboração da germanidade no Brasil, após a imigração alemã. Com a imigração alemã, ocorreu um processo comum a este tipo de deslocamentos coletivos: o desenraizamento. Conforme Marionilde Brepohl de Magalhães¹⁴, para este desenraizamento ser superado, houve um esforço de compensação psicológica por meio de atitudes conservadoras, como o retorno à cultura materna e a identificação com os antepassados. Isto teria favorecido uma adaptação do conceito de *Deutschtum* (germanidade)¹⁵ à nova pátria, resultando na elaboração do conceito de *Deutschbrasilianertum* (germanidade teuto-brasileira).

O germanismo teuto-brasileiro foi concebido e transmitido principalmente por intelectuais de origem alemã, através de algumas publicações teuto-brasileiras do final do século XIX. Também luso-brasileiros foram veiculadores do germanismo, entre eles,

¹³ SEYFERTH, Nacionalismo..., p. 164.

¹⁴ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Velhos e novos nacionalismos: Heimat, Vaterland, Gastland. *Revista História: Questões & Debates*, ano 10, ns. 18 e 19, p. 82, jun. e dez./1989.

¹⁵ Utilizo aqui o conceito de germanidade (*Deutschtum*) conforme Giralda Seyferth, para a qual o *Deutschtum* se constitui em “uma classificação ou ordenamento do mundo humano, um conjunto compreensível de categorias definidas por referência a uma idéia de origem comum, ancestralidade e herança cultural”. (Cfe. SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e ... p. 03). Contudo também concordamos com Maria Bernardete Ramos Flores quando afirma que a referência à herança comum não deve ser vista como uma solidariedade prescrita, e sim como algo construído (Ver FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Letras Contemporâneas, 1997. p. 43).

o jornalista Crispim Mira, o deputado Lebon Régis e Vieira da Rosa. Em Blumenau, era veiculado principalmente através do *Der Urwaldsbote*, o jornal pangermanista mais radical do sul do Brasil. Além deste, havia o *Blumenauer Zeitung*, que, embora sendo adversário político do primeiro, também defendia os princípios do *Deutschtum*. Estes dois jornais eram os de maior tiragem, maior penetração e os mais polêmicos do Vale do Itajaí até seu desaparecimento (o primeiro se extinguiu em 1941 e o segundo em 1938)¹⁶.

Além dos jornais, o germanismo teuto-brasileiro era veiculado também pelos *Kalender* (almanaques), um tipo de revista anual na qual a ficção e a poesia tinham lugar de destaque¹⁷. Eram muito difundidos entre a população de origem alemã, tanto entre a elite como entre os lavradores, operários e classe média. Em virtude disto, os almanaques eram mais influentes do que a própria imprensa, na formação de uma ideologia étnica, até porque também penetraram nas escolas através dos compêndios escolares¹⁸. O *Kalender für die Deutschen in Brasilien* foi o mais conhecido e o que mais circulação teve entre os teuto-brasileiros. Foi editado em São Leopoldo, de 1881 a 1938.

O *Deutschbrasilianertum* foi um termo alternativo para uma nova espécie de germanidade. Só foi possível devido à concepção de que o povo alemão não precisaria estar ligado a um território específico ou a um Estado para constituir uma Nação. A nacionalidade e a etnia alemãs seriam herdadas. Portanto, para ser um alemão, não

¹⁶ SEYFERTH, *Nacionalismo...*, p. 50.

¹⁷ Seus principais escritores eram bastante populares entre a população alemã. Entre eles, Ernst Niemeyer, Wolfgang Ammon, E. H. Oberacker, W. Rotermund, Helmuth Culmann, Gertrud Gross-Hering, J. Schmalenberg.

¹⁸ SEYFERTH, *op. cit.*, p. 124.

era preciso nascer na Alemanha. Assim, aos descendentes de alemães no sul do Brasil afirmava-se uma etnia e nacionalidade alemãs: *“a nova pátria é a colônia, a nova cidadania a brasileira, mas a etnia continua sendo alemã; o ato de emigrar significou o rompimento com o país de origem, mas não com o Volk (povo/etnia) alemão”*¹⁹.

Havia um dualismo presente na definição de germanismo teuto-brasileiro. Os descendentes de alemães consideravam-se teutos de origem e brasileiros de nascimento. Este conceito, portanto, possuía um aspecto político que vinculava o descendente de alemães ao Estado brasileiro. Indicava a lealdade dos imigrantes ao Brasil, sua nova Pátria. Esta vinculação exigia que o teuto agisse como cidadão brasileiro, tendo a obrigação de trabalhar para a prosperidade do país²⁰.

Em manual escolar utilizado nas escolas primárias de Blumenau, editado em 1930, encontram-se textos moralizando o trabalho e a figura do agricultor. Seu autor, o professor Rudolf Hollenweger, no texto intitulado “Trabalhar é um dever”, afirma que *“para conseguir um resultado é necessário trabalhar. Sem esforço não há criação!”*²¹. Chega a afirmar que o país só se tornará independente do estrangeiro se cada colono, cada agricultor, esforçar-se e plantar o quanto for possível. Vê-se como se incutia nas crianças o trabalho enquanto dever.

O “trabalho alemão” era tomado como justificativa para a afirmação da cidadania brasileira. Por outro lado, servia também para os teuto-brasileiros pleitearem o direito de

¹⁹ _____. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, no. 26, ano 9, p. 109, out./94.

²⁰ _____. A representação do “trabalho alemão”..., p. 13.

²¹ **Manual oferecido pela Camara Municipal de Blumenau aos alunos das escolas primárias do Município.** Blumenau, 1930. P. 52/53. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

continuarem sendo “alemães” culturalmente: “O alemão veio para esta terra para melhorar suas condições materiais: ele alcançou este objetivo também, graças ao seu trabalho ininterrupto e inteligente, não sem devolver à terra cem ou mil vezes aquilo que tirou. Deixem-no, então, permanecer alemão, se é isto o que quer...”²².

A germanidade teuto-brasileira havia sido influenciada pelo ideário da superioridade racial, presente na ideologia do nacionalismo alemão do século XIX. Contudo, em terras do Novo Mundo, devido à criação do conceito “germanidade teuto-brasileira”, chegou-se a relacionar o papel do imigrante alemão ao papel desempenhado por uma figura da história brasileira: o bandeirante paulista. Este passou a ser comparado com os “bandeirantes do sul” (os colonos alemães). Dessa comparação nasceu a imagem do colono pioneiro, com ampla capacidade de trabalho, derivado da sua condição étnica, que criou um mundo civilizado cercado pela barbárie cabocla²³.

Apesar da valorização do trabalho sempre ter fundamentado a ideologia étnica teuto-brasileira, a partir dos anos 80 deste século, houve uma super-veiculação deste elemento em detrimento de outros. É necessário ressaltar que já naquela década, Blumenau não tinha mais uma população majoritariamente de origem teuto-brasileira. Portanto, os critérios *ser descendente de alemão* ou *falar a língua alemã*, anteriormente elementos fundamentais do germanismo, não poderiam mais ser levados em conta caso se quisesse continuar a identificar a cidade germanicamente. Continuando-se a

²² *Blumenauer Zeitung*, Blumenau, ano 6, n° 26, 26.06.1886. In: SEYFERTH, op. cit., p. 11.

²³ SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. 1a. edição, p. 19.

identificar a cidade pelo viés da germanidade, principalmente ao se lançar a Oktoberfest, em 1984, momento em que se afirma a festa como o coroamento da superação das enchentes, parece que o elemento *capacidade de trabalho* tomou o papel de ator principal na encenação do espetáculo de divulgação da cidade como germânica.

Durante a influência da Liga Pan-Germânica²⁴, ocorrida entre 1890 e a Primeira Guerra Mundial, e durante a ascensão do Nazismo na Alemanha²⁵, na década de 30, ocorreu um acirramento da germanidade. Nestas conjunturas, o elemento mais importante do germanismo teuto-brasileiro era a preservação da língua alemã. Tanto é que durante o Estado Novo (1937-1945), quando se pretende homogeneizar culturalmente o país, o alvo principal do Estado foram as colônias alemãs do sul do país. Chamavam-se os moradores das colônias alemãs de estrangeiros, em virtude de falarem alemão. Em enquete feita pelo Jornal de Santa Catarina, em 1997, o lapidador de cristais Bráulio Amaral, 68 anos, afirmava que há 45 anos atrás, quando veio de Biguaçu – SC, Blumenau era “*uma verdadeira Alemanha*”²⁶, pois muitos falavam a língua alemã.

A campanha de Nacionalização foi empreendida pelo Estado Novo a partir de 1935, visando “brasilizar” o país. Teve efeitos significativos a longo prazo, ao eliminar meios de atualização étnica, como as associações culturais e folclóricas, as “escolas

²⁴ É importante ressaltar que a Liga Pangermânica e o Partido Nazista tiveram pouca expressividade em Blumenau, quanto ao número de filiados. Contudo, inegável foi sua influência na valorização da germanidade na vida das pessoas, fator importante para a recriação da identidade dos teuto-brasileiros.

²⁵ FLORES, op. cit., p. 47.

²⁶ O Assunto é... Sprechen Sie deutsch? *Jornal de Santa Catarina*. Blumenau, 06 e 07.07.1997. p. 2B.

alemãs” e as publicações periódicas em língua alemã. Esta perda do hábito de ler alemão se tornou, a partir daí, progressiva. Com certeza esta campanha inibiu muitos descendentes de alemães a falar a língua materna.

Além de ter inibido a prática de falar o alemão, pode-se pensar também que a Nacionalização contribuiu para uma valorização ainda maior do trabalho enquanto elemento de diferenciação étnica. Sálvio Müller²⁷ deduz que a busca de segurança por parte dos descendentes de alemães, tanto nos primórdios da colônia quanto durante as duas Guerras Mundiais, pôde ter ocasionado uma “fuga” em direção ao “amor ao trabalho”.

Já na década de 80, no meio urbano do vale do Itajaí-Mirim (região de Brusque - SC, próxima a Blumenau), a identidade étnica era estabelecida fundamentalmente pela origem alemã, em virtude da perda do hábito de se falar a língua alemã entre muitos teuto-brasileiros²⁸. A etnicidade teuto-brasileira, portanto, atualizou-se. Por outro lado, no meio rural, os colonos teuto-brasileiros continuavam a se identificar basicamente pela língua alemã.

Assim, historicamente, determinados elementos da germanidade teuto-brasileira passaram a ser menos valorizados em contraposição a outros. Se antes, ser teuto-brasileiro significava falar alemão, a partir do recuo do hábito de se falar esta língua, este critério de identificação étnica passou para segundo plano, dando lugar ao critério da descendência alemã.

²⁷ MÜLLER, Sálvio Alexandre. Isolamento cultural e formação de personalidade de base: estudo do “caso blumenauense. *Revista de Divulgação Cultural da FURB*. N.º 34, p. 31, junho de 1987.

²⁸ SEYFERTH, Nacionalismo..., 82. p.

Este critério, por outro lado, também deixou de ser levado em conta a partir do momento em que ocorreu uma intensa miscigenação em Blumenau, em virtude da industrialização. A partir daí o valor **trabalho** passa a ter papel significativo no estabelecimento de uma representação do teuto-brasileiro. Esta constatação também é feita por Giralda Seyferth, ao afirmar que o abandono do uso cotidiano da língua alemã contribuiu para se aumentar a importância da “maior capacidade de trabalho” do elemento de origem teuta. A idealização do “trabalho alemão” também servia, antes da década de 80, para marcar uma diferença, considerada fundamental, entre os membros do grupo teuto-brasileiro e os que não pertenciam a ele.

Para forjar uma identidade à cidade, o governo municipal de 1983 e 1984 valeu-se da recriação da etnicidade teuto-brasileira. Diante do abandono do uso da língua alemã e da miscigenação étnica, o governo municipal faz uso do elemento “trabalho alemão” para identificar Blumenau como teuto-brasileira. Este elemento, portanto, passou não somente a servir como fator de distinção étnica, mas também, como fator de diferenciação perante outras cidades e regiões do país.

O uso do valor “trabalho alemão” já foi analisado anteriormente como um artifício para a reconstrução da cidade. A intenção do discurso, contudo, era mais abrangente ainda. Não bastava reconstruir Blumenau. A crise pela qual se passava, lançava ao poder público o desafio de criar opções econômicas para a cidade. Naquela década, houve um declínio da indústria tradicional de transformação catarinense, provocando um crescimento da economia informal, isto é, a terciarização e a disseminação de

subempregos. Reduziram-se também os investimentos produtivos nas indústrias tradicionais de Blumenau, inclusive no complexo têxtil²⁹.

Por esta razão, o projeto de reconstrução de Blumenau instituiu o ano de 1983 como marco histórico, “*um ano fatídico*”³⁰, inaugurador de uma era, de uma “nova Blumenau”. Diante do declínio da indústria tradicional, o governo municipal pensava no turismo como opção geradora de empregos e riquezas para a cidade. Já em 1980, empresários foram à Alemanha ver como funcionava a Oktoberfest de Munique para implantá-la em Blumenau. Portanto, as enchentes de 1983 não passaram de uma desculpa, um motivo para que a primeira Oktoberfest, realizada em 1984, fosse bem aceita pela população. A proposta do turismo já era pensada antes mesmo das enchentes. Apenas aproveitou-se delas e do fato de Blumenau ter sido colonizada por alemães para promover a festa.

Simultaneamente à proposta do turismo, ocorria o processo de mundialização da economia, já visível na década de 80, que trazia consigo um projeto de valorização dos regionalismos e a recriação de identidades. Neste sentido, durante a reconstrução da cidade, percebe-se uma tentativa de estabelecer contornos de uma “identidade blumenauense”. Exatamente para o biênio 1983-1984, no governo estadual de Espiridião Amin, elaborou-se um plano visando o desenvolvimento da atividade turística no estado, a pedido das lideranças empresariais. Destacava-se o “*objetivo de despertar nas várias localidades catarinenses a percepção dos recursos naturais, históricos e*

²⁹ CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27, p. 192.

³⁰ **Edital de Convocação ao Projeto Nova Blumenau**. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Fundo da Prefeitura Municipal de Blumenau, Série Nova Blumenau.

culturais no desenvolvimento das atividades turísticas”, para que se expandisse o nível de emprego, a renda interna do Estado, os fluxos turísticos internos e a sua promoção perante a opinião pública nacional³¹.

A nível local, forjava-se uma identidade germanizada pelo viés do trabalho, para se reconstruir a cidade e incentivar o interesse regional pelo turismo. O elemento “trabalho alemão”, portanto, abriu caminhos para o soerguimento da cidade, e serviu como meio eficaz e convincente, já que baseado nas origens alemãs de Blumenau, para o incremento de uma nova proposta econômica. Como isto se deu?

Como integrante do Projeto Nova Blumenau, projeto que visava reconstruir a cidade após as enchentes de julho de 1983, a comissão de Turismo empenhou-se em revigorar o comércio e a atividade turística, reforçando na mídia uma imagem positivada de Blumenau. Esta Comissão propôs uma *“ação junto ao comércio do centro para que usem muitas flores nas praças, passeios e marquises junto aos seus estabelecimentos”*³². Como incentivo a esta prática, a comissão de Turismo instituiu o *Concurso Blu-Garden* para a escolha do mais belo jardim da cidade. Foi composta uma música intitulada “Estão voltando as flores”, para “levantar a moral” da população.

O governo municipal instituiu a necessidade de criação de uma imagem convidativa aos turistas, empenhando-se no embelezamento da cidade, com o recurso das flores. Adentrando na contemporaneidade, este governo já percebia que o

³¹ FLORES, Maria Bernardete Ramos. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: MAUCH, op. cit., p. 215.

³² Relatório “Nova Blumenau - um compromisso de todos”. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Fundo da Prefeitura Municipal, Série Nova Blumenau.

“processo de criação de identidade é um processo de criação de imagem”³³. Maria Bernardete Flores ao analisar a preocupação com limpeza na Oktoberfest, percebeu que para seus organizadores não bastava a cidade estar limpa, ela tinha que parecer limpa³⁴. Para a Secretaria de Turismo, após as enchentes, também não bastava ver a cidade reconstruída. Era necessário mostrar a superação. Era preciso apagar da memória blumenauense a lembrança da tragédia, condição fundamental para a eficácia do discurso em prol do turismo.

Elaborou-se um cartaz para o *Concurso Blu-Garden*, no qual curiosamente não se viam flores, mas instrumentos de trabalho: uma pá e um rastel. Para embelezar a cidade, novamente afirmava-se a “cultura do trabalho” blumenauense:

Blumenau: Cidade Jardim? Então prove.
Prove que Blumenau realmente é a cidade Jardim tão famosa. Prove que as nossas ruas e casas têm canteiros coloridos e limpos. Prove que a palavra Blumenau na língua alemã significa: “campo de flores”. Neste fim de semana pegue as ferramentas e comece a criar um novo visual para a sua casa. Desperte o jardineiro que existe em você. A Prefeitura está convocando todos os cidadãos para fazer Blumenau voltar a ser o que era. Uma Cidade-Jardim³⁵.

Além deste concurso, em outubro de 1983 foi realizada a promoção “Estão voltando as flores”, na rua XV de novembro. Num “Domingo de Lazer”, a Secretaria de

³³ FLORES, *Oktoberfest: turismo...*, p. 78.

³⁴ *Ibid.*, p. 93.

³⁵ Cartaz de divulgação da Promoção “Concurso Blu-Garden”, empreendida pela Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Fundo da Prefeitura Municipal de Blumenau, Série Projeto Nova Blumenau

Turismo armou barracas na principal rua da cidade, onde floriculturas puderam expor ampla variedade de flores. A escadaria da Igreja Matriz foi decorada com flores ornamentais naturais e artificiais. Aproveitando a atração domingueira, o comércio abriu suas portas. A imprensa divulgou o evento como uma mostra da “rápida recuperação” da cidade. Segundo o Jornal de Santa Catarina, “o blumenauense mostrou mais uma vez que pode ser organizado e em capacidade de recuperação”³⁶. Elogiou a organização do “Domingo de Lazer” pela preocupação em, tão logo terminado o evento, deslocar algumas funcionárias para começar a limpeza da rua.

A Secretaria de Turismo, para transformar Blumenau em pólo turístico, pretendia construir uma cidade-imagem, uma cidade para ser vista. Blumenau estava então começando a se inserir numa tendência cultural contemporânea, na qual as imagens também são transformadas em artigos econômicos. O concurso acima referido mostrava que Blumenau havia entrado no espírito dessa época. Além de pretender mostrar a recuperação da cidade, esse concurso também demonstrava uma preocupação da Secretaria de Turismo em educar o povo para dar um visual bonito à cidade, e assim atrair a vinda de mais turistas.

Em 1983, a prefeitura municipal já divulgava Blumenau como a “Cidade Turismo do Brasil”. Para divulgar a campanha de solidariedade em Campinas – SP, cidade-irmã que “adotou” Blumenau na campanha nacional em prol da reconstrução de Santa Catarina, a comissão de Turismo produziu adesivos com o seguinte slogan: “Visite

³⁶ Rápida recuperação. *Jornal de Santa Catarina*, Caderno 2, Blumenau, 11.10.83.

*Blumenau (apesar de tudo) alles blau*³⁷. Queria-se mostrar a superação e também promover uma campanha turística pautada nas características germânicas da cidade.

A busca de uma imagem de “Cidade-Jardim” estava pautada na afirmação de que Blumenau era portadora de uma identidade germânica. Por isto se fez uso das flores, pois o jardim sempre teve papel significativo na representação que se fazia do teuto-brasileiro. A aparência da casa e do terreno tem a ver com a concepção de *Wohnkultur* (hábito de morar bem), considerado pelos teuto-brasileiros, importante elemento na diferenciação étnica³⁸. Também tem relação com a representação que sempre se fez da “mulher alemã”, como “trabalhadeira”. Ter um jardim à frente da casa é apontado muitas vezes como uma prova da “operosidade germânica”.

Não se quer aqui reforçar esses estereótipos. Pelo contrário, conforme Maria Bernardete Flores, *“a referência à herança comum não deve ser vista como uma solidariedade prescrita, e sim como algo construído ao promover um conjunto de idéias e símbolos que reivindicam uma identidade oposta a outra”*³⁹.

As iniciativas da Secretaria de Turismo em tornar a atividade turística uma importante fonte de rendas para a cidade, vieram a desembocar na realização da Oktoberfest, em outubro de 1984. A Prefeitura Municipal representou a festa como uma prova da “capacidade de reconstrução do povo”, após as incontáveis enchentes daquele ano, e do ano anterior.

³⁷ Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Fundo da Prefeitura Municipal de Blumenau, Série Nova Blumenau. “Alles blau” é uma expressão usada para demonstrar que está tudo OK, “tudo beleza”. Literalmente significa “tudo azul”. Algumas cidades paulistas, sob o incentivo do então governador de São Paulo, Franco Montoro, solidarizaram-se com a Campanha de Reconstrução do estado de Santa Catarina, ficando cada uma responsável pela arrecadação e envio de donativos a sua cidade-irmã catarinense.

³⁸ SEYFERTH, A representação do “trabalho alemão” ..., p. 28.

Vista de outro modo, a festa era uma tentativa de reavivar a economia da cidade através do turismo. Contudo, para engajar a população nesta proposta desafiante, eis que ainda se vivia a angústia da tragédia, forjou-se uma identidade germânica através da referência à “capacidade blumenauense de sair da lama e reconstruir”. Conforme o prefeito Dalto dos Reis: *“Depois de grandes dificuldades, duras semanas de trabalho, nada melhor do que uma grande festa que era a certeza de ter vencido a dificuldade”*⁴⁰. O valor **trabalho** serviu para sanar um problema conjuntural, a necessidade da reconstrução. Por outro lado, também serviu para sanar um problema de maior alçada, já percebido à época das cheias: a crise econômica da indústria tradicional.

É sabido que já em 1981, haviam discussões entre os hoteleiros da cidade, no sentido de promover a Oktoberfest. O turismo já era uma atividade planejada e latente durante a década de 70, quando a Comissão Municipal do Turismo planejou ampla divulgação da cidade como “Alemanha brasileira”, incentivando as construções típicas⁴¹. Contudo, só em outubro de 1984 lançou-se a Oktoberfest, quando se aproveitou o fato das enchentes de 1983 e 1984. Conforme entrevista com um dos organizadores da festa, *“a enchente de 1984 foi um gancho que aproveitamos”*⁴². Portanto, criou-se um mito fundador para a festa: as enchentes de 1983 e 1984. A tragédia foi usada, como sempre foi, em muitos momentos de enchente, para *“fortalecer, animar e realimentar o imaginário de seu povo como trabalhador,*

³⁹ FLORES, op. cit., p. 217.

⁴⁰ Provérbio dos humildes camponeses ucranianos, citado pelo prefeito Dalto dos Reis ao dar o sinal verde para a realização da Oktoberfest. REIS, Dalto dos. *Entrevista concedida a Altair Carlos Pimpão*. Rádio Unisul: Blumenau, 1994 (especialmente gravada para o acervo do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, de Blumenau).

⁴¹ FLORES, op. cit., p. 71/79.

conquistador do seu futuro".⁴³ A primeira Oktoberfest representou a "(...) *celebração de um ethos do trabalho que permitiu aos descendentes de alemães de Blumenau enfrentar a adversidade das enchentes desde a fundação da cidade*"⁴⁴.

Maria Bernardete Ramos Flores mostra o quanto a Oktoberfest extraiu da tradição a força para superar a crise, e o quanto isto resultou em envolvimento do povo. A memória subterrânea, silenciada à época da Nacionalização, veio à tona com a Oktoberfest. Irromperam-se sentimentos acumulados. O passado foi sua referência, mesmo sendo ele marcado por duras repressões.

Apesar do recurso à história de Blumenau, o governo municipal novamente partiu de um discurso desistoricizado para instituir a festa, na medida em que selecionou e organizou a narrativa histórica a partir da Oktoberfest de Munique. Blumenau foi quem iniciou o calendário turístico de outubro em Santa Catarina. A germanização da cidade foi intensamente veiculada a partir deste momento, para atrair turistas. A cidade era veiculada como uma pequena nação, uma "pequena Alemanha" incrustada no sul do Brasil.

Através das enchentes, construiu-se uma representação que associa o caráter "operoso, bravo e forte" do blumenauense às origens alemãs. Este fato justificava as constantes referências à Alemanha. A primeira Oktoberfest acirrou esta tendência, já observada durante o Projeto Nova Blumenau. Àquela conjuntura de catástrofe, fazia-se referência à Alemanha do Pós-Guerra, isto é, a uma conjuntura a qual Blumenau estava

⁴² Emílio Schramm *apud* FLORES, op. cit., p. 52.

⁴³ *Ibid.*, p. 108.

⁴⁴ SEYFERTH, A identidade teuto-brasileira..., p. 25.

completamente alheia, para se celebrar a “superioridade do trabalho alemão”. Mesmo sendo uma relação desistoricizada, a prefeitura municipal lançou mão daquele fato ocorrido na Alemanha contemporânea, para alçá-lo como exemplo de persistência e trabalho.

As constantes referências à Alemanha, após as enchentes, não são feitas somente com o objetivo de se identificar o blumenauense como herdeiro do “potencial de reconstrução alemão”, para reconstruir a cidade. Também se queria instituir uma imagem germanizada à cidade, com fins de transformar a cidade em pólo turístico. Como já dito anteriormente, a proposta do turismo já era discutida largamente antes mesmo das enchentes de 1983 e 1984. Em ambos os casos, quando se resgatou a reconstrução da Alemanha pós-1945, e quando houve a apropriação de elementos da Oktoberfest alemã, usou-se um discurso desistoricizado para fins econômico e políticos.

Intrigante é que na década de 80, somente profissionais de alto escalão e nomes de destaque na economia da cidade mantinham laços comerciais e afetivos com aquele país, em virtude dos cursos e negócios realizados na Alemanha. A facilidade de comunicação, em virtude do domínio do alemão com certeza facilitava o despertar da confiança de ambas as partes. Contudo, a maioria da população blumenauense e boa parte dos teuto-brasileiros residentes em Blumenau, não tinha, à década de 80, uma ligação direta com a Alemanha. Conforme o Consulado da Alemanha em Blumenau, os pedidos de dupla cidadania aumentaram significativamente somente a partir de 1985⁴⁵. Antes desta data, o número de pedidos era inexpressivo.

⁴⁵ Consulta realizada em fevereiro de 1998.

Considerando isto, qual o significado da visita do prefeito à Alemanha, um mês após as enchentes de julho de 1983, e de outras visitas que secretários municipais fizeram, antes e logo após aquelas enchentes? Ao que parece, o governo municipal fez uso do fato de Blumenau ter origens alemãs para fundamentar seu propósito de transformar Blumenau em pólo turístico, numa “pequena Alemanha”, já que em 1984, quando o prefeito viajou à Alemanha, já se previa o forte potencial turístico da cidade.

É importante destacar como o material turístico e o próprio projeto Nova Blumenau representavam uma Alemanha que não mais existia. É natural que os emigrados e seus descendentes cultivem uma imagem romantizada do seu país de origem. Muitos teuto-brasileiros, em especial colonos e operários, herdaram dos seus ancestrais a imagem de uma Alemanha do século passado, a Alemanha recém-unificada. Desconhecem a Alemanha atual, com suas disparidades culturais. Além de não se conhecer a divisão política alemã, há também desconhecimentos quanto à colonização da cidade, uma vez que sua maior festa germânica, a Oktoberfest, é pautada sobre tradições bávaras, que não têm nada a ver com o passado da maioria dos imigrantes que colonizaram Blumenau. A maior parte destes não provinha do sul, mas do norte e do centro da Alemanha. No entanto, os trajes típicos da festa são baseados numa antiga indumentária bávara.

Em virtude da veiculação do discurso da “laboriosidade germânica”, imagina-se uma Alemanha formada por indivíduos unicamente voltados ao trabalho. Na atualidade, entretanto, a indústria do lazer tomou conta da Alemanha. Portanto, a Alemanha é

*“uma entidade ideologicamente construída (...)”*⁴⁶. Sua imagem retorcida facilita a utilização de alguns valores étnicos, como o valor ao trabalho e os costumes, em função de interesses econômico-políticos, seja para a reconstrução e retomada do processo produtivo na cidade, seja para a implantação da indústria do turismo.

Todo esse processo de germanização da cidade, teve o impulso inicial dado durante as enchentes de 1983, quando se buscou na história da colonização da cidade, a força para se superar a tragédia; quando se usou a germanidade, em especial o “trabalho alemão”, como artifício à solidarização da “comunidade blumenauense”. Antes disto, não ocorreram medidas tão enfáticas no sentido de buscar na germanidade uma identidade para Blumenau.

A partir da catástrofe de 1983, as iniciativas da Secretaria do Turismo acirraram ainda mais uma preocupação já existente, em tornar Blumenau uma “Cidade-Imagem”. Constrói-se uma cidade dentro da cidade, isto é, um centro com características arquitetônicas germânicas, o qual projeta uma única imagem de Blumenau. Em 1983, o deputado Amílcar Gazaniga, de Itajaí, em meio a elogios ao trabalho desenvolvido em prol da defesa do patrimônio histórico em São Francisco do Sul - SC, denunciava o falso enxaimel em Blumenau e em Joinville, como um *“completo atrofiamiento”* ocorrido em função de políticas de incentivo ao cultivo de tradições arquitetônicas *“completamente equivocadas”*⁴⁷.

Estas práticas acabaram tornando-se comuns principalmente após a política de

⁴⁶ SEYFERTH, *Nacionalismo...*, p. 210.

⁴⁷ Pronunciamento do deputado Amílcar Gazaniga, de Itajaí. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Diário da Assembléia Legislativa de 06.07.1983. N° 2.646, p. 22.

incentivos fiscais da Prefeitura Municipal, com vistas a favorecer a construção e preservação de prédios em estilo típico alemão. Neste sentido, Giralda Seyferth aponta que:

(...) considerar Blumenau ou Joinville como cidades 'alemãs', ou Caxias do Sul como cidade 'italiana', ou o Sul do Brasil como "europeu", por causa da intensidade da imigração, é exagero. São apenas cidades e regiões diferentes do que costumamos considerar como 'brasileiro'. A necessidade de marcar a 'origem' dos habitantes de certas cidades faz que hoje, em nome do turismo, sejam incentivadas construções em estilo supostamente 'alemão' ou 'italiano', que nada têm a ver com a colonização⁴⁸.

Concluindo, neste universo imagético construído a partir das enchentes, a germanidade, e em especial, o valor "trabalho alemão", teve papel fundamental. Hoje, a cidade é divulgada como "loira Blumenau", o "vale europeu de Santa Catarina", por conta do intenso *marketing* feito da cidade, a partir das "Oktoberfests". Apesar de poder-se considerar festa como antônimo de trabalho, foi justamente através da divulgação de uma representação de blumenauense "trabalhador e bravo", por conta da superação das enchentes, que se instituiu o sucesso da Oktoberfest, abrindo-se um caminho certo e efetivo para o turismo "Quatro Estações", não só em Blumenau, mas em outras cidades do estado de Santa Catarina.

⁴⁸ SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1990. p. 46.

Blumenau como “vitrine de Santa Catarina”

Em outubro de 1980, o governo do estado de Santa Catarina lançou o “Projeto de Identidade Catarinense”, com o objetivo de “vender para o resto do Brasil a marca registrada de Santa Catarina”⁴⁹. Em sua “Carta aos Catarinenses”, o governador Espiridião Amin propunha integrar social e culturalmente o estado, consolidando a sua identidade. Encampou-se então, uma discussão sobre qual seria a identidade catarinense. O próprio governador publicou a obra A vez do pequeno: uma experiência de governo, na qual indagava:

Com efeito, do ponto de vista cultural, quem é o catarinense? Será o homem do litoral, de cultura marcadamente européia? Será o “serrano” de traços gauchescos? Será o “oestino”, mescla euro-gaúcha? Nossa riqueza cultural é tão vasta e singular que impediu ao longo do tempo a formação de um “tipo” do qual se possa dizer: este é o “homem típico” catarinense⁵⁰.

A diversidade cultural existente no estado não era vista positivamente. Muito pelo contrário, era tida como um problema a ser solucionado. Sendo assim, intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina procuravam, em seus textos, caracterizar a “identidade do estado”. Victor Antônio Peluso Júnior, presidente daquele

⁴⁹ Pronunciamento do deputado representante de Blumenau, Jair Girardi, do PMDB, na Assembléia Legislativa. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Diário da Assembléia Legislativa de 04.10.83. N. 2673, p. 6.

⁵⁰ AMIN, Espiridião. A vez do pequeno: uma experiência de governo. Florianópolis: Casa Civil, 1985. P. 124.

instituto, em artigo publicado em 1984, sob o título "Identidade Catarinense"⁵¹, apontava a necessidade de "catarinização" do povo que se encontrava afastado do seio da comunidade catarinense. Para ele, o "catarinense", por seus traços culturais próprios, diferenciava-se dos habitantes das demais unidades da federação.

Conforme Patrícia de Freitas, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, fundado em 1896, "*responsabilizou-se em construir uma história oficial de Santa Catarina*". Através desta instituição, o Estado apropriou-se e continua a apropriar-se da produção historiográfica, sempre preocupado com a construção da identidade física de Santa Catarina⁵².

No governo estadual de Espiridião Amin, passou-se a buscar elementos para a construção da "identidade catarinense" no oeste de Santa Catarina. O governador buscava pessoalmente "*resgatar a memória*" da guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916, naquela região, pois acreditava que o "homem típico" catarinense poderia ser encontrado entre os jagunços daquele conflito.

Chamou-se de guerra do Contestado o movimento social ocorrido no planalto catarinense nos anos de 1912 a 1916, que envolveu milhares de caboclos e boa parte do efetivo do Exército de então⁵³. A construção da Ferrovia pela Brazil Railway Company, ligando os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, havia acirrado a luta pela terra naquela região. A súbita valorização da terra provocou a expulsão de

⁵¹ PELUSO JR., Victor Antônio. A identidade catarinense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, n. 5, p. 259, 1984.

⁵² FREITAS, Patrícia de. O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: espaço de saber "qualificado". *Esboços*. Florianópolis, v. 4., n. 4, p. 9 e 15, jun./dez. 1996.

⁵³ AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1982. p. 15.

milhares de caboclos-posseiros das terras que margeariam a estrada de ferro. Formaram-se redutos rebeldes, nos quais também se congregaram operários despedidos pela companhia construtora da estrada de ferro.

A área do conflito social, localizada no planalto meridional, entre os rios do Peixe e Peperiguaçu, estendendo-se aos territórios de Curitiba e Campos Novos, também era motivo de disputa territorial entre as províncias do Paraná e Santa Catarina. A falta da presença física da Igreja Católica na região, por outro lado, foi um dos fatores para a construção de uma irmandade cabocla, liderados pelo monge “São” João Maria. Armados e organizados em redutos, durante quatro anos resistiram às forças do governo. Estado e Igreja se aliaram para dizimar os “fanáticos”, ditos perturbadores da ordem pública. Com a morte dos jagunços, o fim de um sonho: o direito à terra.⁵⁴

O lema do plano de governo de Amin se intitulava “opção pelos pequenos”. Em seu projeto de “Identidade Catarinense”, o jagunço do Contestado é identificado como o portador das qualidades dos “pequenos”. O lema “A vez dos pequenos” ressuscitou o homem do Contestado para tomá-lo como protótipo do homem catarinense. Segundo o governador, os valores que o “Homem do Contestado” construiu ainda poderiam ser observados na sociedade catarinense dos anos 80 (como o regime da pequena propriedade, o sentimento de defesa do patrimônio natural e ecológico, o espírito comunitário e o repúdio à opressão e o sentido de liberdade)⁵⁵. Visando “registrar a

⁵⁴ Sobre o assunto ver AURAS, op. cit.; GALLO, Ivone Cecília D’Ávila. **O Contestado: o sonho do milênio igualitário**. São Paulo, 1992. Dissertação de Mestrado – Unicamp; MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974; QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social no Brasil: a guerra sertaneja do Contestado – 1912-1916**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966.

⁵⁵ AMIN, Espiridião. **O Homem do Contestado**.

'história' dos vencidos", o governo estadual, através da Fundação Catarinense de Cultura, lançou o disco de José Acácio Santana, intitulado "O Contestado", contendo músicas cujas letras versam sobre a guerra, e supervisionou a publicação do álbum "Contestado"⁵⁶.

Antes de assumir o governo, Espiridião Amin já anunciava seu propósito de *criar uma marca para Santa Catarina*:

Nós precisamos criar a marca de Santa Catarina. Quando a gente fala no gaúcho, sabe o que é o gaúcho. Quando se fala do carioca, também se sabe o que é o carioca. Quando a gente fala do catarinense, não sabe bem como representar o catarinense. Para criar a identidade de Santa Catarina, para expressar numa única palavra o que é o catarinense, podemos buscar no Contestado uma alternativa. Nós podemos ganhar aqui esta palavra. Esta palavra é o homem do Contestado, é o jagunço, é o fanático, enfim, é o homem que deu a sua vida para conseguir um pouco daquilo que nós já temos de justiça social; para conseguir que o Oeste Catarinense fosse chão de propriedade de milhares de famílias⁵⁷.

Marli Auras interpreta o governo do Partido Democrático Social – PDS, ao qual Amin fazia parte, como *"lídimo representante da continuidade da hegemonia dos grandes - esses mesmos que, algumas décadas atrás, esmagaram a utopia sertaneja do Contestado"*⁵⁸. Vê sua atitude em resgatar a memória do conflito, como um desejo de se redimir, de se isentar da violência outrora praticada: *"O grande quer apossar-se*

⁵⁶ Ver *Contestado*. Fundação Catarinense de Cultura. Fundação Roberto Marinho. Rio de Janeiro: Editora Index, 1987. Seus colaboradores/autores foram Nilson Thomé, do Museu Histórico e Antropológico da região do Contestado, Prof. Herculano Gomes Mathias e Walter Piazza, do Instituto Histórico e Geográfico.

⁵⁷ AMIN, Espiridião. Em Irani, um desfile recorda a Guerra do Contestado. *O Estado*, 16.09.80, p. 17. *Apud* AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense: da guerra dos "Fanáticos" do Contestado à "Opção pelos pequenos"*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 324.

*da memória do Contestado interpretando-a de uma forma que lhe seja vantajosa, que lhe possibilite dividendos políticos, que lhe assegure a reprodução de seu domínio, de sua hegemonia*⁵⁹.

Analisar o papel do governo do estado na construção de uma “identidade catarinense”, obriga-nos a analisar antes, o lugar de onde os discursos são proferidos, ou, conforme Roger Chartier, o “*relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza*”⁶⁰. O sentido dos textos tem relação com as posições sociais, políticas e ideológicas daqueles que os produzem.

Na década de 80, ainda haviam resquícios da política ditatorial brasileira. Houve expansão do mercado, desenvolvimento tecnológico e, ao mesmo tempo, um aprimoramento das funções do Estado. Apesar disto, esta ruptura com o passado ditatorial era apenas aparente. Durante os anos 80, todo o arsenal coercitivo da ditadura continuou a ser utilizado, mas sob outras formas. Ao invés do controle das informações, da censura e da omissão das decisões, a manutenção das desigualdades sociais foi mantida através da utilização do aparelho governamental e do dinheiro público como grandes cabos eleitorais.

O governador constituiu-se enquanto liderança política, nesta nova conjuntura. Era o filho adotivo escolhido para representar as antigas oligarquias dominantes no estado, “(...) *com seu eloqüente discurso de ‘opção pelos pequenos’, à condição de*

⁵⁸ AURAS, op. cit., p. 324/325.

⁵⁹ Ibid., p. 325.

⁶⁰ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p. 17.

*testa-de-ferro dos interesses dos grandes grupos econômicos, do conservadorismo político agora travestido de 'social'*⁶¹.

As forças burguesas de Santa Catarina não eram monolíticas àquela época. Amin era favorável às “Diretas Já”, campanha suprapartidária em favor das eleições diretas, após o período de regime militar. Este movimento tomou corpo a partir de meados de 1983. O Partido Democrático Social – PDS, ao qual o governador era filiado, foi o único partido a manifestar-se contra as “Diretas-Já”⁶². Jorge Konder Bornhausen, nome importante e poderoso na política catarinense, apoiava esta posição do partido. Apesar destas divergências, tanto Amin quanto Bornhausen eram defensores da iniciativa privada. Ambas as forças políticas repartiram o espaço territorial do estado entre os grandes grupos econômicos, instituindo áreas cativas⁶³.

Na conjuntura catastrófica das enchentes, a figura de Amin promoveu-se estadual e nacionalmente⁶⁴, beneficiado pela sua hábil eloquência. Em agosto de 1984, chega a concorrer, em convenção do PDS, à candidatura à sucessão presidencial, sendo, contudo, derrotado⁶⁵. Não eram poucos os que observavam sua habilidade discursiva. Em mostra de apoio e admiração pela sua figura, o cronista Victor

⁶¹ AURAS, op. cit., p. 301.

⁶² RODRIGUES, Marly. *A década de 80. Brasil: quando a multidão voltou às ruas*. São Paulo: Ática, 1992. P. 18.

⁶³ *Idem*. p. 307.

⁶⁴ Isto foi motivo de denúncias de deputados da oposição, nos pronunciamentos da Assembléia Legislativa, como o que se segue, proferido pelo deputado do PMDB da capital, Édison Andrino: “(...) E neste momento, tem muita gente querendo aparecer, em nome da reconstrução do estado de Santa Catarina. O Sr. Governador quando vai entregar uma casa leva a televisão a tiracolo, fazendo política em nome da solidariedade do povo brasileiro. Os saquinhos de mantimentos estão sendo distribuídos com o logotipo, com a marca do estado de Santa Catarina; isto é crime porque estes mantimentos não são do governo do estado de Santa Catarina, foram doados pela solidariedade do povo brasileiro”. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Diário da Assembléia Legislativa de 23.08.1983*. N. 2.656, p. 04.

Márcio Konder, integrante da conhecida família Konder de Itajaí, escreveu em coluna jornalística:

(...) Espiridião Amin não estará obrigado a colher apenas os prejuízos desta situação tão difícil. Abre-se para o jovem governador uma oportunidade histórica de demonstrar, numa fase particularmente grave, todas as suas qualidades de liderança. Os catarinenses e o Brasil inteiro estão a testemunhar o zelo, a firmeza, a sobriedade e a clarividência que tem caracterizado as palavras e os atos do governador nestes dias (...) ⁶⁶.

Em meio aos discursos proferidos pelos deputados da oposição, há um depoimento acerca da atuação do governador numa manifestação pública em Blumenau, contra o descaso federal para com o problema das enchentes, a 07 de agosto de 1983. Este depoimento, mesmo proferido no meio de disputas partidárias, é válido para atestar o jogo político que ocorria durante a reconstrução da cidade e do estado. Na ocasião, o governador encomendou faixas com dizeres "*Blumenau acredita no governo*", "*Amin, nós trabalhamos por você*" ⁶⁷. Este dado foi apresentado por Édison Andrino, deputado estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição ao PDS, quando chamava de "*crise de vedetismo*" o fato de muitas pessoas quererem "aparecer" às custas dos flagelados ⁶⁸.

O governador teve o apoio de empresários blumenauenses na medida em que estes, naquela manifestação realizada defronte às escadarias da Igreja Matriz,

⁶⁵ RODRIGUES, op. cit., p. 22.

⁶⁶ KONDER, Victor Márcio. **A oportunidade histórica de uma liderança**. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 24 e 25.07.83.

⁶⁷ As faixas. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 10.08.83, p. 02.

⁶⁸ Deputados repetem vícios eleitorais e sessão é suspensão. **Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, 10.08.83. p. 03.

impediram que o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, autoridade importante da Confederação Brasileira dos Bispos do Brasil, ali presente, subisse ao palanque oficial. Conforme informação dada pelo deputado João de Borba, representante de Blumenau, os empresários não queriam dar a voz ao cardeal para não apagar a imagem e o brilho do discurso do governador⁶⁹. Tal informação é prestada após o deputado do partido governista Lauro Silva, dizer que o governador não havia se oferecido mas que havia sido convidado para a manifestação em Blumenau.

Até a ocorrência das enchentes, em julho de 1983, a “identidade catarinense” havia sido buscada no oeste de Santa Catarina. A partir da necessidade de verbas federais para reconstruir o estado, o governador começou a usar um discurso semelhante ao que fazia o governo municipal blumenauense, isto é, um discurso dignificador do “espírito de trabalho” dos catarinenses.

Nos seus discursos, visando angariar verbas federais, Santa Catarina aparece como o “*filho conformado*” e esquecido pelo resto do país, da mesma forma que o Vale do Itajaí, nos debates intra-estaduais, aparecia como “*o filho órfão largado à soleira da porta*”⁷⁰. Em suas palavras, o povo catarinense está submerso nas águas do esquecimento e da desconsideração. Santa Catarina mereceria ajuda federal naquele momento tão difícil, pelo seu caráter “*aguerrido, inovador e destemido*”:

Santa Catarina tem sido sempre o filho conformado deste país (...) somos um povo forte e independente, aguerrido, inovador e destemido (...) sempre demos

⁶⁹ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Diário da Assembléia Legislativa de 08.08.1983*. N. 2.655, p. 03.

⁷⁰ Expressão utilizada pelo deputado João de Borba, PMDB. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Diário da Assembléia Legislativa de 27.08.1983*. N. 2.654, p. 02.

expressiva contribuição para a consolidação do sonho brasileiro de tornar-se um país forte e independente. Tiramos da terra, na força do trabalho de nossos agricultores, considerável parcela dos alimentos que chegam à mesa do povo brasileiro. Nossa industrialização alcançou destaque nacional, honrando pela qualidade dos produtos que fabricamos.⁷¹

Este é um trecho do documento enviado ao presidente da república em exercício, Aureliano Chaves, que visitou o estado após as enchentes de julho de 1983. No dia 25 daquele mês, o presidente em exercício reuniu-se com empresários, políticos e representantes dos mais diversos segmentos de Blumenau, para ouvir reivindicações e apelos. No documento enviado ao presidente, Santa Catarina aparece como sinônimo de “estado de trabalho”, um exemplo a ser seguido, um estado que chegou a criar um *“modelo catarinense de desenvolvimento”*. Dados estatísticos são apresentados para afirmar a significativa contribuição econômica do estado para o progresso do país:

Sr. Presidente, o que vale Santa Catarina? (...) Quanto convém investir em quem produz e exporta tanto e está em risco de parar, de retroceder, de desesperar? 20% do PIB será uma cifra alta demais? O equivalente a dois anos de exportação será exagerado? (...) Se as medidas vierem, Santa Catarina reoferecerá ao Brasil a qualidade de seus produtos, a diversidade de suas exportações, o equilíbrio de seu modelo social, a riqueza para a função comum, os bilhões de cruzeiros do seu empenho, o exemplo quem sabe?⁷²

⁷¹ A Notícia, Joinville, 21.07.83, p. 7.

⁷² Aureliano chega dia 25 e traz a resposta aos apelos de Santa Catarina. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 19.07.83.

O recurso à estatística constitui o que Michel Foucault chamou de “mecanismo da vontade da verdade”, um mecanismo que rege a busca frenética do verdadeiro, do real. Amin lança mão de estatísticas como forma de provar, de dar ao seu discurso o caráter de “verdadeiro”. Desde o século XIX as práticas econômicas tem procurado “*fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção*”⁷³.

A partir da necessidade da reconstrução do estado, passa-se a exaltar a força de sua indústria. O jagunço, tão enaltecido através do Projeto de Identidade Catarinense, de repente é esquecido. Em seu lugar, se enaltece o descendente de alemães do Vale do Itajaí. O fato desta região ter sido a mais atingida pelas enchentes e de abrigar importante parque industrial do estado, teve influência significativa nesta inversão de valores na representação do estado.

O discurso étnico teuto-brasileiro baseado no valor “trabalho”, tão difundido em Blumenau àquela época, passa a ser usado para dar uma identidade germânica a Santa Catarina. A imagem de Blumenau é usada para servir de vitrine para apresentar o estado a nível nacional. Isto aparece em campanha de reconstrução do estado, feita sob iniciativa da Secretaria Extraordinária de Reconstrução, criada logo após a tragédia de julho de 1983. Uma de suas propagandas, talvez a que mais impacto causou, utilizou-se de uma sequência de quatro fotos documentando o desabamento de uma casa em Blumenau. Tal fato foi documentado pela TV e por fotógrafos, num flagrante jornalístico que deu enorme publicidade à catástrofe.

⁷³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996. p. 18.

A primeira das fotos mostra um terreno praticamente plano, e as tábuas que antes formavam a casa, desabadas no chão. A segunda foto, a casa quase totalmente desabada. A terceira, a casa começando a ruir, e a última, mostra a casa ainda de pé, tal qual era antes da enchente. A propaganda inverteu a sequência das fotos. Estas imagens foram publicadas na campanha pela reconstrução do estado, promovida pela Rede Brasil Sul, nas emissoras de TV e nos jornais. Portanto, a sequência invertida das fotos tiradas da casa desabando representava a necessidade de reconstrução de Santa Catarina.



Campanha "Vamos reconstruir Santa Catarina", veiculada no Jornal de Santa Catarina⁷⁴.

⁷⁴ **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, agosto de 1983.

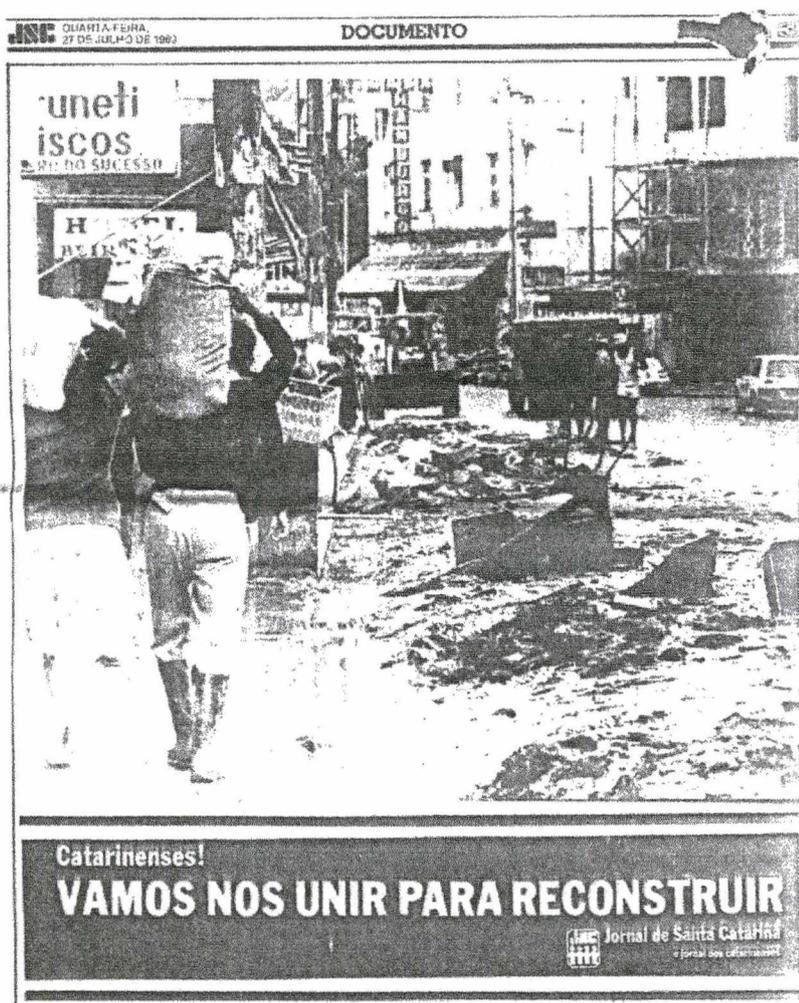
Juntamente com estas imagens, publicou-se um desenho do mapa de Santa Catarina, cuja estampa interna não é a sua divisão política, mas uma parede de tijolos. Este mapa parecia representar a urgência de um esforço conjunto entre as cidades, para reerguer o estado sob bases e paredes sólidas. Assim como o desabamento foi registrado em quatro tempos, mas publicado na ordem inversa, da casa prostrada à casa completamente de pé, também a reconstrução deveria ser feita progressivamente, e com material sólido. Cada cidade deveria representar um tijolo da sólida parede chamada Santa Catarina, cimentadas entre si pelo elo da solidariedade. As fotos e o desenho são acompanhados por um texto que lança o desafio da reconstrução: “*Queremos e vamos enfrentar este desafio, vamos todos à luta com as armas que dispomos: Trabalho, Segurança e Amor*”.⁷⁵ O **trabalho** passa a ser o elemento fundamental na campanha de reconstrução. A representação feita do blumenauense como “laborioso, solidário”, transpõe o universo citadino para aqui também representar o catarinense em geral.

Ítalo Calvino em As Cidades Invisíveis⁷⁶, fala de duas cidades, uma construída perpendicularmente sobre um lago, chamada Valdrada, e a outra refletida de cabeça para baixo naquele mesmo lago, de modo que tudo o que existisse em Valdrada, ficasse refletido no espelho, isto é, a outra cidade. A cidade de Blumenau e o estado de Santa Catarina, no momento da reconstrução, assemelham-se à cidade fictícia de Valdrada e ao seu reflexo, respectivamente. Os discursos forjavam uma imagem do

⁷⁵ **Jornal de Santa Catarina.**

⁷⁶ CALVINO, Ítalo. *As Cidades e os Olhos*. In: **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 53.

estado a partir de Blumenau. Daí resultou a larga utilização de imagens das enchentes da cidade nas campanhas da Secretaria da Reconstrução do estado. A propaganda a seguir impressa, utilizou imagens do centro de Blumenau, onde pessoas e máquinas ocupavam-se em retirar os entulhos das lojas situadas à rua XV de novembro.



Propaganda da Secretaria Extraordinária de Reconstrução, usando imagens de Blumenau⁷⁷.

⁷⁷ **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 23.07.1983.

Na busca por verbas federais, tornou-se importante manobrar a opinião pública nacional a favor do envio de verbas. Para tanto, “fabricou-se” uma imagem de Santa Catarina baseada no trabalho, na qual tudo o que contrariasse o seu caráter digno era erradicado. Por isto, o deputado Lauro Silva, do PMDB, ao repreender os que denunciavam sem provas o desvio de donativos após as enchentes, afirmava o seguinte: *“(...) É importante, portanto, que a própria imprensa nos ajude nesta hora para que a imagem do nosso estado não seja denegrida, para aqueles que nos ajudaram não pensem que Santa Catarina é uma terra de famintos, de desonestos e de aproveitadores. É preciso que preservemos a nossa imagem de homens sérios, de catarinenses trabalhadores”*⁷⁸.

O deputado Jair Girardi, do PMDB blumenauense, acusava os altos gastos na manutenção de uma falsa imagem para o estado, em detrimento de reais realizações no campo da cultura: *“Gastou-se muito para manter uma falsa imagem de um estado culturalmente importante, quando a nossa verdadeira condição é esta: somos lembrados apenas pela nossa pretensão e pela fragilidade de nossos recursos para sustentar esta imagem por mais tempo”*⁷⁹.

É neste momento de reconstrução que o mito do povo “ordeiro e trabalhador” de Blumenau passa a dar elementos para se forjar uma “identidade catarinense”, como constatou Carlos Mattedi: *“Muito em função da experiência de Blumenau, o estado de Santa Catarina tem sido reconhecido nas últimas décadas, pela sua impressionante*

⁷⁸ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Diário da Assembléia Legislativa* de 29.07.1983. N. 2.650, p. 11.

⁷⁹ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Diário da Assembléia Legislativa* de 04.10.83. N. 2.673, p. 8.

capacidade de recuperação frente aos danos ocasionados por situações de desastre".⁸⁰

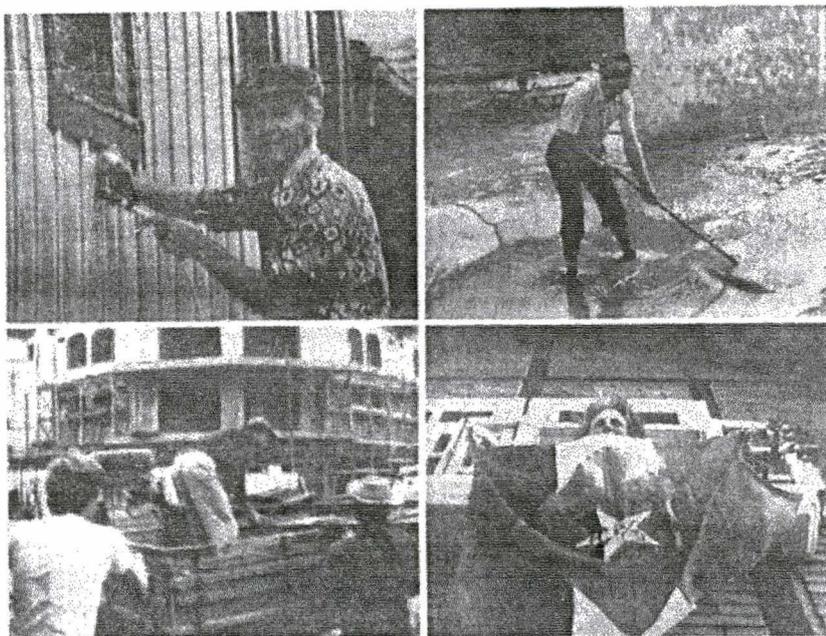
Tal afirmação se constata em diversas propagandas, como a impressa a seguir, na qual publicam-se fotos de pessoas trabalhando "*(...) É preciso acreditar na vida, na força do trabalho, dessa gente que construiu um modelo social e cultural que as águas barrentas jamais destruirão (...) Vamos mostrar ao Brasil que a nossa bandeira continua abrigando um povo trabalhador e produtivo, unido e corajoso*"⁸¹. Este discurso sempre foi veiculado em Blumenau para afirmar a persistência de seus moradores frente às inúmeras cheias que assolaram a cidade. O "exemplo de Blumenau" servia para dar credibilidade ao discurso do governo do estado. A crença na persistência dos moradores de Blumenau frente às cheias dava fiabilidade ao discurso, fazendo-o circular e produzir praticantes. É exatamente a sua capacidade de circular, de "*escrever e maquinar corpos*"⁸², que se produzia a fiabilidade necessária para usá-lo para representar o estado.

⁸⁰ MATTEDI, Marcos Antônio. **Enchentes em Blumenau: um estudo sobre o comportamento do sistema político no período de 1983-1994**. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC. p. 77.

⁸¹ Reconstrução é nossa bandeira. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 07 e 08.08.1983, p. 04.

Propaganda da Campanha mostrando fotos de pessoas trabalhando⁸³.

Reconstrução é nossa bandeira.



Os estabelecimentos enfrentaram com coragem a terrível

A nível nacional, a partir das enchentes, o governo do estado difunde uma imagem única de Santa Catarina: a do estado alemão, de povo trabalhador, onde a riqueza é igualmente distribuída. Conforme Carlos Mattedi, a afirmação de uma capacidade inigualável de se recompor perante as cheias, *“parece depender de uma suposta homogeneidade na distribuição espacial da população, da existência de equilíbrio na distribuição da renda e de uma certa “ética do trabalho” que estaria na raiz*

⁸³ **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 07 e 08.08.1983.

da eficiência dos esforços de reconstrução”⁸⁴. O discurso étnico teuto-brasileiro extrapolou fronteiras. O manto da etnicidade alemã acobertou todo o estado, mostrando ao país uma imagem única de Santa Catarina.

O Projeto de Identidade Catarinense, mesmo tendo objetivado divulgar a “multiplicidade industrial e etnia social” de Santa Catarina, iniciou dando prioridade ao “Homem do Contestado”. Por fim, diante da necessidade da reconstrução do estado, acabou por afirmar uma identidade germânica para Santa Catarina, através da exaltação do **trabalho**. Da germanidade extraía-se a força e a tenacidade para se sair da crise conjuntural. Novamente, a partir de um discurso homogeneizante, tendia-se a negar a diversidade cultural do estado.

Em momentos de conflito, no caso, dificuldades econômicas provocadas pelas enchentes, os discursos étnicos emergem com extrema força. Nos discursos de lideranças políticas de Santa Catarina, a identidade germanizada do catarinense, baseada no trabalho, forjava-se através da afirmação do seu contraponto, buscado no nordeste brasileiro. Naquela época, enquanto no sul havia água em excesso, em virtude das enchentes, no nordeste perdurava há cinco anos uma longa seca. A disputa pelas verbas federais era grande, provocando entrechoques entre os políticos do sul e do nordeste e, inclusive, produzindo estereótipos sociais.

Somente considerando-se um contexto de relações intergrupais que se pode compreender a produção de estereótipos sociais⁸⁵. Em virtude da simultaneidade das

⁸⁴ MATTEDI, op. cit., p. 77.

⁸⁵ NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria. Representações de germanidade, identidade étnica e vitalidade etno-lingüística. *Novas Contribuições para a Teorização e Pesquisa em Representações Sociais*. Florianópolis, n. 10, v. 1, p. 113, set./96.

duas catástrofes, a disputa de verbas com o nordeste fez com que muitos blumenauenses e outros catarinenses acusassem o nordestino de não merecer o auxílio federal, pois, segundo eles, este é “fatalista”, uma pessoa que se entrega: “(...) *Quando não pode mais, emigra*”⁸⁶. Contudo, os nordestinos há cinco anos subsistiam sem água. Para Euclides da Cunha, o sertanejo não é uma pessoa que se entrega. Conforme sua célebre frase, “*o sertanejo é, antes de tudo, um forte*”⁸⁷. Contudo, o autor do artigo supracitado, Victor Márcio Konder, identificava o nordestino como o contraponto do blumenauense, representado como não conformista, portador da “cultura do trabalho”, que “*luta para progredir*”⁸⁸.

Em propaganda da Secretaria da Reconstrução, proclamava-se a segunda versão do “Dia do Fico”, sob o seguinte lema: “*Vamos ficar, vamos trabalhar, vamos lutar, vamos tocar pra frente*”⁸⁹. Esta propaganda desafiava o catarinense a plantar novamente, tendo em vista os programas de distribuição de sementes e dos créditos de emergência concedidos aos agricultores. Para tanto, o discurso do “fatalismo nordestino”, tão difundido àquele momento em razão das secas no nordeste, era afirmado em contraponto à “persistência dos catarinenses” para forjar uma identidade do estado.

Na disputa por verbas federais, a antiga contraposição entre o elemento teuto-brasileiro e o luso-brasileiro foi ressuscitada. Para a ideologia étnica teuto-brasileira,

⁸⁶ KONDER, Victor Marcio. Blumenau, cidade indômica. *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 28 e 29.08.83.

⁸⁷ CUNHA, Euclides. *Os sertões*. 27. Ed. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1963. p. 94.

⁸⁸ KONDER, op. cit..

⁸⁹ Vamos ficar, vamos trabalhar, vamos lutar, vamos tocar pra frente. *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 09 e 10.10.1983, p. 26.

veiculada sobretudo através de periódicos e almanaques no sul do Brasil, “a categoria ‘luso-brasileiro’ era definida negativamente e em oposição à categoria ‘teuto-brasileiro’ - tendo como ponto de referência comparativo o ‘trabalho alemão’”⁹⁰. Por isto, o luso-brasileiro era definido como mau cidadão, mau patriota, porque não era “bom trabalhador”.

Contudo, se antes, nos debates políticos estaduais, usava-se o elemento “trabalho alemão” para distingüir o descendente de imigrantes alemães do interior, do “caboclo brasileiro” do litoral⁹¹, com as enchentes que arrasaram não só Blumenau mas todo o estado, usou-se o mesmo elemento para se distingüir não só o blumenauense, mas também o catarinense, do nordestino.

A enchente de 1983 não atingiu somente os pobres mas também a classe média e os ricos da região do Vale do Itajaí, provocando a derrocada financeira de muitos daqueles que antes despontavam no ramo tradicional da economia. Conforme Ivo Marcos Theiss, foi a partir da década de 80 que a economia do Vale do Itajaí, assentada primordialmente na produção têxtil, começou a passar por dificuldades⁹². Portanto, a enorme publicidade dada a Blumenau após as enchentes, era sintoma daquela situação conjuntural de decadência das indústrias tradicionais do Vale do Itajaí.

Durante a grande seca de 1877 no nordeste do país, uma entre muitas que já haviam grassado na região, a imprensa local teve papel significativo na busca de

⁹⁰ SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” ..., p. 14.

⁹¹ ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica – PUC.

⁹² THEISS, Ivo Marcos. O papel da administração pública no desenvolvimento local: o caso de Blumenau – contribuição para o debate. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, Tomo XXXVIII, nº 06, p. 07, junho 97.

verbas para aquela região. Esta imprensa explorava as imagens de miséria, desespero, morte e dor, para sistematizar um conjunto de imagens e enunciados que transformassem o “discurso da seca” numa das armas mais poderosas a serviço da elite decadente⁹³. A partir daí a imagem de nordeste enquanto “região atrasada” foi veiculada. A situação de decadência da elite foi causadora de uma carga discursiva:

Enquanto a seca foi problema para o mundo dos despossuídos, ela era uma senhora desconhecida, não merecia mais que breves notas em pé de páginas de jornais, mas, quando chega ao mundo dos proprietários, ela não só é percebida, como é transformada no “cavalo de batalha” de uma elite necessitada de argumentos fortes, para continuar exigindo o seu quinhão, na partilha dos benefícios econômicos e dos postos políticos em âmbito nacional⁹⁴.

Em Santa Catarina, pelo contrário, a crise econômica agravada pelas enchentes produziu uma representação de estado “exemplar”, progressista. Forjou-se uma nova representação para o estado, pautada na etnicidade alemã. Forjou-se também um movimento visando suplantar a crise, desencadeado pela Secretaria Extraordinária de Reconstrução, utilizando o trabalho como meio para promover a retomada do desenvolvimento.

O processo de disputa de verbas entre a Santa Catarina “enchentada” e o Nordeste vítima da seca, representou uma luta entre as elites políticas e econômicas do país, daí a intensidade de um discurso denegridor do elemento nordestino por parte

⁹³ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 28, vol. 14, p. 117, 1994.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 120.

dos blumenauenses e catarinenses. Não se quer aqui defender o nordestino ou o sulista, o que seria cair nas malhas do mesmo discurso carregado de estereótipos imagéticos. Se muitos sulistas se consideravam os explorados ou mesmo os “bons cristãos” que não negavam ajuda aos flagelados da seca, também muitos nordestinos se consideravam oprimidos, discriminados e explorados pelo sul.

A situação de crise, nas duas regiões, fazia com que as elites políticas e econômicas produzissem representações. Esta luta, a nível nacional, foi encabeçada principalmente por deputados estaduais, que já não falavam somente em nome de Blumenau, mas de Santa Catarina. Para o deputado blumenauense Aldo Pereira de Andrade (PDS): *“(...) na aplicação dos recursos para as regiões distintas, como a da seca e agora a das enchentes, existe uma grande diferença (...) Onde são gerados os recursos que salvam as vidas do Nordeste? No Sul!”*⁹⁵. O sul era representado nestes discursos como o “Sul Maravilha”⁹⁶, a “Vaca leiteira do país”.

Vale aqui ressaltar o lugar de onde este deputado fala. Este foi, entre 1956/58 e 1959/64, presidente do Sindicato dos Têxteis em Blumenau, em época na qual os rumos do sindicato eram previamente traçados conforme o interesse dos industriais da cidade⁹⁷. A concorrência por verbas públicas entre as elites nacionais é evidenciada em sua fala, quando denuncia a implantação da indústria automobilística no nordeste:

⁹⁵ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Diário da Assembléia Legislativa de 17.08.1983*. N. 2.654, p. 05.

⁹⁶ Expressão usada pelo deputado João de Borba, PMDB. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Diário da Assembléia Legislativa de 28.09.1983*. N. 2.669, p. 02.

⁹⁷ Sobre o sindicalismo em Blumenau ver KRZIZANOWSKI, Moacir. *A greve nas indústrias têxteis de Blumenau*. Blumenau, 1992. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Universidade Regional de Blumenau.

(...) A indústria automobilística se deslocou, mercê dos incentivos fiscais, em concorrência desleal com os investidores do Sul e Sudeste, para o Nordeste, gerando um excedente incrível de veículos, que, pelo fato do povo não ter poder aquisitivo, eram vendidos no Sul, com ônus do custo agregado do transporte, e novamente subsidiados para poder competir com os próprios produtos produzidos por aqui (...) ⁹⁸

Fazia-se questão de evidenciar que a verba advinda para o sul não era “esmola”. Esta constituir-se-ia em investimento, já que à verba recebida se acrescentaria o trabalho dos catarinenses. Segundo o discurso dos políticos catarinenses, “esmola” era o que se concedia ao nordeste do país. Chega-se a cogitar a retirada dos flagelados da seca do nordeste, denominado o “poço sem fundo do país”: “(...) Mas será que este Nordeste brasileiro, onde moram os nossos irmãos, ainda tem terra para receber incentivo e auxílio ou é chegado o momento de nós, brasileiros, nos mobilizarmos e tirarmos de lá os nordestinos famintos, antes que o Nordeste acabe com este país?” ⁹⁹

Os debates políticos entre o sul e o nordeste contribuíram para se acirrar uma representação do catarinense enquanto “diferente” pois que “superior no trabalho”. Tendo em vista estarem estes valores presentes no discurso étnico teuto-brasileiro, o contraponto buscado no nordeste cumpria a função de dar uma identidade a Santa Catarina. Claro que o velho debate litoral-interior, “alemão trabalhador” - “caboclo indolente”, continuava a ocorrer dentro do espaço catarinense. É o que se percebe através dos pronunciamentos dos deputados na Assembléia Legislativa do estado. Como exemplo, tem-se o pronunciamento do deputado Álvaro Correia, do PMDB,

⁹⁸ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Diário da Assembléia Legislativa de 11.07.1983*. N. 2.647, p. 05.

⁹⁹ Pronunciamento do deputado Lauro Silva, do PMDB. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Diário da Assembléia Legislativa de 29.09.1983*. N. 2670, p. 04.

nascido em Itajaí mas representante de Blumenau, que lamentando a falta de estradas, a inconclusão da BR-470 em Blumenau, a morosidade das obras de contenção de cheias, indaga: *“Como é que para Florianópolis se consegue dinheiro para triplicar avenidas pelas beiras do mar, para fazer passarelas, para a construção de uma terceira ponte, etc?”*¹⁰⁰.

Apesar disto, a nível nacional, Santa Catarina passa a se espelhar em Blumenau para construir sua imagem. Blumenau, precursora e difusora deste discurso homogeneizador, é transformada em vitrine do estado: *“uma cidade que, quer queiram ou não, em matéria de turismo tem contribuído eficazmente não só para melhorar a economia catarinense, como para projetar a imagem do estado de Santa Catarina”*¹⁰¹.

Houve um debate até cômico na Assembléia Legislativa, em 1983, quando o deputado Aldo Pereira de Andrade, representante de Blumenau, implementou um projeto de Lei para que a orquídea *“Laelia Purpurata”* fosse a flor- símbolo do estado de Santa Catarina. O interessante foi a justificativa dada pelo deputado, quando explicou que *em Blumenau* se cultivava muito aquele tipo de flor, daí a apresentação do projeto.

A expansão dos mercados a que assistimos neste final de século, traz consigo, conforme Maria Bernardete Ramos Flores: *“(...) a busca, o ‘resgate’ do mito da identidade regional ou local, como forma de fugir das grandes homogeneidades e manter o caráter de singularidade no grande mercado mundial, para que possa aparecer como mais ‘um’ concorrente”*¹⁰². A partir das enchentes, Santa Catarina foi e

¹⁰⁰ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Diário da Assembléia Legislativa de 13.07.1983*. N. 2.648, p. 04.

¹⁰¹ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Diário da Assembléia Legislativa de 04.10.83*. N. 2673, p. 02.

¹⁰² FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Letras Contemporâneas, 1997. P. 75.

ainda é divulgada como um estado de trabalho e de festas. A diversidade cultural finalmente é reconhecida, e é valorizada enquanto atrativo turístico.

Contudo, mesmo instituindo-se festas típicas em diversos municípios do estado, cada qual valorizando determinada cultura, a cultura teuto-brasileira continuou prevalecendo enquanto representante do estado. Até hoje perdura uma representação do estado baseada nos grupos alemães do Vale do Itajaí e norte catarinense, excluindo-se outras etnias que compõem o estado:

Atualmente a indústria do turismo possibilitou a emergência de determinados aspectos culturais que dão visibilidade a outros grupos que compõem Santa Catarina. Nesse sentido é que se pode interpretar as inúmeras manifestações, expressas primordialmente através de festas típicas, as quais pontilham todo o calendário turístico do Estado. Mesmo assim, acaba prevalecendo, enquanto imagem a ser consumida externamente, a percepção de se tratar de um estado cujo povo descende predominantemente do elemento alemão, sendo um dos agentes dessa representação as festas teuto-brasileiras que ganham espaço na mídia nacional¹⁰³.

A partir das festas, instituiu-se uma política de valorização da etnia teuto-brasileira. Conforme o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos¹⁰⁴, esta valorização foi levada a cabo pela elite econômica de Santa Catarina, interessada em apagar as experiências históricas dos grupos minoritários do estado. Sabe-se que não há uma identidade étnica única neste espaço. Tanto Santa Catarina como Blumenau, são

¹⁰³ MACHADO, Vanderlei. **A construção de uma nova ordem: os discursos imigrantistas em Desterro (1850-1880)**. Florianópolis, 1994. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de História. p. 02.

marcados pela heterogeneidade cultural. Apesar de se querer torná-los homogêneos etnicamente, enquadrá-los dentro de um mesmo molde cultural, sua configuração social heterogênea é evidente.

Concluindo, há que se avaliar as condições de produção das representações. Elas emergem a partir das circunstâncias de cada época. Em Santa Catarina, a diversidade cultural entendida enquanto problema, no início da década de 80, desembocou num projeto político de busca da identidade catarinense no oeste do estado. Afastada esta idéia pela ocorrência das trágicas enchentes, em 1983, a necessidade de reconstrução do estado resgatou na germanidade, o elemento “trabalho”, para promover, a partir dele, uma representação germanizada de Santa Catarina. Blumenau é transformada em vitrine do estado. Este artifício não deixou, inclusive, de produzir representações de outras regiões do país, como visto, para construir uma “diferença”, para instituir os limites de uma representação homogênea de Santa Catarina: o estado branco, alemão, e de trabalho.

¹⁰⁴ SANTOS, Sílvio Coelho dos. A política da valorização étnica. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 06.03.93, p. 09.

Capítulo 2:
OS USOS DO PASSADO: AS ENCHENTES E A VEICULAÇÃO DO
“POTENCIAL DE TRABALHO DO BLUMENAUENSE”

Blumenau e a convivência com as enchentes

“Larga, profunda e potente,
corria em longa marcha,
a bela massa de água, geralmente silenciosa.
Encantadora floresta virgem refletia-se na corrente
e esbeltas palmeiras inclinavam-se sobre as ondas escuras,
balançando-se ligeiramente.
Mas, ao lado do quadro da mais profunda paz,
o da mais furiosa destruição.
Em muitos lugares desabaram os barrancos do rio
com os matos que os cobriam.
As mesmas frondes pujantes que se elevavam para o céu
subitamente se precipitavam na torrente
e ali ficam apoiadas no fundo,
rodeadas pelas águas espumantes,
até que se decomponham
ou que as areias as enterrem completamente”
(Poesia de Robert Avé-Lallemant - 1880)

“O blumenauense se acostumou a tirar a lama de suas casas, de seus jardins, das ruas, com a própria água da enchente, para que a vida pudesse continuar. E assim tem sido ao longo dos tempos. E Blumenau e seu povo têm resistido corajosamente qualquer tentativa de abatimento. E assim sempre será, pois Blumenau é a única”¹ –

Afirmações como esta, feita por ocasião da comemoração dos 147 anos de Blumenau, em 2 de setembro de 1997, em suplemento do jornal de maior circulação local, têm sido muito comuns quando se faz referência à cidade. Mais do que relacionar ao

¹ Enchentes não conseguem destruir sonho. *Jornal de Santa Catarina*. Blumenau, 02.09.1997. Blumenau 147 anos - Suplemento especial. p. 34.

blumenauense um determinado jeito de ser e viver, tais afirmações representam um auto-elogio, numa atitude narcisista com fins de marcar diferenças: “*Blumenau é a única*”. Para tanto, esta representação faz muito uso da afirmação de uma firme persistência e determinação do “blumenauense” frente às adversidades, uma vez que desde a fundação da cidade, convive-se com o drama das onerosas consequências das enchentes.

A “função estratégica” de se escrever, conforme Michel de Certeau, é tentar mudar a realidade que está posta. O “jogo escriturístico” tem como alvo uma eficácia social². Um dos objetivos deste sub-item é trazer à luz fatos referentes à colonização do Vale do Itajaí, para mostrar o porquê da permanência da sede da colônia num local propício a enchentes, tentando desconstruir uma história oficial que sempre romantizou a colonização da cidade, buscando tão somente na “cultura alemã” explicações para o seu desenvolvimento.

Também é objetivo mostrar como o presente não faz “tabula rasa” do passado. O presente é construído também por intermédio dos trabalhos da memória. Lidar com representação é lidar com imagem. Lidar com imagem é lidar com imaginário. Lidar com imaginário é lidar com memória e história. Lembrar é refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. O passado encontra no presente o seu princípio de seleção e descrição. Ecléa Bosi, fundamentada no pensamento de Maurice Halbwachs, afirma que memória é trabalho, pois o passado não sobrevive, ele é construído pelos materiais que estão, agora, à

² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, p. 226.

nossa disposição: “se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar”.³ Então, vê-se como a memória acerca da colônia Blumenau é reconstruída de acordo com interesses presentes que visam diluir conflitos, através da romantização do passado da cidade.

Como os primeiros imigrantes vieram a elaborar uma solução discursiva para enfrentar as enchentes, é uma pergunta que pode trazer elementos interessantes para a compreensão do processo de construção de imagens e representações acerca de Blumenau, em virtude da afirmação da “operosidade e bravura” do blumenauense sempre aparecer associada à incidência de enchentes. A escassez de documentação a respeito das primeiras enchentes, contudo, infelizmente inviabiliza o desejo de conhecer as falas, opiniões, indagações, discussões travadas entre os imigrantes dos primeiros trinta anos da colônia Blumenau.

Por falta de incentivo do próprio fundador, Hermann Bruno Otto Blumenau, durante três décadas a colônia Blumenau não publicou nenhum periódico. O primeiro jornal foi publicado somente a partir de 1881, trinta e um anos após a fundação da colônia, a 02 de setembro de 1850. Apesar do *Kolonie Zeitung* de Joinville também ter publicado informações a respeito dos principais fatos ocorridos em Blumenau, isto ocorreu somente a partir de 1862, doze anos após a data oficial da fundação de Blumenau. Portanto, a maioria dos testemunhos a respeito das primeiras enchentes só pode ser obtida através dos relatórios e cartas do próprio fundador, do Diário da

³ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo: Edusp, 1987. p. 54.

colônia, escrito pelo seu sobrinho, e de pouquíssimas cartas de colonos, encaminhadas a parentes na Alemanha.

Todavia, a escassez da documentação não nos impede de, pelo menos, analisar as consequências das primeiras enchentes, relatadas pelo próprio fundador, assim como avaliar o caráter e o modelo de colonização implantado, para compreender o porquê de se manter o centro da cidade numa área facilmente inundável. Para tanto, como diz Carlo Ginzburg, é preciso atentar para as pistas, examinar os pormenores mais negligenciáveis, os indícios imperceptíveis para a maioria⁴. A existência de uma bibliografia já produzida a respeito das enchentes também traz subsídios para se conjecturar a respeito das razões da criação de uma representação de povo “corajoso e bravo”.

Em 1850, antes mesmo do fundador chegar à colônia com os primeiros doze imigrantes, há o relato de uma enchente. O engenho construído na barra do ribeirão da “Velha”, designação que deu nome a um dos maiores bairros de Blumenau, estava ameaçado de ser carregado pelas águas. Este engenho fôra construído por Ferdinand Hackradt, sócio de Dr. Blumenau, que havia ficado na colônia enquanto o outro partira para a Alemanha. A enchente contribuiu, conforme José Ferreira da Silva, para que Ferdinand Hackradt saísse da sociedade por falta de capital⁵.

Apesar de não citar fontes, a pesquisadora Beate Frank afirma que documentos do século XVIII já mostravam que a tendência do rio transbordar em épocas de

⁴ GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 143/179.

⁵ SILVA, José Ferreira da. *História de Blumenau*. Florianópolis: Editora Edeme, 1972. p. 39.

intensas chuvas era do conhecimento dos habitantes da região costeira de Santa Catarina⁶. Não detalha também quem seriam estes habitantes do litoral. O próprio Hermann Blumenau já sabia, com precisão de detalhes, em abril de 1848, da tendência de transbordamento do rio, o que o fez desistir da instalação de moinhos no salto do rio, atual parte norte da cidade: “(...) após grandes chuvas o rio transborda, tem forte correnteza e se eleva em três dias, e às vezes em 24 horas chega numa altura de até 24 pés ou mais”⁷. O fundador não se intimidava com este fato, uma vez que contava com as águas do rio para mover moinho de açúcar e serraria, designando a última, o “projeto mais importante para nós agora”⁸.

Sendo assim, a sede da colônia foi instalada justamente às margens do rio Itajaí-Açu, dadas as condições de navegação até aquele ponto, a disponibilidade de água, energia e solo fértil. No entanto, os primeiros imigrantes, antes de emigrarem, com certeza não sabiam das enchentes as quais as terras da colônia estavam sujeitas.

Contudo, uma vez estando na colônia, a ocorrência de cheias foi percebida pelos colonos desde o primeiro ano da fundação de Blumenau, quando em 1851 o rio “cobriu as plantações mais baixas, danificando seriamente o engenho e carregando com muita madeira que já estava serrada”⁹. A frequência com que estas inundações ocorriam também se tornou clara quando novamente, um ano e sete meses depois,

⁶ FRANK, Beate. O tratamento do problema das enchentes na bacia do Itajaí - SC. *Dynamis*, v. 1, n° 1, p. 21, set./out. 1992.

⁷ Carta de Hermann Bruno Otto Blumenau, encaminhada a pais e parentes na Alemanha. Desterro, 21.04.1848. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Dossiê Família Blumenau, Correspondência de Hermann Blumenau de 1846 a 1850 (3.B.28.1.2), documento 02.

⁸ Ibid.

entre 20 e 31 de outubro de 1852, o rio encheu-se de águas barrentas e avassaladoras, semeando fome, morte de animais e de culturas:

(...) Pior passaram os muitos colonos que moravam abaixo dos nossos sítios que haviam construído os seus ranchos nas partes mais baixas; muitos desses ranchos ficaram completamente debaixo d'água e muita coisa se perdeu, acrescentando a isso que muitos colonos chegaram a passar fome porque, com a cheia, os caminhos ficaram interrompidos e a violenta correnteza impedia o tráfego de canoas pelo ribeirão.¹⁰

Em fins de 1854, dos 309 imigrantes que entraram na colônia, 67 já a tinham abandonado, sendo que a maioria não fez o mesmo porque não dispunha de recursos, conforme reconheceu o próprio Hermann Blumenau¹¹. O economista Paul Singer, em seu estudo sobre o desenvolvimento econômico e evolução urbana, no qual analisa, entre outros, o caso de Blumenau, afirma que *"quase 1.000 pessoas imigraram para Blumenau na década de 50 do século passado, das quais quase 30% saíram posteriormente da colônia"*¹². Fatos como este, contudo, têm sido silenciados, por conta de uma corrente afirmação da "persistência e coragem dos blumenauenses" frente às adversidades. Apesar desta taxa de saídas ter diminuído de 30 para 7% na

⁹ Diário da Colônia deixado pelo sobrinho do fundador, Reinoldo Gaertener, citado por SILVA, José Ferreira da. *As Enchentes no Vale do Itajaí*. Blumenau: Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1975, p. 04.

¹⁰ Carta de Fritz Müller à irmã Rosa, da Alemanha, com data de 06.01.1853, citada por SILVA, op. cit., p. 05/06.

¹¹ SILVA, Zedar Perfeito da. Colônia Blumenau. In: *O Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura (Serviço de Informação Agrícola), 1954. p. 09.

¹² SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1968. p. 96.

década seguinte (1860-1869), em razão das melhorias das condições de vida na colônia¹³, não deixa de ser digna de registro e análise, uma vez que este dado põe à prova a afirmação do “espírito inquebrantável” dos “pioneiros”, sempre vistos enquanto categoria homogênea. A própria história que se produziu sobre Blumenau, sempre investiu muito na explicação do desenvolvimento da cidade, deixando assim de lado, os fracassos e os (des)caminhos da colonização.

Nos relatórios do próprio fundador, depreende-se o reconhecimento da estagnação econômica da colônia, causada em grande parte, pelas constantes inundações. Em 1855, novamente ocorreu uma enchente, fazendo diminuir a colheita. Nem sequer sobraram sementes para o plantio do ano seguinte, que somada à proliferação de doenças, provocou o desfalque de 25 a 30% dos roçados¹⁴. O próprio fundador perdeu sua casa, com livros, instrumentos e mercadorias. Inclusive seus livros de contas e créditos se foram com as águas. Perdoou a quase todos os colonos os juros de suas dívidas. Em carta ao Imperador D. Pedro II, Dr. Blumenau afirma ter sustentado os colonos com fortes adiantamentos, *que “abateram todos os (meus) cálculos anteriores”*¹⁵. Também *“(...) as funestas consequências da enchente trouxeram, com grande prejuízo, também grande atraso à colônia e não de se fazer*

¹³ Ibid., p. 105.

¹⁴ Relatórios do Dr. Blumenau - 1858. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo II, nº 06, p. 108, junho de 1959.

¹⁵ **Carta do Dr. Blumenau ao Imperador D. Pedro II**, data de 30.04.1856. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Dossiê Família Blumenau (3.B.28.1.2), documento 03.

*sentir ainda por alguns anos, tendo já no ano passado diminuído diversas colheitas por mais de 3/4s partes*¹⁶.

A estagnação provocada pelas constantes cheias, inclusive foi um dos motivos pelos quais o fundador entregou a administração da colônia ao Império em 1860: *“Durante dez anos consecutivos, lutou contra toda sorte de adversidades: má vontade dos dirigentes provinciais, ingratidão dos colonos, temporais e enchentes, doenças e, sobretudo, falta premente de dinheiro para levar adiante a sua obra (...) Não viu, o Dr. Blumenau, outra solução senão que o governo tomasse a seu cargo o empreendimento (...)”*¹⁷

Portanto, além da mata virgem, das doenças, do clima diferente, da ameaça de confrontos com indígenas, muitos colonos sofreram desde cedo as consequências desastrosas das inundações do rio Itajaí-Açu, condições adversas as quais muitos colonos não resistiram. O Diário da Colônia testemunha que muitos colonos haviam passado dias inteiros sem comer, trepados nos ramos mais altos das árvores, durante a enchente que ocorreu em 1855¹⁸. O próprio fundador perdeu casa, objetos e documentos pessoais durante aquela enchente. Por que então, Dr. Blumenau insistiu em manter o *Stadtplatz*¹⁹ ali, exatamente no trecho entre as desembocaduras dos ribeirões da Velha e do Garcia? Já se sabe que alguns deixaram a colônia e que a maioria só não o fez pois todas as suas economias haviam servido para pagar a

¹⁶ Relatórios do Dr. Blumenau. 1856. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo II, n° 01, p. 02, janeiro de 1959.

¹⁷ Significativo acontecimento. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, Tomo III, n° 01, p. 12, janeiro de 1960. (Não consta nome do autor).

¹⁸ SILVA, José Ferreira da. **As Enchentes...**, p. 08.

¹⁹ Significado correspondente a “sede da Colônia”.

viagem e a sua instalação nos lotes coloniais. Em carta de Julius Baumgarten a sua família na Alemanha, sabe-se que em virtude da enchente de 1855 e dos enormes prejuízos na safra, perda de bens e morte de animais, “*somente lamentações se ouve por todos os lados*”²⁰.

Calados não permaneceram os colonos, que inclusive admitiam a escolha de um local inapropriado para a instalação do *Stadtplatz*. Através de relato de Gustav Stutzer, colono emigrado no final do século, tem-se notícia do porquê do fundador ter mantido aquela localização:

(...) o centro da cidade tem o lugar menos apropriado em toda a Colônia, mas não foi possível convencer o Dr. Blumenau para localizá-la cinco quilômetros mais acima do rio, em lugar seguro. Quando perguntei (ao meu irmão) a razão, ele me disse que ali era o centro de interesses do Dr. Blumenau e onde ficavam suas propriedades particulares²¹.

Interesses particulares do próprio fundador, portanto, impediram a localização da sede da colônia, o que viria depois a se tornar a cidade de Blumenau, em local mais apropriado. Estes interesses contribuíram para a persistência da sede às margens do grande rio, exatamente na confluência de dois ribeirões. A colônia Blumenau era sobretudo um empreendimento particular de agricultura e comércio. Todos os assuntos que diziam respeito à colônia eram resolvidos pelo fundador.

²⁰ Carta de Julius Baumgarten, endereçada ao seu pai na Alemanha. Blumenau, 07.12.1855. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Dossiê Família Baumgarten, Correspondências de Julius Baumgarten (3.B.27), documento 01.

²¹ Blumenau no passado no livro de Gustav Stutzer. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, Tomo XVIII, ed. 368, p. 239, 18.08.1987.

“Blumenau & Hackradt”: assim se chamava o empreendimento particular de colonização. O presidente da Província concedeu a esta firma uma gleba de terras nas imediações do ribeirão Garcia, afluente do rio Itajaí-Açu, à qual incorporaram-se outras, adquiridas por compra, de particulares²². As terras compradas consistiam-se em duas partes, próximas uma da outra, um pouco acima do salto do rio. Estas terras eram vendidas aos colonos por Dr. Blumenau. Somente poderiam escolher livremente o lote os que o pagassem à vista. A grande maioria assumia uma dívida não só pelo pagamento do lote como de sementes, mudas, animais e instrumentos agrícolas. Presos pela dívida, portanto, fosse o que fosse, a grande maioria teve que se submeter às dificuldades que a localização do seu lote trazia.

O modelo colonizador adotado pelo fundador influenciou na localização da Colônia às margens do rio. Havia interesse em utilizar o rio Itajaí-Açu como via de transporte. Este rio é navegável até o local onde hoje se situa o bairro Itoupava Seca. A sede da colônia foi implantada um pouco mais abaixo, para servir também de porto de chegada de imigrantes e mercadorias. Deste modo, o modelo ocupacional implantado foi o “hidráulico”, para aproveitar a navegabilidade do rio. Conforme Giralda Seyferth²³, este modelo foi peculiar à maioria dos locais colonizados por alemães em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Este modelo também foi um dos motivos para o isolamento das colônias alemãs do interior, situadas nos vales dos rios e numa

²² Conforme carta de Dr. Blumenau, as terras foram compradas de “primeira mão”. Ao explorar o rio pela primeira vez, Blumenau relata que seu sócio Hackradt desceu da canoa no primeiro grande salto do rio, “para realizar compras de terras”. Cf. Carta de 21 de abril de 1848. Op. cit.

²³ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1974. p. 45.

região coberta pela floresta atlântica. Nos primeiros quinze anos da Colônia Blumenau, o rio era a única via de comunicação entre esta colônia e Itajaí. Somente em 1874, 24 anos após sua fundação, foi inaugurada a primeira estrada. Esta, por sua vez, também margeava o rio.

Conforme Giralda Seyferth, o modelo urbanístico que serviu à distribuição dos lotes aos primeiros colonos, assemelha-se ao *Waldhufendorf*, característica de colonização medieval da Floresta Negra, Odenwald, leste da Mittelgebirge e em parte das florestas das terras baixas do norte da Alemanha²⁴. A demarcação do *Stadtplatz* da Colônia Blumenau, que serviria como sede administrativa, foi concebida com base num tipo de loteamento que instalava o assentamento na confluência de rios. Esta foi a primeira providência do fundador, ao localizar a sede da Colônia junto ao leito do rio Itajaí-Açu e entre as confluências de dois ribeirões. Em virtude da inexistência de estradas, as edificações foram instaladas próximas ao rio. Seguindo os cursos dos grandes rios e dos ribeirões, abriram-se picadas, a partir das quais foram demarcados longos lotes paralelamente entre si e perpendicularmente em relação aos cursos d'água, que tinham geralmente 200 ou 300 metros de largura, por um ou mais quilômetros de extensão²⁵. Desta maneira, os proprietários dos lotes tinham assegurado um meio de comunicação, seja pelas picadas ou pelos cursos dos rios.

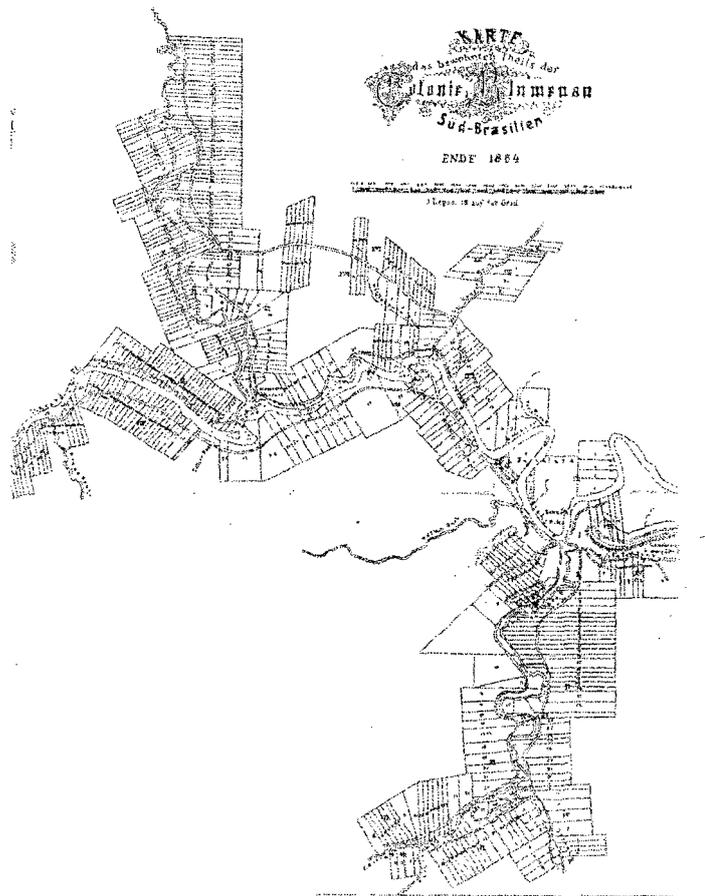
O sistema *Waldhufendorf* alemão, através do qual cada colonizador recebia uma

²⁴ Ibid., p. 51. A autora não relativiza o termo "Idade Média". Genericamente falando, este período se estende do século XV ao XVIII. Contudo, sabe-se que regiões da Alemanha só vieram a superar o feudalismo medieval durante o século XIX.

²⁵ Ibid., p. 47.

Hufe (área de terreno alongado), que ia do fundo do vale (*Tiefe*) ao topo da montanha, foi a base para o sistema de povoamento da Colônia. O seu relevo irregular, com uma topografia acidentada, também foi um fato que influenciou o modelo de ocupação da área. O ponto de partida para a demarcação de cada lote era sempre a picada traçada ao longo do rio ou ribeirão mais próximo²⁶, conforme a planta da Colônia a seguir.

Disposição dos lotes às margens do rio Itajaí-Açu e afluentes – Colônia Blumenau em fins de 1864.²⁷



²⁶ *Ibid.*, p. 51.

²⁷ SILVA, Zedra Perfeito da. *O Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura (Serviço de Informação Agrícola), 1954. p. 33.

Além da influência do modelo colonizador adotado, dos interesses particulares do fundador, e da falta de recursos dos imigrantes para trocar de colônia, imaginam-se outras razões para compreender o porquê da sua permanência no local escolhido para a instalação da Colônia Blumenau. A maioria dos colonos atravessou o Atlântico para fugir da miséria, da carência de terras, movidos também pela esperança num futuro melhor para seus filhos. A partir da decisão de emigrar, todas as suas energias foram canalizadas para a expectativa de como poderia ser a nova vida que pretendiam começar no Novo Mundo. O que mais tinham era esperança. Dentro destas expectativas, portanto, conforme Marcos A. Mattedi²⁸, *“o desafio central era percebido como a superação das ‘resistências ambientais’”*. A maioria estava convencida da impossibilidade financeira de voltar à Mãe-Pátria. Portanto, a vinda para o Brasil representava um desafio. Para a grande maioria que não dispunha de muitos recursos, sofressem o que sofressem, mata virgem, ameaça de ataques indígenas, clima úmido, insetos e até enchentes, seu novo lar haveria de ser ali.

Isto, contudo, não nos impede de afirmar que, na visão do fundador, a Colônia Blumenau, enquanto empresa particular de colonização, tinha que prosperar. É de se acreditar que suas pretensões não deixaram de ser as mesmas, mesmo depois de entregar o empreendimento nas mãos do governo imperial, uma vez que permaneceu no cargo de administrador. Ele sempre viu vantagens na localização da colônia, pelo aproveitamento do rio como transporte fluvial. Sua expectativa estava pautada na

²⁸ MATTEDI, Marcos Antônio. **Enchentes em Blumenau: um estudo sobre o comportamento do sistema político no período de 1983-1994**. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC. p. 53/54.

imagem de progresso que aparecia nas propagandas veiculadas na Europa, com vistas a atrair novos imigrantes às Colônias. Inclusive seus textos publicados na Alemanha faziam questão de propagar os primeiros progressos de sua colônia: "*Textos de propaganda destacando o sucesso da colonização alemã e as boas condições do sul do Brasil como terra de imigração foram produzidos por alguns teuto-brasileiros notáveis, como Karl von Koseritz e Hermann Blumenau, ou até por companhias de colonização particulares*"²⁹. O impacto desta propaganda imigrantista trouxe às Américas um afluxo muito grande de famílias. Através dela prometiam-se terras férteis e acessíveis a todos. O Brasil era propagandeado como o "lugar onde você planta um pedaço de pau e colhe batatas do tamanho de um braço"³⁰.

É muito conhecido na cidade o fato de em 1880 ter ocorrido grande enchente, causadora de grandes prejuízos. Tal fato fez com que o governo imperial adiasse a instalação do governo municipal até 1883, em razão da emancipação da colônia. Apesar das frequentes cheias, o que talvez, o bom senso recomendasse escolher outro lugar para a sede da Colônia, a mesma acabou ali se mantendo, tornando-se o atual centro da cidade.

Da *Stadtplatz* saíam quatro caminhos, todos eles margeando cursos d'água: um ao longo do ribeirão Garcia; outro ao longo da Itoupava, um terceiro seguindo a margem direita do rio Itajaí-Açu, em direção a Indaial; e um quarto, na direção de

²⁹ SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. (org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994, 1a. edição, p. 20.

³⁰ KLUGER, Urda. *Verde Vale*. Florianópolis: Lunardelli, 1979. A planta aqui referida é o conhecido aipim. Seus ramos secos servem de semente no plantio.

Pomerode³¹. A malha urbana de Blumenau foi determinada pela bacia hidrográfica, de maneira que tomou a forma de uma folha espalmada; o rio Itajaí-Açu representando a nervura principal, e os ribeirões, as nervuras secundárias.

Portanto, todos estes fatores contribuíram para a configuração espacial da cidade e para a localização de grande parte de lotes em áreas inundáveis. Apesar da frequência das enchentes desde a fundação de Blumenau, não houve preocupação em se reestruturar a ocupação ou planejar as futuras ocupações. O crescimento populacional da cidade foi acompanhado pela transformação dos antigos lotes (*Hufen*) em loteamentos. Antes, os colonos procuravam utilizar o solo de tal forma que sofressem menos prejuízos nas enchentes, situando suas casas nas partes mais altas e utilizando as áreas mais baixas para plantações e pastagens. Desta maneira e também em virtude do reduzido número de habitantes, as enchentes àquela época não representavam grandes transtornos à vida da maioria das pessoas, conforme nos informa Ivani Butzke³². No entanto, com os desmembramentos, lotes inteiros ficaram em planícies de inundação e outros em encostas de morros com alta declividade³³.

Devido a um modelo ocupacional inadequado para aquela topografia, concentraram-se os assentamentos humanos e sistemas produtivos em áreas de risco. Esta ocupação, além de não prever a incidência das enchentes e agravar o problema, provocou graves distorções na estrutura viária do município. Desmente-se assim, o

³¹ CPU-IBAM/Lions Clube Dr. Blumenau. **Blumenau 2000**. Blumenau, 1987. p. 1 e 3.

³² BUTZKE, Ivani C. **Ocupação de áreas inundáveis em Blumenau (SC)**. Rio Claro, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP. p. 220.

³³ *Ibid.*, p. 151.

caráter “natural” da luta e resistência dos colonos às catástrofes provocadas pelas enchentes.

A partir da década de 1970, Blumenau passou a receber um grande contingente populacional de outras regiões do estado. O setor industrial expandiu-se, intensificando ainda mais a ocupação das áreas inundáveis³⁴. A partir daí também o desmatamento que vinha se processando desde o início da colonização passou a dar respostas efetivas³⁵. Todos estes fatores culminaram na transformação das enchentes em catástrofes, como as de 1983 e 1984. As decisões políticas no trato com as enchentes, durante todos estes anos, acabaram contribuindo para a criação de um imaginário que representa o “blumenauense” como forte, trabalhador e imbatível perante as cheias, já que desde a fundação de Blumenau até setembro de 1983, setenta e duas enchentes ocorreram.

Tal fato, por certo, também acabou criando uma experiência na lida com as águas. Por razões de ordem econômica, o poder público municipal e estadual teve um papel ativo na reafirmação desta representação em 1983 e 1984, quando as enchentes tomaram uma dimensão de catástrofe, como veremos nos itens seguintes .

³⁴ Ibid., p. 112.

³⁵ POMPÍLIO, Maria José. **O Homem e as Inundações na Bacia do Itajaí: uma contribuição aos estudos da Geografia do Comportamento e da percepção, na linha da percepção ambiental.** São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, USP. p. 183.

Blumenau à mercê d'água: as enchentes de 1983

(...) Tempos onde a cidade engorda
 Como um animal desolado
 Dia a dia engorda de águas
 De mágoas, limo, destroços
 Quantas perdidas memórias, e de medos engorda
 Oh! Casas fundadas, afundadas
 Das enchentes (...) ³⁶
(Lindolf Bell, poeta blumenauense)

Devido aos enormes prejuízos econômicos e até às implicações psicológicas que acarretam, com o tempo, as enchentes foram transformadas em símbolo da "capacidade de trabalho e reconstrução do blumenauense". Esta afirmação foi veiculada com muita intensidade principalmente na década de 80, quando a cidade se viu arrasada pela mais destruidora de todas as enchentes já ocorridas, em julho de 1983, seguida de outra enchente, de iguais proporções, em agosto de 1984.

As enchentes de 1983 fizeram o país voltar suas atenções à cidade de Blumenau. As águas de julho, além de lama, mortes, milhões de prejuízos, deram publicidade nacional a Blumenau. Como a metáfora do poeta Lindolf Bell, em tempos de enchente, a cidade engorda. Engordam suas águas, mágoas, destroços, e também o espírito de seus governantes com palavras e discursos. A tragédia e a comoção dão espaço a consolos, lembranças, e à veiculação do discurso acerca da "tradicional laboriosidade" de seu povo, como argumento à necessidade de reconstrução.

Em 1983 houve quinze dias em que o ritmo costumeiro da cidade estancou.

³⁶ **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 09 e 10.10.83, p. 30.

Máquinas paradas, lojas fechadas, ruas inundadas, escolas vazias. Não era greve, nem protesto. Durante quinze dias a cidade voltou suas atenções e preocupações para um único assunto: o fenômeno das enchentes. São novamente nas palavras de Lindolf Bell que encontramos um testemunho significativo da realidade vivida naqueles dias:

ENCHENTE 1983
 (...) Nem dia
 Nem noite
 Nem sábado
 Nem domingo.
 Que tempo
 Que líquida foice!
 Aqui poder, querer
 De homem cessa
 Vira lesma
 A inútil pressa (...)

Neste momento, a contagem do tempo não faz mais sentido. Conforme a metáfora, o rio, como uma líquida foice, corta e estanca a seiva representada pelo movimento rítmico do cotidiano da cidade. O poeta capta uma sensação comum a muitos moradores: “(...) *Não passa a hora no relógio da catedral (...)*”³⁷. A impossibilidade das pessoas ocuparem-se com os seus interesses e afazeres cotidianos faz com que o tempo pareça andar mais devagar. Estar “ilhado” pelas águas provoca em muitos a sensação de não saber o que fazer para “passar o tempo”. Conforme G. J. Whitrow, a consciência de duração do tempo depende de nossos interesses e do modo como focalizamos nossa atenção. “*Se o que estamos fazendo nos interessa, o tempo parece curto, e, quanto mais atenção dedicamos ao próprio*

³⁷ Poema de Lindolf Bell, publicado no *Jornal de Santa Catarina*. Blumenau, 09 e 10/10/83, p. 30.

tempo, isto é, à sua duração, mais longo ele parece. Nunca um minuto parece tão longo como quando olhamos o movimento do ponteiro dos segundos no mostrador de um relógio".³⁸

Blumenau da década de 80, incluída já há tempo no mundo industrializado, que faz do controle do tempo um dos seus principais meios para a acumulação de capital, passa pela experiência de desfrutar uma sensação diferente durante a enchente. Sensação de não poder associar medição do tempo com trabalho regular. Mas de tal forma se impõe o império do relógio nesta sociedade industrial que nem quinze dias de enchente faziam os blumenauenses deixar de consultar o relógio: "*Os relógios são constantemente consultados*"³⁹. Daí a sensação de mal estar, pois "as horas não passavam".

Nas sociedades camponesas, a natureza dita os tempos. Ali o relógio não escraviza os homens nem comanda o ritmo de suas vidas. A medida do tempo está aí relacionada com os processos habituais do ciclo do trabalho ou a tarefas domésticas, que por sua vez estão relacionados com os ritmos da natureza. No entanto, neste final de século, de tal maneira o trabalho foi disciplinado que a medida do tempo não é mais feita por um ato ou processo produtivo, mas pelo relógio, instrumento sintomático de uma nova era, na qual o tempo se converteu em moeda⁴⁰. Nossa cultura ocidental nos

³⁸ WHITROW, G. J. **O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. p. 17.

³⁹ Dez dias que marcaram Blumenau. *A Notícia*, Joinville, 31.07.1983.

⁴⁰ THOMPSON, E. P. *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*. In: **Tradicion, revuelta y consciéncia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Crítica, 1984. p. 247.

faz pressupor o tempo como um fenômeno isolado e quantificável⁴¹, independente do contexto. Criou-se um tempo *artefactual*⁴² simbolizado pelo relógio, tempo abstrato e utilitarizado, para orientar e organizar a vida social dos indivíduos.

Durante a enchente de 1983, o universo tido como um mecanismo, uma máquina regida por um ritmo rápido e regular, deixa de existir por uns momentos. Conforme Bárbara Adam, em tempos de mudanças sociais súbitas e desastres naturais, os tempos são vividos e experienciados diferentemente das rotinas cotidianas⁴³.

Seguindo o pensamento de Eduard Thompson, os homens da idade industrial teriam uma demarcação maior entre “trabalho” e “vida”, de modo que qualquer atividade não produtiva seria “perda de tempo”⁴⁴. Os homens acostumados com o trabalho regulado pelo relógio vêem este “passar o tempo” como uma atitude anti-econômica. Diante da impossibilidade do trabalho regular, provocada por aquela catástrofe pluviométrica, o “passar o tempo” é a única alternativa: “*A solução é ir para casa, ligar rádio e ver o que diz a TV quanto às previsões*”⁴⁵. Quem escreve é Norton Azambuja, jornalista do Jornal de Santa Catarina, que, ilhado em seu apartamento, anota suas vivências durante a enchente. É ele “um jornalista à mercê d’água”.

⁴¹ ADAM, Bárbara. Tempos Modernos: a conexão tecnológica e suas implicações para a teoria social. Texto originalmente publicado em *Time & Society*, Vol. 1 (2), 175-191, SAGE Publications, London, 1992. p. 01. Tradução de Ari Miguel Teixeira Ott e Maria do Carmo dos Santos Bastos.

⁴² *Ibid.*, p. 05.

⁴³ *Ibid.*, p. 06.

⁴⁴ THOMPSON, op. cit., p. 245.

⁴⁵ AZAMBUJA, Norton de. Um jornalista à mercê d’água. *Jornal de Santa Catarina*. Blumenau, 14.08.84, p. 12.

A necessidade da civilização ocidental capitalista de medir o tempo é substituída, nestes dias de apreensão, pela medida do nível do rio⁴⁶: “*Não se tem mais a noção lógica das horas*”. Todos os ouvidos são para as previsões dadas nas rádios da cidade, todas funcionando em condições precárias, mas nem por isto deixando de cumprir seu papel social em hora de calamidade. Durante a catástrofe, com a desativação das atividades nas emissoras de TV e nos jornais, foi surpreendente a audiência que ganharam as emissoras de rádio e o auxílio dos rádio-amadores.

Rio Itajaí-Açu e Avenida Beira Rio durante enchente de 1984⁴⁷.



⁴⁶ Dez dias que marcaram Blumenau. *A Notícia*, Joinville, 31.07.1983. (Publicação do diário-depoimento do jornalista Osny Martins, da sucursal A Notícia de Blumenau).

⁴⁷ Não consta nome do autor. *Sem título*. 1984. 1: colorida; 25 x 20 cm. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, pasta Enchente 1983/1984 (5.14.23/24).

O impacto das enchentes de 1983 na cidade de Blumenau foi o maior do Vale do Itajaí, em virtude da localização da cidade no baixo curso do rio, recebendo águas dos principais afluentes, e de sua posição como cidade economicamente mais desenvolvida do Vale. Em 1980, cerca de 90% da população de Blumenau era urbana⁴⁸. Em virtude da impermeabilização de superfícies, consequência da urbanização, suprimiram-se as áreas de “amortecimento de cheias”, o que provocou um rápido escoamento das águas pluviais diretamente para os ribeirões.

Além destes fatores, a frequência das enchentes naquele ano foi excepcional. Somente de janeiro a agosto, ocorreram sete inundações, causando prejuízos nunca sofridos, conforme relatórios da Prefeitura Municipal. Somente no período de 06 de julho a 02 de agosto de 1983, ocorreram 6 inundações, deixando determinados pontos da cidade alagados por um mês. O índice a que chegou o nível do rio Itajaí-Açu foi o terceiro maior desde a fundação da cidade e o segundo maior em volume de águas. A frequência das inundações em tão pouco espaço de tempo, praticamente um mês, caracterizou a grande enchente de 1983 como a mais atípica de todas. Mesmo não tendo atingido um nível superior ao da enchente de 1911, a permanência das águas em níveis elevados foi muito maior. Somente nos primeiros 7 dias, choveram 332 mm., se constituindo num fato excepcional para a cidade.

Houve um colapso das obras públicas e inviabilização do plano de governo municipal. Ocorreu aumento do índice de desemprego, diminuição do poder aquisitivo

⁴⁸ BUTZKE, Ivani C. Cristina. **Ocupação de áreas inundáveis em Blumenau (SC)**. Rio Claro, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP.

da população, com reflexo na arrecadação do município. É de se ressaltar que muitos dados referentes a prejuízos não foram computados por não serem passíveis de levantamento. Além do bloqueio no processo de instalação e expansão de empresas, muitas pediram falência ou deixaram a cidade:

A transferência de indústrias blumenauenses para outros municípios, ameaça decorrente das enchentes, desperta o sentimento de preservação da classe empresarial e das autoridades locais, visando à manutenção do porte econômico do município e do nível de emprego (...) O movimento não consegue evitar, ainda assim, que empresas de porte como a Albany, se mude para Indaial e que ocorram algumas decisões traumáticas, como é o caso da Johnson & Johnson, que decide encerrar as atividades de sua fábrica na região de Itoupava Central⁴⁹.



Entulhos, detritos e equipamentos danificados das lojas situadas à rua XV de novembro.⁵⁰

⁴⁹ 1984: manter parque industrial passa a ser o grande desafio da cidade. ACIB, 90 anos de memória. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1989.

⁵⁰ Enchentes de julho: Blumenau convive com sua maior tragédia. ACIB, 90 anos de memória. Blumenau: Fundação "Casa Dr. Blumenau". 1989.)

Somente em sete das maiores indústrias blumenauenses, os prejuízos chegaram a 6 bilhões de cruzeiros. Quase 1.500 microempresas, possuidoras de 1 a 50 empregados estavam prestes a ruir. Setenta por cento do parque industrial paralisou durante as enchentes de julho. Cerca de 90% do comércio citadino teve seus estabelecimentos alagados, em virtude do centro comercial da cidade estar localizado exatamente em área facilmente sujeita a inundações, junto às três principais ruas do centro, paralelas à margem direita do rio⁵¹. O próprio jornal de maior circulação da cidade, o Jornal de Santa Catarina, suspendeu sua edição por sete dias, voltando em condições precárias. Interromperam-se também todos os serviços relacionados a fornecimento de água, energia elétrica, telefonia e serviços de transporte coletivo.



Rua XV de novembro durante enchente de 1984⁵².

⁵¹ **Blumenau, unsere "Gartenstadt" unter Wasser** (Blumenau, nossa "Cidade Jardim" abaixo d'água – testemunho da enchente de 1983). Blumenau, sem data. Não consta nome do autor. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Coleção Ecologia, Série Enchente 1983, pasta 5.5.10.2, doc. 39.

⁵² Não consta nome do autor. **Sem título**. 1984. 1 fot.: color.; 15 x 10 cm. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Pasta Enchente 1983/1984 (5.14.23/24).

Não só em Blumenau, mas em toda Santa Catarina as consequências das enchentes foram significativas. Dos 199 municípios, 140 foram alagados em julho de 1983. Cerca de 50% dos estabelecimentos comerciais e industriais do estado foram inundados. A arrecadação do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) caiu em 70% no Estado⁵³. Em virtude dos prejuízos de cerca de 6.700 fábricas, houve a paralisação de cerca de 225.000 operários, contingente maior que o mobilizado por qualquer greve nacional na época⁵⁴. Para agravar a situação, novas enchentes ocorreram durante o ano de 1984, mal havia a cidade se recuperado da catástrofe do ano anterior.

As enchentes de 1983 e 1984 representaram um agravante a um fenômeno já em andamento: o declínio da atividade econômica catarinense, que seguia uma tendência nacional. As enchentes se registraram *“numa hora em que o País e o Estado atravessam a pior crise financeira da nossa História⁵⁵”*. A década de 80 foi de quase estagnação da economia brasileira. De 1981-84 a economia cresceu à taxa de 1,2% ao ano, em contraponto ao acréscimo da população que foi de 2,3% ao ano, provocando inflexão da trajetória do PIB.

Apesar das medidas econômicas contidas no III Plano Nacional de Desenvolvimento, comandado por Delfim Neto, a economia brasileira, ao contrário de mostrar tendências ao crescimento, apresentava um quadro de recessão. Conforme

⁵³ Conforme pronunciamento do deputado Aldo Pereira de Andrade, do PDS de Blumenau. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Diário da Assembléia Legislativa de 17.08.1983*. N.º 2.654, p. 05.

⁵⁴ O país socorre o sul: a enchente do século. *VEJA*, Ed. Abril, n. 776, 20.07.83, p. 22/31.

⁵⁵ Discurso proferido pelo deputado estadual Álvaro Correia, representante de Blumenau. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Diário da Assembléia Legislativa*, n. 2652, 04.08.1983, p. 3.

Marly Rodrigues⁵⁶, o ano de 1983 talvez tenha sido o auge da recessão, com altíssima taxa de desemprego e inflação e greves em todos os setores. O déficit público e a dívida interna/externa eram enormes. Foi neste época que a moratória foi decretada no país.

Acompanhando a conjuntura de estagnação econômica brasileira, houve um declínio da indústria tradicional de transformação catarinense, provocando um crescimento da indústria da economia informal, isto é, a terciarização e a disseminação de subempregos. Reduziram-se também os investimentos produtivos nas indústrias tradicionais, inclusive no complexo têxtil de Blumenau⁵⁷. Isto significou uma inflexão significativa da economia blumenauense, pois a indústria têxtil era responsável, em 1983, por 60% da arrecadação fiscal do município. Idaulo Cunha fala inclusive em queda da representatividade da microrregião colonial de Blumenau na economia estadual⁵⁸.

A cidade, durante a maior enchente, a de julho de 1983, ficou um caos. Em todos os lugares depositou-se uma espessa camada de lama, alcançando em alguns lugares quase um metro de altura. Não foi somente o poder público, as indústrias e o comércio de Blumenau que sofreram com as enchentes, mas principalmente a população mais humilde, moradora de áreas baixas e zonas de risco. Autoridades sanitárias e até a polícia militar deslocaram-se ao aterro sanitário de Blumenau, para

⁵⁶ RODRIGUES, Marly. **A década de 80 - Brasil: quando a multidão voltou às praças**. São Paulo: Ática, 1992 (Série Princípios). p. 43.

⁵⁷ CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27. p. 192.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 192.

tentar evitar que mães, com seus filhos maltrapilhos, saíssem com caixas cheias de mantimentos condenados.

Flagelados catando alimentos deteriorados no aterro sanitário, durante enchente de julho de 1983.⁵⁹



Conforme ofício da Prefeitura Municipal de Blumenau, solicitando empréstimo ao Banco Central, inúmeras foram as mortes ocorridas durante e após as cheias⁶⁰. O 23º Batalhão de Infantaria de Blumenau registrou em seu relatório apenas 5 mortes ocorridas em razão das cheias⁶¹. Nos jornais pesquisados não foi publicado o número total de mortos. A imprensa contribuía com o poder público no sentido de não publicar o número de mortes para não causar pânico na população. Os doentes que morreram durante a enchente nos hospitais, foram enterrados no terreno atrás do Hospital Santa

⁵⁹ Saúde alerta sobre os perigos do lixo. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 21.07.1983, p. 01.

⁶⁰ Ofício G.P. nº 747/83 de 21.09.83, do prefeito municipal ao Banco Central, solicitando empréstimo no valor de Cr\$ 1 bilhão. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Coleção Ecologia, Pasta Enchente 1983 (5.5.10.2).

⁶¹ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO (23º BATALHÃO DE INFANTARIA). **Relato da atuação do 23º BI na grande enchente de 1983**. Blumenau. 02 de maio de 1995. p. 22.

Isabel, sendo embrulhados em sacos plásticos e sepultados provisoriamente, diante da impossibilidade de traslado dos corpos até um cemitério.

Numa população de 170.000 habitantes, havia 120.000 flagelados. Setenta por cento da cidade foi alagada. Os prejuízos das famílias pobres não aparecem na contabilidade oficial. Muitas delas tiveram perdas totais definitivas e irrecuperáveis na própria qualidade de vida. Diante daquele “lamaçal desesperador”, muitas famílias cujas casas foram destruídas tiveram que se alojar por muito tempo em casas de parentes ou amigos, ou em alojamentos da prefeitura. Muitas mudaram-se de Blumenau. Sálvio Muller⁶² chega a falar em “stress” psico-social causado pelas enchentes. O subir e descer das águas durante a enchente de julho, as informações desencontradas e os boatos também *“deixaram todos os habitantes à flor da pele, levando muitos quase à beira do desespero, especialmente aqueles cujas casas sempre ficavam novamente submersas, ou que nem ficavam um momento só livre das enchentes.”*⁶³ Um repórter do jornal A Notícia documenta o desespero de um pequeno comerciante, durante a enchente de julho de 1983:

(...) No caminho, a primeira cena humana desagradável: o dono do barzinho que já na noite anterior praguejava contra a falta de água nas torneiras, é acometido de um ataque. O filho ou empregado tenta contê-lo, mas é jogado à água, junto com engradados inteiros de cerveja e coca-cola. O homem possesso, não mede seus atos. Com água até na cintura, ele não tem mais coordenação: agarra-se, grita, pula, e eu fico a pensar, olhando o nível da

⁶² MÜLLER, Sálvio A. **Opressão e Depredação**. Blumenau: Editora da FURB, 1987. p. 31/33.

⁶³ Blumenau, unsere “Gartenstadt” unter Wasser. Op. Cit.

água, que nesta enchente, muitas pessoas perderão as suas vidas⁶⁴.

Outro testemunho relata a experiência dos blumenauenses naquela enchente:

(...) muitos habitantes tiveram que, por dias e noites inteiras, esperar pelo seu salvamento nos sótãos, alguns até mesmo no telhado de suas casas, pois o número de barcos existentes e mãos não era suficiente para dar a todos uma ajuda suficiente de imediato. Outros porém fugiam, parte deles vestidos somente com pijama, para salvar suas vidas, tendo que abandonar tudo.⁶⁵

Soldados resgatando pessoas “ilhadas” pelas águas das enchentes de 1983, nas proximidades das Lojas NM, na rua 7 de setembro, centro - Blumenau⁶⁶.



⁶⁴ Anotações particulares de um repórter da sucursal de A NOTÍCIA em Blumenau. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Coleção Ecologia, Série Enchente 1983.

⁶⁵ Blumenau, unsere “Gartenstadt” unter Wasser. Op. cit.

⁶⁶ Não consta nome do autor. Sem título. Blumenau, 1983. 1: preto e branco, 18 x 12 cm. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, pasta 5.14 – Enchentes 1983/1984.

Apesar do desespero de muitos, Blumenau, já desde 1850, convive com as enchentes, de forma que a maioria da população estava acostumada com o fato. No entanto, em documento relembrando as enchentes de 1983, registra-se que em Blumenau não houve cenas de desespero como os registrados em outros locais do estado porque na cidade já havia “know-how” anti-enchentes⁶⁷. Apesar disto, se reconhece que a enchente de julho de 1983 superou qualquer expectativa.

Não se concorda com a imagem veiculada de que as enchentes em Blumenau são democráticas. Considerando o alto nível a que chegou o rio em 1983, realmente muitas casas de pessoas abastadas foram surpreendidas pelas águas. Daí falar-se em “enchente democrática”. No entanto, a partir das enchentes de 1983 e 1984 ocorreu um reordenamento urbano na cidade. Os dados obtidos pela geógrafa Maria José Pompílio em Blumenau, atestam que “(...) *os ricos residem em áreas mais protegidas das inundações (...)*”⁶⁸. Esta constatação a autora faz após as enchentes de 1983 e 1984. Logo após estas enchentes, os que tinham condições financeiras passaram a levar mais em conta o local de construção de suas residências. Os aluguéis de apartamentos e residências em locais elevados aumentaram assustadoramente após aquelas enchentes. Terrenos e residências sujeitos a enchentes sofreram um decréscimo de valor⁶⁹.

⁶⁷ JENICHEN, Oscar. *Uma tragédia que Santa Catarina jamais esquecerá*. Publicação em comemoração aos 90 anos da Sociedade Recreativa Esportiva Ipiranga. p. 51/2.

⁶⁸ POMPÍLIO, Maria José. *O homem e as inundações na bacia do Itajaí: uma contribuição aos estudos da geografia do comportamento e da percepção, na linha da percepção ambiental*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo. p. 202.

⁶⁹ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Op. cit.

Contudo, a ocupação de novas áreas potencialmente inundáveis continuou após as enchentes de 83 e 84, principalmente pelas pessoas de menor poder aquisitivo. Isso deveu-se e ainda se deve, conforme Ivani Butzke, “... à grande capacidade de esquecimento do ser humano e, talvez como principal causa, à grande imigração a quem tem sido submetido o município de Blumenau, sobretudo em função das inúmeras indústrias ali situadas”⁷⁰. Na década e 80 este fenômeno de migração já estava em andamento há muito tempo, o que leva a crer que a maior parte dos despossuídos morava em áreas inundáveis. O fato de até 1983 nunca mais ter ocorrido uma enchente com a proporção daquela de 1911 fez, contudo, com que muitos “novos ricos” também se estabelecessem em áreas inundáveis. Daí querer-se mostrar a enchente de 1983 como “democrática”, publicando-se relatos de empresários em situações difíceis durante a enchente. Falava-se que o dono da Artex havia passado quatro dias em cima do telhado de sua casa, com uma arara debaixo do braço.

Muitos são os relatos de que mal a água ia baixando os habitantes começavam a varrer a lama com a própria água da enchente. No entanto, isto se fazia em virtude da água encanada ter sido desligada, pois as bombas das estações de tratamento d’água estavam submersas. Foi frequente a veiculação de imagens de pessoas trabalhando em meio às águas remanescentes das enchentes de 83 pelas emissoras de TV e nos jornais.

As enchentes aparecem como argumento para a manipulação da força de trabalho, através da demissão de empregados, cujo número chegou a 2.000 pessoas.

⁷⁰ BUTZKE, op. cit., p. 03.

Conforme depoimento do líder micro-empresário Pedro Cascaes: “(...) *as empresas já endividadas por conjunturas de mercado vão ter agora que se endividar ainda mais para repor estoques perdidos, remobiliar e reconstruir instalações depredadas e, ainda suprir a perda com cerca de 15 dias parados.*”⁷¹

Por ser a mais catastrófica de todas as enchentes, pelos prejuízos que trouxe, aliado ao fato da crise conjuntural pela qual passava o país, à reconstrução da cidade deu-se um novo significado. As imagens e significações das enchentes, contudo, variam dependendo da conjuntura em que ocorrem. Por sua configuração de catástrofe, as enchentes de 1983 e 1984, mais do que qualquer outra enchente, permaneceram na memória coletiva da maioria da população de Blumenau como um fato traumático. Construiu-se uma imagem de tragédia às enchentes de 1983 e 1984. Contudo, as enchentes assumiram dimensões de catástrofe em virtude da omissão em se proceder um planejamento sério. As enchentes enquanto catástrofe foram produzidas também.

Projeto Nova Blumenau: os usos do passado

“A cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente (...) A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir”⁷².

Exatamente após a catástrofe de julho de 1983, no momento da reconstrução, ressurgia com muita intensidade o discurso da “operosidade germânica”, que

⁷¹ A Notícia, Joinville, 21.07.83, p. 7.

representa o "blumenauense" como um indivíduo trabalhador, perseverante e batalhador, porque descendente de colonos alemães. A cada enchente este discurso é retomado na cidade. Assim como as águas periodicamente retornam às ruas, discursos acerca da "capacidade de reconstrução" da cidade são impressos nas páginas dos jornais, revistas, proferidos em púlpitos e nos meios de comunicação de massa. O rio Itajaí-Açu invade as casas com suas águas e as casas também são invadidas por palavras e discursos.

Contudo, o caráter verdadeiramente catastrófico das enchentes de 1983, somado à crise econômica da década de 80, acirrou ainda mais este discurso. Através da análise dos discursos veiculados na imprensa, durante e após as enchentes de 1983 e 1984, pode-se claramente perceber a maneira como se provocou uma manipulação ideológica de valores tidos como "tradicionais" ao blumenauense, como a operosidade, bravura e determinação, com o intuito de superar a tragédia e reconstruir a cidade. Por detrás da catástrofe, do seu poder destruidor, emerge um poder criador de imagens e discursos. No momento da tragédia, em que a população flagelada estava mergulhada em medos e desolação, mais forte e efetivo se sentia o impacto das palavras dos discursos do governo municipal. Afinal, era o que restavam: palavras de conforto e imagens de desolação.

Logo que as águas baixaram, em agosto de 1983, a Prefeitura Municipal idealizou o Projeto Nova Blumenau, com objetivos de reconstruir a cidade. Em 18 de agosto foi convocada a "Assembléia dos Cidadãos de Blumenau", visando a

⁷² CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 23.

implantação do Projeto, sendo então criadas 12 comissões de reconstrução. Através do lema "*Projeto Nova Blumenau: um compromisso de todos*", timbrado em todos os documentos das comissões, promoveu-se ampla campanha de mobilização junto à população.



Logotipo do Projeto

Adesivos com os dizeres "*Blumenau não pode parar*"⁷³ foram distribuídos pela cidade. Também através da imprensa o poder público incitou a população à reconstrução, utilizando-se largamente da dignificação do povo, identificando-o com inúmeros adjetivos positivos⁷⁴. A imprensa da cidade publicou inúmeras fotos após as enchentes, documentando os prejuízos, fatos pitorescos e principalmente, o trabalho

⁷³ Lema escrito em letra gótica em adesivos confeccionados para o Projeto "Nova Blumenau". Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Fundo da Prefeitura Municipal de Blumenau, Série Projeto Nova Blumenau.

⁷⁴ Os artigos da imprensa não são aqui considerados como mero jogo de palavras sem sentido. O discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro e se comporta também como uma prática social produtora de sentidos. Além disto, Eni Orlandi afirma que o discurso jornalístico ao organizar os sentidos, faz um trabalho ideológico. Ver ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993. P. 07.

de limpeza feito pela população. Numa série de treze fotos tiradas após a enchente de maio de 1983, sete delas tinham como tema principal o trabalho. Abaixo das mesmas, frases como: *“Ao trabalho, rapazes”*, *“Ah, se não fossem esses heróicos trabalhadores de pés no chão!”*⁷⁵.

O discurso da “laboriosidade germânica” significava uma forma de manipulação ideológica frente à necessidade de reconstrução da cidade. Foi uma opção frente à inviabilização do plano do governo municipal. Também foi uma estratégia de encobrir a omissão pública das gestões anteriores no sentido de desenvolver um planejamento urbano sério e que previsse o fenômeno das enchentes. O “stress” psico-social provocado pelas enchentes era tratado com palavras.

A ocorrência das enchentes constitui-se em fato tão comum que o povo blumenauense se acostumou a sofrer as suas consequências. Conforme o DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energias, elas são comuns ao Vale do Itajaí, *“(…) não apenas em virtude das condições meteorológicas bastante propícias a chuvas de longa duração, mas também das condições morfológicas da bacia, que favoreceram sobremaneira a ocupação dos fundos do Vale”*⁷⁶. A própria representação da enchente é produto de discursos técnicos e políticos. Constatações técnicas como a citada acima sempre retiraram do elemento humano a culpa pelo agravamento do fenômeno “enchente”. Como consequência, as enchentes em Blumenau sempre foram

⁷⁵ No rescaldo das cheias fica a marca dos prejuízos que cada um enfrentou. *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 22 e 23.05.1983.

⁷⁶ MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. *Bacia do rio Itajaí: caracterização dos usos e das disponibilidades hídricas*. Departamento Nacional de Águas e Energias, 1984.

associadas a um fenômeno natural, de difícil resolução pelo poder público municipal. Até as enchentes de 1983 e 1984, configuradas em desastre, as poucas medidas tomadas nunca chegaram a analisar a influência do fator humano na manutenção e agravamento das enchentes, dando-se prioridade a obras estruturais de grande porte, como as barragens. Conforme a geógrafa Ivani Butzke, as enchentes ocorridas em Blumenau “(...) *não são naturais, mas um fenômeno antropogenicamente reforçado, pois se insistiu em ocupar áreas suscetíveis a inundações e mais, se interviu no meio a tal ponto que se agravou o problema.*”⁷⁷

O poder público municipal estimulava a idéia de que a enchente é um fenômeno natural. E a população acabava compartilhando deste pensamento, pois “*a percepção que a população tem com relação à problemática da enchente é diretamente relacionada com a forma com que o poder público trata a questão*”⁷⁸. O Projeto Nova Blumenau apresentava o governo municipal como representante de toda a população. Talvez em virtude deste imaginário da “naturalidade” das enchentes que a população não atacava muito a inoperância do governo municipal no trato de problemas relativos à prevenção de catástrofes, mesmo porque seus próprios aparelhos, com exceção da prefeitura em si, ficaram “submersos” pelas águas. Este imaginário provocava uma harmonia social, elemento fundamental para a legitimação do Projeto Nova Blumenau.

Em virtude dos grandes gastos que a construção de obras estruturais demandavam, incitava-se o próprio povo à reconstrução, sob a justificativa de que

⁷⁷ BUTZKE, op. cit., p. 01.

⁷⁸ Ibid., p. 219.

Blumenau, sem verbas, não poderia contar com os governos estadual e federal, pois estava por eles, destinada ao esquecimento. Por isto, através do Projeto Nova Blumenau, a Prefeitura Municipal apelou para a iniciativa de cada habitante, sob o argumento de estar com os cofres vazios. A velocidade da reconstrução é então associada à vontade individual de cada blumenauense: *“O tempo de recuperação de Blumenau, bem como o sucesso desta jornada em relação ao futuro, será diretamente proporcional à dedicação e ao entusiasmo, ao esforço e ao trabalho que cada um oferecer a esta causa”*.⁷⁹ Por nenhum momento a Prefeitura citou a influência do elemento humano, seja no espaço privado ou no público, através da omissão das gestões municipais anteriores quanto a um planejamento urbano sério e fiscalização.

Conforme Roger Chartier, *“As representações do mundo social (...) embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”*.⁸⁰ A prefeitura municipal estava nas mãos do PMDB, partido de oposição ao governo estadual, representante do PDS. Era grande a disputa das prefeituras do PMDB e do PDS, pelas verbas destinadas às obras de reconstrução dos municípios.

Tendo em vista a escassez das verbas, a prefeitura de Blumenau, em suas campanhas de soerguimento da cidade, realimentava a representação do blumenauense como “trabalhador” e “persistente”. Estes atributos sempre foram

⁷⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. *Nova Blumenau: um compromisso de todos* (Relatório). p. 03.

⁸⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p. 17.

associados, pela ideologia étnica, ao elemento teuto-brasileiro. O governo municipal fazia uso desse discurso étnico teuto-brasileiro para incitar o povo à reconstrução, referindo-se ao blumenauense⁸¹ como herdeiro das qualidades do pioneirismo dos colonos alemães do século passado.

Como justificativa à implantação do Projeto Nova Blumenau, afirmava que reconstruir a cidade constituía uma *“questão de honra em relação ao passado”*. Em documento elaborado pela Fundação “Casa Dr. Blumenau” visando relatar as perdas decorrentes das cheias de 1983 e solicitar auxílio financeiro, encaminhado a órgãos privados e estatais, entre eles a República Federal da Alemanha e a Alemanha Oriental, assim se justifica a necessidade de colaboração: *“(...) com esforços redobrados, e com sua valiosa e animadora colaboração, haveremos de honrar aquele punhado de bravos imigrantes que com sua coragem e vontade souberam implantar às margens do rio Itajaí-Açu, uma colonização cujo desenvolvimento e estágio constitui orgulho para todos os brasileiros”*⁸².

A constante rememoração ao pioneirismo dos colonos alemães era um elemento fundamental na construção de uma representação de Blumenau. Instigados pela necessidade de mobilizar a população frente à catástrofe, o governo municipal construiu uma memória que dignificava o papel dos colonizadores alemães, que teriam transformado selva em sociedade civilizada. Aqui, a idéia fundamental encerrada no

⁸¹ A categoria “blumenauense” é tomada genericamente, como se todos os blumenauenses fossem descendentes de colonos alemães e possuidores daquela índole “ordeira”, “trabalhadora” e “batalhadora”.

⁸² **Memorial Descritivo de Perdas e Danos da Fundação “Casa Dr. Blumenau”**. Assinado por Wilson Nascimento - responsável pela Assessoria Cultural da Prefeitura. Blumenau, 1983. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Dossiê Ecologia, Série Enchentes 1983 (5.5.10.2).

conceito de civilização é o progresso, a negação do caos provocado pela enchente. Contudo, ao mesmo tempo em que o Projeto argumentava a favor do progresso, o associa ao sacrifício dos homens do passado. A própria cidade era representada como fruto não só das águas do rio Itajaí-Açu, que lhe serviu de via para o desenvolvimento, mas da água contida no suor e nas lágrimas dos imigrantes que permaneceram e lutaram.

O projeto apropriou-se da simbologia contida na palavra “sangue”, para representar o sacrifício através do qual a cidade foi erigida: “*Nossos antepassados construíram esta terra, desbravaram matas e enfrentaram selvagens para legar-nos Blumenau, que é fruto de muito suor e lágrimas, muita luta e sangue...*”⁸³. Eni Orlandi afirma que as palavras não significam em si. Para ela, é o texto que significa: “*Quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa*”⁸⁴. A palavra “sangue”, aqui, não significava morte nem tragédia, mas sacrifício; sacrifício através do qual, dizia o projeto, a cidade foi erigida, e pelo qual ela deveria ser reconstruída.

O mito do progresso mostrou-se presente em Blumenau durante as enchentes de 1983 e 1984, quando se divulgava a cidade como “reduto do progresso”, onde “existem traços da mentalidade progressista e lutadora de seu povo”. Embora o auge

⁸³ Folheto NOVA BLUMENAU - Um compromisso de todos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Fundo da Prefeitura Municipal de Blumenau, Série Projeto Nova Blumenau.

⁸⁴ ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 52.

da fé no conceito de progresso tenha ocorrido entre 1750 e 1900, durante a era da industrialização, na qual a história do homem era revelada como “a *história de um crescente desenvolvimento*”⁸⁵, encontrou-se esta mesma crença no material de divulgação de Blumenau durante as enchentes. Na conclamação do povo para a reconstrução da cidade, a prefeitura utilizou-se de metáforas que exprimem a racionalidade mecanicista do capitalismo. A sociedade era representada como uma grande engrenagem, uma engrenagem que, parada alguns dias, precisa recuperar o tempo perdido. Insufinou-se o povo para colocar-se de pé e movimentar-se. Estas “máquinas” precisavam estar, no momento da reconstrução, numa velocidade redobrada para limpar a cidade e criar novos mecanismos para a sua recuperação. Os homens deveriam sair da inanição provocada pela enchente e “funcionar” novamente:

Passados os momentos da mais aguda aflição emocional, chegou a hora da reação. Nos relocalamos de pé, tentando, mesmo sem recursos, fazer voltar a funcionar, embora precariamente, aquilo que estivera por tanto tempo paralisado. A engrenagem necessita movimentar-se para evitar a estagnação, o desemprego, o caos.⁸⁶

Em nome do progresso, para se “tirar a cidade da lama”, qualificavam-se os imigrantes como exemplo a ser seguido. Somente no trecho do discurso do Prefeito Municipal, Dalto dos Reis, conclamando a comunidade a participar do Projeto, transcrito abaixo, associaram-se nada mais que dez qualidades aos pioneiros e aos

⁸⁵ WHITROW, op. cit., p. 199.

⁸⁶ Prefeito conclama comunidade a participar de um amplo programa de restauração de Blumenau. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 11.08.1983.

seus “herdeiros”, os blumenauenses: ordeiro, trabalhador, progressista, criativo, forte, renovador, povo bravo, com garra, espírito empreendedor e espírito de luta:

(...) desfigurada e perplexa, nossa comunidade ordeira, trabalhadora e progressista se viu golpeada de surpresa (...) Para recomeçar teremos, como bravos pioneiros, de nos valer da garra e do inquebrantável espírito de luta da gente blumenauense, criativa, forte e renovadora (...) Será no espírito empreendedor do blumenauense, em sua fortaleza moral que haveremos de nos abrigar⁸⁷

A história da Colônia Blumenau foi paralisada, congelada numa imagem romantizada e positivada, para atender a uma necessidade do presente. Esta referência ao passado, conforme Michael Poliak, “(...) *serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade* (...)”⁸⁸. O recurso ao passado tem uma função ativa neste processo. Tal qual o romantismo do século XIX, cujo caráter nostálgico encobria uma exigência de natureza política, em Blumenau o governo municipal construiu uma memória que reelaborou a história, produzindo uma visão sacralizada do passado, para incutir na população uma obrigação “moral” de reconstruir a cidade. Sabe-se que a memória é seletiva, e aí reside o perigo de sua manipulação, pois a “*memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder*”.⁸⁹

Conforme Michel de Certeau, a circularidade do discurso só é possível quando

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 09.

⁸⁹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. P. 476.

ganha credibilidade e faz crer que está falando em nome do “real”. Para tanto, necessita-se lançar mão de uma crença que dê corpo à lei. Daí a necessidade de referência a testemunhas, a mártires ou a exemplos, para que estes a tornem digna de crédito. O “exemplo” do pioneirismo alemão referenciado nos discursos do Projeto Nova Blumenau é o recurso usado para dar credibilidade ao discurso. E este discurso só circula, porque já se tornou um “relato”, *“um texto articulado em cima do real e falando em seu nome, narrada por corpos”*.⁹⁰

Apesar do Projeto Nova Blumenau dizer-se portador do novo, a todo instante referia-se ao antigo, ao passado, à história. Fundamentava a necessidade da reconstrução, através da referência ao modo pelo qual os pioneiros alemães do século passado lidaram com as enchentes. Conforme Cornélius Castoriadis, *“mesmo na sociedade mais arcaica, o presente é sempre constituído por um passado que o habita e por um futuro que o antecipa. Trata-se sempre de um presente histórico”*⁹¹. A denominação “novo”, portanto, servia apenas para evidenciar a necessidade de superação da catástrofe e se *retomar* o ritmo econômico da cidade, daí a confecção de adesivos em letras góticas com os dizeres *“Blumenau não pode parar”*. Quer dizer, deveria-se *continuar*. O que de “novo” poderia ter esta cidade, se para reconstruí-la recorria-se à necessidade de imitar os antepassados? Há uma ilusão do “novo”. Portanto, paradoxal mostrava-se este “novo” pois que para fundá-lo, remetia-se a um momento *já vivido*: à época da Colônia Blumenau. O imaginário assim se constrói: ele

⁹⁰ CERTEAU, Michel de. A maquinaria da representação. In: *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 241.

⁹¹ CASTORIADIS, Cornélius. A criação histórica e a instituição da sociedade. P. 90/91.

não só se utiliza de elementos já dados para produzir um outro, como dá a estes elementos uma nova forma; “(...) utiliza os elementos que aí estavam, mas a forma, enquanto tal, é nova⁹²”. Portanto, o Projeto Nova Blumenau constituiu uma nova forma de representação do blumenauense, calcada em elementos do passado.

O rio Itajaí-Açu periodicamente abandona seu leito normal, provocando transtornos, prejuízos e também a difusão de discursos. As enchentes acabaram tornando-se o mito fundador do imaginário da “Cidade do Trabalho”, uma vez que a cada inundação a cidade se reconstrói. Se o discurso fundador produz “a construção do imaginário necessário para dar uma “cara” a um país em formação⁹³, o discurso da persistência dos colonos frente às enchentes em Blumenau sempre serviu para realimentar o imaginário da “operosidade germânica” na cidade.

Este imaginário sempre precisou ser reelaborado para se continuar representando Blumenau como teuto-brasileira, por isso a constante referência ao mito fundador das enchentes. A relação que se faz entre história, pioneirismo e enchentes acaba por promover a construção de uma representação do “blumenauense”, como herdeiro das virtudes do colono alemão. Conforme Janaína Amado, “(...) memória e história conjugam-se também para conferir identidade a quem recorda⁹⁴. Maria Bernardete Ramos Flores já refletiu neste sentido: “Desde os tempos de colônia, Blumenau, com uma longa história de enchentes, recorria sempre à esta tragédia para

⁹² CASTORIADIS, op. cit., p. 89.

⁹³ ORLÁNDI, **Discurso Fundador: a formação...**, p. 17.

⁹⁴ AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. In: **Revista de História da Unesp**. São Paulo, v. 14, 1995. P. 132.

*fortalecer, animar e realimentar o imaginário de seu povo como trabalhador, conquistador de seu futuro*⁹⁵”.

Com este mesmo objetivo, após as enchentes de julho de 1983, por ocasião da comemoração do aniversário da cidade, fez-se novamente referência à tragédia. O prefeito Dalto dos Reis aproveitou o festejo dos 133 anos da cidade para exaltar o “potencial de recuperação” da cidade. Conforme a edição do jornal, o prefeito:

(...) traçou um paralelo histórico entre as dificuldades recentemente sofridas por todo o povo blumenauense nas últimas enchentes e as que adviram ao fundador da cidade após a chegada dos dezessete imigrantes alemães, ressaltando que tal qual o fundador da cidade, o povo blumenauense não esmoreceu frente às dificuldades que a natureza fez provar.⁹⁶

Esta referência à colonização estabelecia uma visão homogênea do passado, com vistas à criação de um dever de se continuar o “progresso” desencadeado pelos imigrantes. A comemoração do aniversário da cidade não fugia ao que é comum a este tipo de evento: a rememoração. Comemorar significa trazer à memória. E o trazer à memória atende a necessidades do presente. A referência à persistência dos imigrantes, enquanto discurso fundador do Projeto Nova Blumenau, funcionava “*inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente*” ao mesmo

⁹⁵ FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp**. Letras Contemporâneas, 1997. P. 108

⁹⁶ Blumenau faz festa lembrando a tragédia. **Jornal de Santa Catarina**, Caderno 2, Blumenau, 03.09.1983.

tempo em que dava “a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido”⁹⁷.

Por isso que o prefeito Dalto dos Reis rememorava o passado da colonização com objetivos de empurrar a cidade para o futuro, para a sua reconstrução. A referência à persistência dos colonos frente às enchentes tinha a eficácia de produzir um efeito de novo, ao mesmo tempo em que se arraigava na memória das pessoas como algo familiar, evidente, que só poderia ser assim, pelo fato das pessoas terem sofrido na pele as enchentes. Sem esta “familiaridade” com as enchentes e a história da colonização, não seria possível a eficácia do discurso.

O imaginário da “cultura do trabalho blumenauense”, assim como todo imaginário, exprime-se através do simbólico. Eric Hobsbawn, em “A Invenção das Tradições”, afirma que práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento, e buscam traçar uma continuidade com o passado⁹⁸. O discurso do prefeito fazia tamanha associação entre enchentes e colonização que a comemoração do aniversário da cidade foi efetuada no Mausoléu Dr. Blumenau, local onde estão depositados os restos mortais da família do fundador da cidade. O apelo ao voluntarismo reforçava ainda mais os elos com o passado da cidade. Por isto, na mesma ocasião, também foi inaugurada uma praça, dando-se a ela o nome do fundador: Praça Dr. Blumenau. Não foi à toa a escolha do Mausoléu para a

⁹⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993. p. 12.

⁹⁸ HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. P. 09.

solenidade. O local também representa, tem função simbólica na construção do imaginário. Exercer um poder simbólico, conforme Bronislau Baczko, consiste "(...) *em duplicar e reforçar a dominação efectiva pela apropriação dos símbolos*".⁹⁹

A constante lembrança ao pioneirismo fez da figura do fundador da cidade, Dr. Blumenau, o seu símbolo. Em torno dele, foram-se cristalizando valores como a perseverança, o espírito empreendedor, a poupança, o progresso, ao ponto de se tornar referência para a "cultura do trabalho germânica". Sua personalidade foi sacralizada, positivada pela imagem do imigrante empreendedor e civilizador. Sua personalidade é lembrada em nome de praça, rua, edifício, instituição. O imaginário apropria-se do simbólico para sair do virtual e se tornar algo efetivo. Para tanto, o imaginário da "Cidade do Trabalho" reúne em torno do símbolo "Dr. Blumenau" todos os valores pelos quais sempre se procurou identificar o blumenauense: o trabalho, a ordem, a poupança e a tenacidade. Elementos como o pioneirismo, a transformação da mata em civilização, o progresso, a superação das adversidades, são todos costurados entre si e embutidos neste símbolo para se explicar o desenvolvimento da cidade e se argumentar a favor da reconstrução.

Não se entende aqui que o imaginário deva ser associado a ilusões, sonhos, símbolos, em contraponto ao "real". Esta tendência era percebida pela tradição intelectual do século XIX que separava o "verdadeiro" e "real" do "ilusório", e que queria estudar o real despojado do seu imaginário. Atualmente os historiadores da

⁹⁹ BACZKO, Bronislau. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudis*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Tomo V, 1985. p. 299.

cultura já entendem que o imaginário coletivo intervém em qualquer exercício de poder¹⁰⁰. Por outro lado, o imaginário tem uma função no exercício do poder, pois o domínio do simbólico e do imaginário é um importante lugar estratégico.¹⁰¹ É neste sentido que se entende o simbólico. O imaginário coletivo da “Cidade do Trabalho” ajuda a dar significado ao símbolo “Dr. Blumenau”, ao mesmo tempo em que o poder investe neste símbolo para reforçar este imaginário.

O símbolo “Dr. Blumenau” pôde ser analisado à luz do que Clifford Geertz chamou de símbolo sintetizador¹⁰². O símbolo sintetizador faz a síntese entre o “ethos” (elementos morais e valorativos) e a “visão de mundo” (aspectos cognitivos). Portanto, através deste símbolo, a “ética do trabalho germânica” reforça o imaginário que identifica positivamente Blumenau. Através do símbolo “Dr. Blumenau”, sintetiza-se a inter-relação entre a ética do trabalho, com a visão de uma cidade industriosa e próspera. Através deste símbolo, legitima-se uma imagem positiva de Blumenau. O poder simbólico constitui-se na forma de um círculo valorativo, isto é, abrange todos os elementos que são capazes de lhe dar significados, e que juntos, dão um sentido singular ao símbolo.

Clifford Geertz afirma a tendência coercitiva dos símbolos sintetizadores, pois através deles celebram-se os valores nobres, assim como também se condenam os vícios, ou seja, os valores externos a eles.¹⁰³ Todos os valores que lhe são

¹⁰⁰ BACZKO, op. cit., p. 298.

¹⁰¹ Ibid., p. 297.

¹⁰² GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 144.

¹⁰³ Ibid., p. 148.

contraditórios, que estão “fora” deste círculo no qual o símbolo se inscreve, são literalmente postos de fora, excluídos. Assim se compreende como o ócio, a malandragem, a mendicância e a desordem sempre foram identificados como algo “não próprio do blumenauense”, como males vindos através dos migrantes. Tais atitudes, indiretamente são condenadas ao se celebrar valores positivos através da referência à colonização e ao seu fundador.

Dr. Blumenau tem sido uma personalidade-símbolo eleita para representar o passado da cidade. A figura do Dr. Blumenau foi sacralizada. A recorrência a sua figura sempre foi muito forte não só nos discursos do governo municipal, como na própria historiografia blumenauense. É um símbolo marcado de fixidez, quase que absoluto e soberano na Cômte de símbolos da ordem social blumenauense.

Por outro lado, a consideração da comunidade blumenauense pela sua figura parece não ser a mesma. A antropóloga Sabine Kiefer realizou entrevistas e atestou que apenas poucas pessoas mencionavam Dr. Blumenau espontaneamente como ídolo. Também constatou que raras vezes o mausoléu Dr. Blumenau é visitado por blumenauenses. Assim concluiu: *“esta onipresença de doutor Blumenau não corresponde a uma dedicação ativa a sua pessoa pela comunidade”*¹⁰⁴. Portanto, não é de se negar que a comemoração do aniversário da cidade no Mausoléu Dr. Blumenau e a nomeação da praça, após as enchentes de julho de 1983, constituiu-se num artifício do governo municipal para fazer uso do passado como legitimador do seu projeto de reconstrução.

As constantes enchentes em Blumenau foram motivo para a construção de uma representação que associa o blumenauense a um “inato” poder de se recompor perante as adversidades. Esta representação associa este “poder inato” do blumenauense ao fato da cidade ter origens alemãs. Por isto que em momentos de crise sempre se faz alusão à Mãe-Pátria dos primeiros imigrantes, a Alemanha. Na celebração da vitória frente às enchentes, chegou-se a referenciar não somente a Alemanha do século XIX, pátria dos primeiros colonos que se instalaram em Blumenau, mas a Alemanha pós-2ª guerra mundial. Uma Alemanha, portanto, que não faz parte do passado de Blumenau.

Segundo Giralda Seyferth, o fato da Alemanha ter se recuperado após as guerras “(...) *permitiu a manipulação da identidade étnica no sentido da “superioridade do trabalho alemão”*”¹⁰⁵. Portanto, a segunda guerra mundial fez destacar a questão da “superioridade do trabalho alemão” na cidade de Blumenau. O Projeto Nova Blumenau referia-se à recuperação da Alemanha pós-guerra para justificar a necessidade de reconstrução da cidade. Aproveitou um fato ocorrido na Alemanha contemporânea, julgando-o como digno de destaque, exemplo de persistência e trabalho.

Por isto, o projeto Nova Blumenau associava as imagens da cidade pós-enchente com a metáfora “*imagens de guerra*”, onde só se via destruição, desordem e tristeza. Esta associação de palavras, apesar de parecer uma simples comparação,

¹⁰⁴ KIEFER, Sabine. Blumenau: um lugar, uma idéia, uma pessoa. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, Tomo XXXVIII, n. 06, junho 1997. P. 28.

¹⁰⁵ SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 209.

sem conexão com algo, logo torna-se compreensível quando, na justificativa do Projeto, paralelos entre a Blumenau enchentada e a Alemanha da 2ª. Guerra Mundial são traçados: *“Se a Alemanha e outras nações destruídas pela 2ª. Grande Guerra ressurgiram dos escombros para invejável posição mundial, porque não haveremos de criar condições para o nosso próprio soerguimento?”*¹⁰⁶. Ao mesmo tempo em que o discurso do projeto Nova Blumenau fazia lembrar as origens coloniais da cidade, identificando-a como fruto da obra de imigrantes alemães do século XIX, também relacionava a catástrofe das enchentes com a destruição que a 2ª Guerra Mundial provocou na Alemanha deste século. Este discurso, portanto, procurava associar o blumenauense atual com a mãe-pátria dos imigrantes, com o mesmo objetivo de justificar a necessidade de ânimo e disposição para o trabalho e reconstrução da cidade

Já na história da ainda não formada Alemanha do início do século XIX, antes, portanto, da vinda dos imigrantes ao Novo Mundo, encontra-se a presença de um imaginário semelhante ao veiculado em Blumenau da década de 80. Este imaginário foi construído na Alemanha também a partir de uma conjuntura catastrófica. O aglomerado de estados germânicos ainda não unificados¹⁰⁷ encontrava-se em catastrófica situação, em virtude da arrasadora invasão francesa. A partir do antagonismo franco-alemão, causado pela dominação estabelecida por Napoleão Bonaparte, surgira naqueles

¹⁰⁶ Relatório “Nova Blumenau: um compromisso de todos”. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Fundo da Prefeitura Municipal de Blumenau, Série Projeto Nova Blumenau.

¹⁰⁷ As fronteiras políticas da Alemanha só foram estabelecidas em 1871, com a unificação daqueles estados.

estados um amplo processo de discussão acerca do nacionalismo. O Império Alemão estava arrasado e totalmente esfacelado. A França havia inclusive anexado territórios alemães. O imperador Francisco II chegou a abdicar da Coroa, dando fim ao Sacro Império Romano Germânico. É nesta conjuntura que surgiu um nacionalismo alemão¹⁰⁸. Este nacionalismo representava *“um sentimento de pertencença, não necessariamente atrelado a uma unidade territorial, mas sim a uma comunidade imaginária pautada em tradições que se pretendem comuns, e onde o uso de um mesmo idioma conforma vínculos de fundamental importância”*¹⁰⁹.

Na Europa, a Reforma Protestante e a difusão da linguagem escrita no vernáculo local provocaram um aprofundamento deste sentimento de pertencença. As pessoas passaram então a ter acesso a uma série de narrativas comuns a um mesmo espaço cultural. Assim como na conjuntura de enchentes em Blumenau, também nessa época de crise alemã, houve uma tentativa de se solidarizar os membros de um grupo, de forma a atribuir a seus membros uma identidade comum. Na década de 80, este imaginário é veiculado em Blumenau, principalmente pelo poder público e pela imprensa. Na Alemanha pós-invasões napoleônicas teve fundamental papel, neste sentido, os intelectuais românticos, que ajudaram na campanha de auto-afirmação do

¹⁰⁸ Ao contrário do resto da Europa, o nacionalismo alemão era do tipo não-democrático, com uma forte dosagem de conservadorismo, porque os estados alemães não queriam então aceitar os ideais liberais da Revolução Francesa, pois representavam a potência cuja dominação sofriam e pretendiam se libertar. Além disto havia toda uma ideologia endeusando o Estado pelas suas vitórias militares nas guerras de unificação, o que levava a uma exaltação das virtudes militares do povo germânico.

¹⁰⁹ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Velhos e novos nacionalismos: Heimat, Vaterland, Gastland. *Revista História: Questões & Debates*, ano 10, ns. 18 e 19, p. 79, jun. e dez./1989.

povo. Fomentou-se um sentimento de pertencença e a elaboração de uma identidade coletiva, independentemente do critério territorial.

A própria germanidade ou *Deutschtum*, surgiu no século XIX, estimulada por uma conjuntura de defesa perante o inimigo, como um sentimento de pertencença a uma etnia. Durante a invasão napoleônica, as pessoas se solidarizaram, de forma a construir narrativas comuns a um mesmo espaço cultural, atribuindo-se a elas uma identidade em comum. Papel fundamental neste sentido, tiveram os intelectuais românticos. Apesar de muitos já identificarem as raízes do nacionalismo em Lutero, foi com os românticos do século XVIII que se chegou a idealizar uma nação alemã. Conforme Giralda Seyferth¹¹⁰, na obra de Herder (1744-1803) aparece pela primeira vez o conceito de *Volksgeist* (espírito do povo), que identifica as culturas como indivíduos coletivos e os indivíduos como reflexo, em parte, delas. É com ele que aparece essa noção de identidade coletiva alemã.

As invasões napoleônicas colocaram em xeque a validade do racionalismo. Daí explica-se o fato dos europeus terem procurado suas raízes na Idade Média, com vistas a se buscar uma identidade nacional¹¹¹. Essa nostalgia criada em torno da Idade Medieval oferecia um certo remédio às inseguranças e aos problemas do culto do cientificismo, que teria culminado na guerra¹¹². Neste contexto, então, surgiram

¹¹⁰ SEYFERTH, *Nacionalismo...*, p. 19.

¹¹¹ DUBY, Georges. *Economia rural e vida no campo*. Lisboa, Edições 70 (coleção Lugar da História).

¹¹² Esta nostalgia pelo passado, criada a partir de uma conjuntura de catástrofe, curiosamente também ocorreu na Blumenau pós-enchente de 1983, como foi visto anteriormente, quando o apelo ao voluntarismo se fez pela menção aos antepassados da cidade. A referência aos imigrantes neste caso também é nostálgica, na medida em que são sempre identificados positivamente. Apesar das dificuldades em que viviam, são sempre lembrados como bravos pioneiros.

diversas associações de pequeno porte, com vistas a reforçar o patriotismo, através do cultivo do idioma, das artes e das tradições alemãs¹¹³. Também houve a celebração de datas nacionais significativas, o engrandecimento dos heróis nacionais (Bismarck), de escritores e músicos (Goethe, Schiller, Fichte, Beethoven, Wagner, etc.). Estas associações fomentaram um sentimento de pertencença e a elaboração de uma identidade coletiva, independentemente do critério territorial. Isto é, promoveu-se uma ampla campanha visando uma auto-afirmação do povo frente ao inimigo invasor. Também naquela época, portanto, usou-se do recurso ao passado para fins políticos.

Foi através da ideologia do *Deutschtum* que o desenvolvimento industrial, após a revolução de 1848, foi interpretado como demonstração da capacidade alemã. O impulso econômico levando a economia alemã a nivelar-se com a inglesa acrescentava um novo fator de orgulho nacional. Portanto, a construção da representação acerca da “capacidade de trabalho do povo alemão” foi significativa antes do *Deutschtum* ser transplantado para terras brasileiras. No Brasil, os intelectuais teuto-brasileiros reapropriaram-se daquela ideologia nacionalista, surgida antes da unificação alemã. Autores como Arndt e Fichte influenciaram os editores de jornais e almanaques teuto-brasileiros.

Foi assim que se proliferou, nas colônias do sul do Brasil, sociedades de ginástica, de canto e de tiro¹¹⁴. No entanto, é importante ressaltar que a maioria dos teuto-brasileiros estava fora do raio da influência do *Deutschtum*. Sendo a maioria

¹¹³ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A reunificação: enfim, um país para a Alemanha? *Revista Brasileira de História*, n° 28, vol. 14, p. 102, 1994.

¹¹⁴ SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira..., p. 17.

deles colonos embrenhados nas matas, tinham maior necessidade em lutar pela própria sobrevivência do que pela conservação do *Deutschtum*.

Assim, a municipalidade em 1983, apropriou-se de uma representação do alemão enquanto “trabalhador e resistente às catástrofes” presente já na história da Alemanha. Estas constantes referências à Alemanha em 1983, são feitas com o objetivo de se identificar o blumenauense como herdeiro desse “potencial de reconstrução alemão”. Contudo, o apelo ao voluntarismo em Blumenau, através do exemplo da Alemanha pós-Segunda Guerra, se fez de maneira desistoricizada. Na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, em virtude das feridas deixadas pelo nacional-socialismo, ninguém se atreveu a fazer uso de um nacionalismo para reconstruir o país. Até porque este discurso foi amplamente usado pelo Führer no período entre-guerras. As cicatrizes do nazismo fizeram os alemães desconfiar, após a guerra, de qualquer líder com um discurso semelhante ao do nacional-socialismo. Ainda hoje o discurso nacionalista é motivo de desconfiança pelos alemães.

Apesar disto, Blumenau da década de 80 fez amplo uso do exemplo da reconstrução alemã pós-guerra, num discurso em tom “nacionalista”, para promover a reconstrução da cidade. Isto porque as marcas da guerra promovida na Europa, aqui não se fizeram sentir tão intimamente. Daí a possibilidade de utilizar o exemplo da Alemanha pós-guerra sem problemas. Mesmo assim, a referência a fatos ocorridos além-mar, num país que não mais mantém contatos que justifiquem tal associação íntima entre Blumenau e Alemanha pós-1945, evidencia o quanto o discurso do Projeto Nova Blumenau, quando referencia a Alemanha, é desistoricizado e desterritorializado.

Enquanto o Projeto esteve referenciando ao passado da colonização da cidade, respondeu a fins económico-políticos para a reconstrução da cidade, através do uso do passado, da construção de memória. No entanto, a partir do momento em que se relacionou a urgência da reconstrução com a Alemanha de 1945 em diante, fez-se uso de um discurso desistoricizado.

Michel Foucault aponta para a questão de que o discurso instaurador de uma “verdade” desautoriza a possibilidade de outros discursos, pois tende a exercer uma espécie de pressão e coerção sobre os demais¹¹⁵. Por ocasião da Assembléia dos Cidadãos, convocada pela Prefeitura Municipal em 11 de agosto de 1983, logo após as enchentes, o Jornal de Santa Catarina chegou a registrar o espírito mudo da maioria das pessoas presentes. Este silêncio com certeza deu lugar à capacidade retórica do governador Espiridião Amin, então presente, através da qual, falando a um público majoritariamente blumenauense, reiterou o discurso da “operosidade germânica”.

A própria situação de tragédia institui um silêncio aterrador, fruto da sensação de espanto e impotência. A tragédia assusta, emociona, faz calar. E é a partir deste silêncio momentâneo que brotam sentidos aos fatos. Fatos inéditos reclamam sentidos, pois o sem-sentido é “*considerado perigoso e irresponsável*”¹¹⁶. Após a catástrofe, a municipalidade trata de logo produzir um sentido ao momento trágico em que se encontra a cidade. Na própria denominação do projeto de reconstrução aparece a palavra “novo”, evidenciando a necessidade de construção de uma Blumenau diferente daquela ali prostrada em razão das enchentes: Projeto Nova Blumenau.

¹¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1992. p. 20.

Considerar a questão do silêncio, na análise do discurso deste projeto, mostrou o quanto o apelo ao voluntarismo, através do discurso do pioneirismo, representou um modo de apagar da memória blumenauense a omissão do poder público. É claro que o Projeto Nova Blumenau não pode ser interpretado somente como artifício da municipalidade, uma vez que no momento de sua implantação, foi grande o número de participantes na Assembléia dos Cidadãos e nas comissões de reconstrução. Contudo, não se pode negar que houve um esforço por parte da prefeitura em utilizar a história para legitimar o projeto. O artifício da municipalidade em apelar para o voluntarismo através da dignificação dos pioneiros, inclusive recriando uma representação de Blumenau baseada na “capacidade de trabalho alemã”, provavelmente fez calar outras falas possíveis, falas que talvez pudessem apontar para a falta de planejamento urbano e a omissão no tratamento do problema das enchentes. Por outro lado, a referência à Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial, como forma da comunidade espelhar-se naquele exemplo, demonstra como os discursos com fins econômico-políticos podem fazer uso de elementos desistoricizados.

¹¹⁶ ORLANDI, *Discurso Fundador...*, p. 11.

Capítulo 3:

A POSITIVAÇÃO DO TRABALHO E A COLÔNIA BLUMENAU

A reconceituação do “trabalho”: de “coisa de escravo” a “regenerador do homem”

“Trabalho, desonra nenhuma; o ócio desonra é”¹.

Conforme Michel Vovelle adverte², o apego à inércia ou a mudanças praticamente imperceptíveis, tendência dos que trabalham com a *longa duração*, pode comprometer o próprio ofício do historiador enquanto analista das mudanças. A herança braudeliana filtrada pelos historiadores das mentalidades, centrados nesta *longa duração*, tem o risco de *fossilizar a história*, risco de renunciar à pretensão de explicar as transformações sociais no tempo. Não é o que desejamos aqui fazer. A representação da “Cidade do Trabalho” é de longa data. No entanto, seu conteúdo não é o mesmo a cada momento histórico. Assim, buscar elementos da história do Brasil e de Blumenau para instrumentalizar a análise desta representação, o que será feito neste capítulo, importará em explicar como os discursos e práticas são também respostas a seu tempo.

¹ HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. São Paulo: Iluminuras, 1991.

² VOVELLE, *apud* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 141.

Há um material historiográfico em Blumenau que pouco associa a história da cidade a um universo maior, como se até em sua história, Blumenau fosse um caso à parte. Muito se investiu na produção de uma história “voltada para o próprio umbigo”. A positividade atualmente relacionada ao conceito trabalho e a representação positivada de Blumenau são construções ocorridas numa conjuntura que atravessa os limites espaciais da cidade.

Mesmo quando se analisa a história da cidade pelo viés da etnicidade alemã, corre-se o risco de se transitar em círculos. Idéias e fatos externos aos limites da germanidade também devem ser considerados e incorporados na construção de um saber histórico acerca de Blumenau. Por isto, através de uma rápida análise de diferentes noções de trabalho, construídas historicamente, pretende-se neste item discutir como a positivação do trabalho foi construída.

A noção de trabalho, assim como muitas outras noções, são criações simbólicas historicamente construídas. Trabalho derivou do latim vulgar *tripaliare*, verbo que significava martirizar mediante um *tripalium*, aparelho de tortura representado por um açoite com três pontas. A noção de trabalho tinha uma conotação de tortura, suplício, servidão³. Essa noção de trabalho como sofrimento físico e tormento mental é herança da tradição cultural grega. A percepção do trabalho entre os latinos era muito próxima àquela dos gregos antigos, isto é, associada à fadiga e ao cansaço⁴.

³ SCHREINER, Davi Félix. **A formação de uma cultura do trabalho: cotidiano, trabalho e poder (extremo oeste do Paraná - 1970-1988)**. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, UFSC. p. 43.

⁴ Encontra-se uma espécie de genealogia da noção de trabalho no Ocidente, na dissertação de FALCÃO, Luiz Felipe. **Visões do Trabalho: Dobraduras. A noção de trabalho no discurso das lideranças republicanas:**

Entre os cristãos, o trabalho era sinônimo de penitência ou remissão de uma dívida contraída. Somente a partir do século XIII, o trabalho começou a ser visto de forma positiva, quando o “fazer” começou a se sobrepor ao “saber”. Passou-se a distinguir o trabalho intelectual e o trabalho manual, sendo este último carregado de uma forte dose de negatividade. A partir daí o trabalho saiu da esfera privada para a pública: *“no exercício das atividades urbanas emergem grupos sociais, isto é, aliança de indivíduos que, colocando o trabalho como elemento de identificação comum, não só dão publicidade ao trabalho como também se diferenciam a partir de suas próprias representações”*⁵.

Conforme Hannah Arendt, *“a era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade do trabalho.”*⁶ Entretanto, com a colonização do Novo Mundo e o ressurgimento da escravidão, nas sociedades coloniais a concepção de trabalho implantada foi aquela carregada de negatividade. As sociedades ibéricas já estavam bem familiarizadas com discursos abonadores da escravidão antes mesmo da expansão marítima. Em Portugal e Espanha, a permanência de práticas cristãs de ataques a mouros para reduzi-los à escravidão eram apoiadas, inclusive, nos textos religiosos⁷.

1880-1900. Porto Alegre, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 102-120.

⁵ DE DECCA *apud* SCHREINER, op. cit., p. 45.

⁶ ARENDT *apud* SCHREINER, op. cit., p. 45.

⁷ FALCÃO, op. cit, p. 110.

O Brasil, enquanto colônia portuguesa, sendo a última nação a abolir a escravatura, estava imerso neste imaginário que associava ao trabalho uma negatividade. Mesmo a Reforma Protestante, que tomava o trabalho como vocação, não chegou a influenciar o modo pelo qual Portugal colonizaria o Brasil. A força com que a Contra-Reforma católica enraizou-se na metrópole e na colônia, impediu que emergisse um trabalho positivado⁸.

Durante o período colonial brasileiro, trabalho era “*coisa de escravo*”⁹. Uma ladainha relembra a época da escravatura: “*Trabalha negro, negro trabalha. Trabalha negro pra não apanhar.*”¹⁰ O trecho desta ladainha revela que o trabalho era visto como um fardo, um castigo. A noção de trabalho tinha uma carga pejorativa. A tortura, presente no conceito “*tripalium*”, dava também significado ao conceito de trabalho durante o Brasil Colonial. Trabalho importava em suplício: “*...Trabalhava no engenho, no açúcar e no sisal. Depois era chicoteado, num velho tronco de pau...*”¹¹.

O parâmetro que os senhores tinham do trabalho era pautado na escravidão. Por isto, qualquer atividade manual era considerada “*coisa de escravo*”: “*Os rigores e horrores do regime de trabalho escravo faziam a população livre encarar o trabalho como a alternativa mais degradante da existência*”.¹² À época colonial brasileira, considerava-se que o trabalho, ao invés de dignificar quem o executasse, o

⁸ Ibid., p. 115.

⁹ SCHWARTZ, Lilia Moritz; REIS, Leticia Vidor de Souza. **Negras Imagens: Ensaio sobre Cultura e Escravidão no Brasil**. São Paulo: USP: Estação Ciência, 1996. p. 15.

¹⁰ Letra de música de capoeira, de domínio popular, que documenta o trabalho escravo no Brasil.

¹¹ **Idem**.

¹² KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 66.

estigmatizava. Essa imagem negativa do trabalho regular e disciplinado desestimulou inclusive o aparecimento do artesanato e o desenvolvimento dos ofícios e das perícias no Brasil Colonial.

O capitalismo europeu dos séculos XVI e XVII, caracterizado pelo Mercantilismo, tinha como um de seus principais objetivos, a acumulação primitiva de capital, através da super-exploração do trabalho. Isto envolvia a necessidade de tornar o trabalhador uma mercadoria. O assalariamento não era interessante aos empreendedores portugueses, que visavam evitar que o trabalhador usasse a liberdade para ter autonomia produtiva. Assim, em nome da exploração mercantilista, deixou-se de criar núcleos duradouros e autônomos de acumulação.

Insistindo-se no modelo escravocrata, ao final do século XVIII, quase metade da população consistia em livres sem ocupação certa. Estando à margem do sistema, eram desclassificados como vadios, inúteis e inadaptados. Foram forçados à vida errante, pois trabalhar significava a degradação de suas liberdades. O trabalho era considerado pelas pessoas livres como desonroso, resumindo-se ao universo escravo. Sendo assim, os homens livres viviam da subsistência, do trabalho ocasional, eram agregados, mendigos, andarilhos, isto é, excluídos da ordem senhorial escravocrata, que os considerava homens "sem razão de ser". Durante todo o período escravocrata, a classe dominante criou, usou e reproduziu a imagem de indisciplina e vadiagem dos homens livres até como forma de manter a escravidão. A veiculação da imagem de indisciplina e vadiagem destes homens livres foi uma forma que a classe dominante

encontrou para manter um exército de mão-de-obra de reserva, que foi sendo utilizado a partir da industrialização nos anos 30 deste século¹³.

Mas com o fim da escravidão, todos teriam, enfim, acesso à propriedade da terra e direito à autonomia via trabalho? Não. As contradições entre o escravismo brasileiro e o capitalismo internacional desembocaram na Abolição da Escravatura em 1888. Contudo, tratou-se logo de impedir o fácil acesso à terra. Na época da escravidão, a terra era praticamente destituída de valor, pois sua propriedade só tinha significado econômico se seu proprietário também detivesse um estoque de cativos. Com o fim do tráfico negreiro, impediu-se que os homens livres tivessem acesso à terra, para não se constituírem em futuros proprietários bem sucedidos. Com este objetivo, promulgou-se a lei Eusébio de Queiróz, a chamada Lei das Terras, em 1850. Já em 1842 o Conselho de Estado da Corte, dominado pela oligarquia agro-exportadora, enviou à Secção do Império a seguinte sugestão, que antecipava o teor da Lei das Terras:

Um dos benefícios da providência que a Secção tem a honra de propor a Vossa Majestade Imperial é tornar mais custosa a aquisição de terra... Como a profusão em datas de terras tem, mais que outras causas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres, é seu parecer que dora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se, conseqüentemente, a sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue seu trabalho por algum tempo.¹⁴

¹³ KOWARICK, op. cit.

¹⁴ CARNEIRO, J. F. *apud* VIDOR, Vilmar. **Indústria e urbanização no nordeste de Santa Catarina**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995. p. 14.

No entanto, não bastava a expropriação dos libertos e dos recém-chegados imigrantes. Para o seu assalariamento, teve-se que passar por dois processos: pela construção de uma nova ideologia do trabalho e pelo exercício da vigilância policial, no intuito de “corrigir” os corpos dos despossuídos e transformá-los em trabalhadores. Com o fim do escravismo, para garantir a continuação do suprimento de mão-de-obra, *“era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se então com conceitos vizinhos como o de “ordem” e “progresso” para impulsionar o país no sentido do “novo”, da “civilização”, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa”*.¹⁵ Assim, o trabalho revestiu-se de uma roupagem dignificadora e civilizadora. Constitui-se uma nova ética do trabalho. Internalizou-se nos homens livres e imigrantes que o trabalho era um bem.

Além da disciplinarização do tempo e do espaço do trabalho, também queria-se fazê-lo no espaço familiar e social, pois assim se entendia que o homem deveria se enquadrar/integrar à sociedade, à nação¹⁶. Os legisladores da época pós-abolicionista, já no espírito do projeto republicado da “Ordem e Progresso”, trataram de justificar a necessidade do trabalho para evitar que os libertos comprometessem a ordem. Esta justificativa estava pautada nas seguintes afirmativas: o cidadão recebe tudo da sociedade, segurança, direitos individuais, liberdade, honra, etc. Portanto, está endividado com a sociedade, devendo retribuir com o seu trabalho; quanto mais se trabalha, maior dedicação e abnegação, maiores são os atributos morais do indivíduo.

¹⁵ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 29.

¹⁶ *Ibid.*, p. 30.

Portanto, o trabalho é a única forma de regenerar a sociedade¹⁷. Instituiu-se penas bem longas para os ociosos com vistas a proceder uma reforma moral. Em debate na Câmara dos Deputados em 1888, afirmava-se que bom cidadão é aquele que ama o trabalho. Legislava-se a favor da repressão dos vícios dos libertos, inculcando-se outros valores nas pessoas:

Para o liberto se tornar bom cidadão deve significar, acima de tudo, amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir. Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada”. Mas como pensar no trabalho como algo positivo, nobilitado, em uma sociedade que foi escravista durante mais de três séculos? Como “convencer” o liberto a ser trabalhador, logo ele, recém-advindo da escravidão? (...)¹⁸

Ao mesmo tempo em que os discursos da Primeira República reformularam as noção de trabalho, formulou-se a tese do branqueamento do país. Pretendia-se branquear progressivamente a população através da miscigenação seletiva e da imigração europeia. Intelectuais como J. B. Lacerda, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, eram favoráveis ao branqueamento, que deveria se dar através do caldeamento, isto é, da assimilação dos imigrantes, sua incorporação à nação brasileira, para que “branqueassem” a “população inferior”. A última, por sua vez, deveria abraçar os imigrantes. Classificava-se o elemento nacional de então, como

¹⁷ Ibid., p. 43 e 44.

¹⁸ Pronunciamento da Câmara dos Deputados de 1888, citado por CHALHOUN, op. cit., p. 43.

raça “inferior” e “não-civilizada”. Para Oliveira Vianna, a raça negra “(...) *tem um comportamento psicológico instável, nunca criou nem criará civilização*”¹⁹. Este projeto assimilacionista estava calcado nas teorias racistas desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos, desde meados do século XIX.

Diante da abolição da escravatura e necessidade de mão-de-obra, a tese do branqueamento serviu como argumento a favor da imigração européia²⁰. Concluiu-se que se o único incentivo para o trabalho fosse a simples coerção, não se garantiria um fluxo regular de mão-de-obra. Por isto, aos imigrantes foi dado um papel significativo: a construção efetiva da nova ética do trabalho. Isto explica o porquê do imigrante ser a grande ausência nos debates sobre a repressão à ociosidade no Rio de Janeiro. O imigrante é tomado como exemplo ao trabalhador nacional. As classes dominantes o tinham como “*morigerado, sóbrio e laborioso*”²¹.

Esta imagem do imigrante já aparecia durante o período imperial brasileiro, no qual se instituiu a política de colonização. Giralda Seyferth mostra como isto aparece nos relatórios e obras publicadas por diplomatas, conselheiros e técnicos do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Segundo eles, “*Os alemães eram considerados bons agricultores e imigrantes ideais para povoar vazios demográficos no regime da pequena propriedade*”.²² Na discussão acerca do “imigrante ideal”,

¹⁹ SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. 3^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 30.

²⁰ SEYFERTH, Giralda. Racismo e identidade nacional: paradoxos e utopias. **Revista Ciência Hoje** (50 anos do fim da segunda guerra mundial. Do fim do fascismo?), n^o 109, p. 42, Maio/95.

²¹ Conforme MARTINS, José de Souza. Citado por CHALHOUB, op. cit, p. 48/9.

²² SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n^o 26, p. 103, out./94.

constituíram-se hierarquias étnicas de europeus capazes de praticar uma agricultura racional de base familiar. Os alemães ocupavam, nessa hierarquia, o primeiro lugar.

Durante o Império já se pretendia “civilizar” o país, através da instalação de agricultores livres estrangeiros. Com o fim da escravidão, o ato produtivo passou a ser associado à compra do tempo de trabalho. Em virtude da opção pela mão-de-obra imigrante, novamente excluiu-se os trabalhadores livres brasileiros do processo produtivo nacional. No início do século, os imigrantes em São Paulo constituíam 92% dos operários. A maioria era de italianos. Nos locais onde se importou mão-de-obra estrangeira, o imigrante afastou o ex-escravo da produção e reduziu a absorção dos nacionais. Aos negros libertos restou a penúria, como mostra a seguinte ladainha: “... e hoje o que eu tenho? Nem sequer tenho casa pra morar. Nem dinheiro pra gastar...”²³

Iraci Galvão Salles analisa em sua obra os vínculos existentes entre o projeto político dos republicanos e a substituição do trabalhador negro-escravo pelo branco-imigrante europeu²⁴. Durante o período republicano, foi dada continuidade ao projeto “civilizatório” do país. Com o advento da proposta da democracia, o trabalho passou a ser valorizado também como instrumento do progresso nacional. Além de instrumento de “civilização”, portanto, o trabalho imigrante era tido como possibilidade de “progresso e ordem”: “(...) era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se então com conceitos vizinhos como o de “ordem” e

²³ Ladainha cantada em rodas de capoeira.

²⁴ SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o partido republicano paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

“progresso” para impulsionar o país no sentido do “novo, da “civilização”, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa”²⁵.

A população letrada, enebriada pelas idéias de progresso e civilização, julgava-se a reformadora dos costumes e dos valores “atrasados”, “incultos”, tentando, a nível discursivo, envolver o trabalho numa noção racional e positiva. Contudo, não se pode deixar de esclarecer que esta nova noção do trabalho só fez legitimar a dominação dos fazendeiros. Os cafeicultores utilizavam, em larga escala, a mão-de-obra expropriada e desejosa de enriquecer. Os discursos que legitimavam o Estado Republicano faziam permanecer as desigualdades sociais.

Vários foram os discursos republicanos acerca do trabalho. Contudo, temendo as consequências que as agitações sociais pudessem atingir, a maioria das lideranças acabou por promover uma transição conservadora na qual a noção de trabalho preservou preconceitos advindos da dominação senhorial e das práticas escravistas²⁶. Conforme Luiz Felipe Falcão, *“existem fortes indícios de que, para muitos deles (os republicanos), a substituição dos cativos pelos braços do imigrante europeu não implicou numa alteração sensível da mentalidade senhorial”²⁷*. As elites agrárias e a emergente burguesia industrial pregavam a valorização do trabalho, sem contudo consentir que os imigrantes se tornassem proprietários. Conforme discurso na Assembléia Legislativa de São Paulo, *“imigrantes com dinheiro não são úteis para nós”*.

²⁵ CHALHOUB, op. cit., p. 29.

²⁶ FALCÃO, op. cit., resumo.

²⁷ Ibid., p. 15

Concluindo, a mesma imagem de inaptidão do elemento nacional ao trabalho foi utilizada tanto para se reproduzir a escravidão negra, durante o Império, como para se importar mão-de-obra imigrante. A inserção desta mão-de-obra deu-se no sentido de positivar o trabalho, para que a mão-de-obra livre substituísse o trabalho escravo. Devido a este conjunto de imagens referentes ao trabalho, foi possível o desencadeamento do processo que deu fim ao sistema colonial escravocrata, assim como a própria fundação da colônia Blumenau, em 1850, por colonos alemães.

O trabalho e a Colônia Blumenau: a “política da valorização étnica”

Como foi visto, à época do grande surto imigracionista, no século XIX, com objetivos de se povoar o interior do sul do país, o elemento alemão aparece como alternativa, tendo em vista o elemento nacional ter sido excluído do sistema e considerado “sem valor”. No entanto, diferentemente de São Paulo, onde o imigrante foi impedido de acessar à terra e submetido ao assalariamento, em Blumenau as primeiras famílias sobreviviam através da economia de subsistência em seus lotes subsidiados.

Apesar desta diferença, a conjuntura em que se deu a colonização de Blumenau foi a mesma em que nacionalmente se usou e se reproduziu a imagem de indisciplina e vadiagem do elemento nacional livre. A imagem negativa do nacional, estigmatizado como “vadio”, provocou a construção de um contraponto positivo, através da

valorização do elemento europeu, em especial o alemão, dado a ver como dócil e disciplinado e, portanto, interessante ao país. Blumenau, como já se viu, foi colonizada por imigrantes alemães. Portanto, Blumenau já nasceu positivada. Ela nasceu exatamente no momento em que no Brasil se investia na valorização do trabalho livre. Sua colonização fugia do modelo escravocrata. A fundação de Blumenau deu-se em meio desta conjuntura nacional e internacional permeada por discursos acerca do caráter laborioso do alemão, como contraponto ao elemento nacional.

Diversos intelectuais brasileiros do século XIX veiculavam estas imagens no cenário social do país. O próprio representante diplomático brasileiro em Berlim, na década de 1840, Visconde de Abrantes, atribuía ao colono alemão propriedades como sobriedade, amor ao trabalho, e respeito à autoridade²⁸. Suas palavras justificavam a necessidade de emigração dos alemães. Para ele, os alemães eram imigrantes ideais para povoar “*vazios demográficos no regime da pequena propriedade*”, como era o caso da Colônia Blumenau.

O discurso imigrantista do século XIX via a massa dos brasileiros como mestiça e inferior. Os próprios diretores das colônias recomendavam cautela na concessão de lotes aos “nacionais”²⁹. Só eram considerados bons para derrubar árvores e enfrentar os desafios da floresta virgem, mas não para produzir uma agricultura racional. Exatamente neste sentido surge na historiografia blumenauense, a figura de Ângelo Dias. Este luso-brasileiro, caracterizado como “forte e prudente” e de “confiança”,

²⁸ SEYFERTH, Giralda. *Identidade étnica, assimilação...*, p. 103.

²⁹ *Ibid.*, p. 104.

aparece sempre como o grande conhecedor da mata virgem da região, o que se embrenhava na mata em busca de caça, que guiou Dr. Blumenau e seu sócio F. Hackradt na exploração dos afluentes do Rio Itajaí-Açu, antes da aquisição da Colônia³⁰. Não se associa aos primeiros luso-brasileiros em Blumenau, o caráter de bons agricultores, mas de exploradores.

À época da colonização de Blumenau, o estado de Santa Catarina tinha seu litoral colonizado por açorianos, instalados ali desde o século XVIII. O único povoamento no interior de Santa Catarina era o de Lages, criado em 1771, ao lado da estrada que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul. No início do século XIX a província de Santa Catarina tinha uma população muito reduzida (21.068 habitantes)³¹. Em 1829 começou o povoamento pelos imigrantes alemães, com a fundação de São Pedro de Alcântara. Não só alguns núcleos fundados por portugueses, (arraiais de Pocinho e do Tabuleiro), como alguns fundados por alemães (São Pedro de Alcântara) e italianos (Nova Itália), fracassaram. Quase todos os núcleos fundados durante o reinado de D. Pedro I (1822 a 1831) fracassaram devido ao abandono oficial³².

As colônias do Vale do Itajaí foram fundadas no intuito de se resolver dois problemas: a eliminação dos "primitivos" e "problemáticos" habitantes, os indígenas, e a integração do litoral com o planalto. Blumenau foi fundada em 1850 como colônia particular. O presidente da província concedeu à firma Blumenau & Hackradt, formada

³⁰ SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. 2ª ed. Blumenau: Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1988. p. 27.

³¹ VIDOR, Vilmar. **Indústria e urbanização no nordeste de Santa Catarina**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995. p. 17.

³² BROWNE G. P. A política imigratória no Brasil Regência. **Blumenau em Cadernos**, tomo XVI, 1975, p. 8. *Apud* VIDOR, op. cit., p. 18.

pelos sócios alemães Hermann Bruno Otto Blumenau e Ferdinand Hackradt, uma gleba de terras nas imediações do ribeirão Garcia, que se somou a outras, adquiridas por meio de compra. Esta firma operaria como empresa particular de agricultura e indústria³³.

A representação do trabalho imigrante como superior, sempre foi baseada também no discurso do “pioneirismo dos imigrantes”, que sob imensas dificuldades tiveram que enfrentar o solo estrangeiro. Edna Maciel Fiod afirma que a atividade econômica dos imigrantes assemelhava-se à relação que se estabelecia entre a aldeia e a cidade na Alemanha. Para esta autora:

Soam estranhas, portanto, as considerações sobre as imensas dificuldades que estes homens tiveram de enfrentar em solo brasileiro. Descartados os obstáculos naturais do desbravamento das florestas, a que se pode atribuir a origem dos seus problemas mais marcantes? A história não lhes mostrara de diversas maneiras como explorar e povoar terras incultas e de difícil acesso na sua própria pátria?³⁴

J. Kuehne, citado pela autora, contrapõe-se à afirmação de que os colonos vieram desqualificados, despreparados e completamente iludidos ao tipo de vida que iriam ter no sul do Brasil, quando afirma que a maior parte dos imigrantes tinha recursos³⁵. Talvez os poucos imigrantes com certa formação profissional é que sofreram para se ambientar ao Novo Mundo. Em virtude de não desempenharem na

³³ SILVA, José Ferreira da Silva. **História de Blumenau**. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1972. p. 36.

³⁴ FIOD, Edna Garcia Maciel. **Homens sem paz: escola, trabalho e colonização**. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Educação) – PUC/SP. P. 97.

³⁵ KUEHNE, J. *Apud* FIOD, op. cit. p. 98.

Alemanha , trabalho manual baseado na força física, desmatar e lavrar a terra pareciam atividades por demais pesadas.

Entre os primeiros colonos trazidos pelo fundador, a maioria já tinha conhecimento de uma profissão. Entre eles havia agrimensores, ferreiros, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, um fabricante de cigarros, e também agricultores. Conforme Vilmar Vidor, havia *“o cuidado em fazer vir pessoas tendo já o conhecimento de uma profissão, pois as pessoas desapropriadas pelo sistema eram numerosas (...) Blumenau preocupava-se em obter pessoas laboriosas, visto que o desenvolvimento de sua empresa era indispensável para que as obrigações prometidas junto ao Governo fossem cumpridas conforme os prazos estipulados”*³⁶. Como o próprio Dr. Blumenau escreveu e publicou na Alemanha, em riquíssimo documento histórico, *“(...) deveriam imigrar para Santa Catarina somente pessoas que entendem de um ofício; para estar bem empregado, é indispensável e com o mesmo ganhar o seu sustento, ou aqueles que praticam a agricultura e queiram uni-la com seu trabalho (...)”*³⁷. Outro documento seu, uma carta enviada à Alemanha, testemunha o mesmo pensamento: *“Em especial, só mandem gente boa para cá, pessoas que possamos aproveitar, gente dada a bebida não nos serve”*³⁸. Dr. Blumenau inclusive publicou uma relação das profissões indicadas para vir a sua colônia, desestimulando logo de início a vinda de comerciantes. Melhor que isto seria vir agricultores. Também recomendou que os

³⁶ VIDOR, Vilmar. *Idem*. p. 26/27.

³⁷ **Indicações úteis aos imigrantes para a província de Santa Catarina no sul do Brasil de Dr. Blumenau.** Rudolfstadt, Edição e Distribuição de G. Froebel, 1851.

³⁸ **Carta de Hermann Bruno Otto Blumenau à Alemanha,** datada de 12.12.1853. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Dossiê Família Blumenau.

artífices e agricultores trouxessem ferramentas, indicando as que eram mais indispensáveis, como ferramentas agrícolas, de ferreiro, marceneiro e instrumentos de metal (machado, machadinha, martelo, alicate, pinos, serrote, limas, lixas, plaina, etc.). Para os futuros imigrantes mais abastados, também dava seu conselho; nada de luxo, apenas trabalho: *“No que se refere ao restante das condições de vida, ninguém vai esperar encontrar a Europa no sul do Brasil, com suas comodidades e prazeres”*³⁹.

O mais importante para Hermann Blumenau era que o imigrante tivesse disposição para o trabalho: *“(...) Para os outros, mesmo que venham com o bolso vazio, não tenham nenhum receio, pois com vontade de trabalhar e seguindo os conselhos dados na minha pequena obra anterior, logo terão trabalho, mesmo que o ordenado no princípio-seja baixo”*⁴⁰. Este aviso servia para alertar os imigrantes da falta de trabalhadores no Brasil, fato que ele mesmo cita em sua obra. Mesmo os colonos que viessem com recursos financeiros para instalar seu próprio negócio, teriam dificuldades para instalá-lo, na primeira fase da colônia, pois faltava mão-de-obra suficiente na redondeza, e quando se encontrava, era muito cara. Hermann Blumenau já tinha percorrido a região sul do país em 1848, a serviço da Sociedade de Proteção aos Imigrantes, ofício que lhe fez entrar em contato com a realidade brasileira e das colônias alemãs do Rio Grande do Sul, fazendo-se também, conhecedor da situação em que a mão-de-obra brasileira se encontrava. Para ele, os próprios imigrantes

³⁹ **Indicações úteis aos imigrantes para a província de Santa Catarina no sul do Brasil de Dr. Blumenau.** Rudolfstadt, Edição e Distribuição de G. Froebel, 1851. p. 23.

⁴⁰ Op. cit., p. 16.

deveriam “colocar a mão na massa”. Tal preocupação é encontrada no próprio Decreto Imperial de 19 de janeiro de 1867, que regulamentava o funcionamento das colônias:

(...) Art. 12. Todo colono que, dentro de dois anos, contados da data em que fôr empossado no lote comprado, não tiver nêle estabelecido morada habitual e cultura efetiva perderá o direito ao mesmo lote, o qual, precedendo os competentes anúncios, será vendido em hasta pública. (...)

Art. 36 – O colono, que deixar de se ocupar assiduamente em sua lavoura ou indústria, será admoestado pelo Diretor, ou privado dos trabalhos e favores coloniais, precedendo ordem da Junta, se não se emendar.

Art. 37 – O colono, que, por sua ociosidade e maus costumes, fôr pela Junta reconhecido incorrigível, deixará de pertencer ao regime colonial, e será excluído do respectivo distrito pelo Presidente da Província (...) ⁴¹

Os colonos recém-chegados, abrigados no barracão, eram ocupados em serviços agrícolas, na derrubada de matas, abertura de estradas, construção de pontes e outras obras de interesse coletivo⁴². Injetando dinheiro de fora para dentro, realizando obras e pagando salário aos colonos, Dr. Blumenau tentava cobrir, em parte, o déficit comercial da colônia⁴³. Este “trabalho acessório” era, inclusive, uma maneira dos colonos pagarem seu lote.

⁴¹ Decreto Imperial de 19.01.1867 – Regulamento para as colônias do Estado. In: SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1972. p. 94/102.

⁴² VIDOR, op. cit., p. 27.

⁴³ SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Ed. Nacional e Ed. da UPS, 1968, p. 101.

Este fato foi interpretado pelo historiador José Ferreira da Silva⁴⁴ como um meio de evitar a ociosidade dos primeiros colonos. Há os que “aumentam um ponto” nesta questão, e tomam este fato como exemplo da “laboriosidade” dos primeiros colonos, que além de desbravarem a mata para a construção de suas propriedades, ainda ajudavam a construir as estradas. O fato é que, considerando que a maioria dos colonos se estabeleceu no Vale do Itajaí com dívidas a saldar, é fácil explicar que o “trabalho acessório” significou, principalmente, um meio dos colonos regularizarem sua situação financeira. A grande maioria dos colonos não havia pago o seu lote à vista, devendo então saldá-lo dentro de 4 a 5 anos, com juros de 6% ao ano⁴⁵. Considerando a falta de moeda circulante na colônia e a prática do escambo, o “trabalho acessório” era a única forma de obter dinheiro para a regularização dos lotes.

Todos os fatos acima citados, como a seleção dos imigrantes, os interesses do Império na introdução de mão-de-obra livre e na colonização através de minifúndios, e o próprio fato dos imigrantes virem ao Brasil para construir uma nova vida para si e sua família, portanto, constituíram uma base forte para a produção de todo um arsenal discursivo de dignificação das colônias alemãs. E Blumenau não fugiu a isto. Todos estes elementos juntos, contribuíram para a construção de uma imagem positiva de Blumenau, fundamentada no que esta Colônia trazia de “diferente”, de “novo” para a sociedade brasileira de então.

⁴⁴ SILVA, op. cit., p. 49.

⁴⁵ HILLESHEIM, Anselmo Antônio. **O crescimento do mercado interno numa colônia do Império: o caso de Blumenau – 1850-1880**. Florianópolis, 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – UFSC.

Graças à união dos interesses particulares do fundador e do Império brasileiro, foi possível a colonização da cidade. Por isto que o próprio fundador da cidade também representava o elemento alemão como “laborioso” e o elemento nacional como “preguiçoso”, estando sua visão de mundo, portanto, em conformidade com o conjunto de imagens sociais vigentes à época da introdução da mão-de-obra imigrante no país. Dr. Blumenau inclusive dava dicas aos alemães desejosos de imigrar, de fazer concorrência com os luso-brasileiros, pois na certa, segundo ele, se sobressairiam em virtude não só de seu caráter “empreendedor” mas da “preguiça” dos nativos:

Um negócio muito bom atualmente é a manutenção de embarcações costeiras a pessoas empreendedoras e com posse, que adquiram e possam equipá-los com dirigentes alemães e em parte com marinheiros alemães. De modo cômodo e muito seguro, lucrariam e fariam concorrência na retirada de grande parte das mercadorias, aos preguiçosos e medrosos navegadores costeiros nativos, ou então forçá-los a uma atividade maior, a qual em verdade é difícil de conseguir⁴⁶.

Outro imigrante alemão, Julius Baumgarten, também representa positivamente o alemão. Chega a concluir que, apesar de muitas pessoas na Alemanha viverem em condições de vida piores que a de muitos escravos brasileiros, os primeiros ainda se destacavam como mais “caprichosos e trabalhadores”. Os elementos negros são representados como “bobos e preguiçosos”, e por isto mesmo, quando libertos, tornam-se “malandros e ladrões”:

⁴⁶ Indicações úteis ..., p. 19.

Eu vim a esta terra com uma opinião pré-concebida a este respeito, com uma grande aversão contra a escravatura. Naturalmente influenciado pelo livro “A cabana do pai Tomás”, aqui conhecido como “Tia Beerbohm”. Agora, no entanto, que vi com meus próprios olhos os escravos, cheguei à conclusão que estes livros só estão baseados em mera fantasia. A respeito da escravidão no Brasil, muito se escreve na Alemanha. Se no entanto os pobres alemães se lembrassem que muito serviçal existe lá, que leva vida bem pior do que aqui os escravos, calariam a boca por certo, e não escreveriam sobre coisas que não sabem e não entendem. Sim, se os alemães perdessem sua liberdade, fossem vendidos como escravos, então poderiam manifestar um sentimento de revolta. Quando porém se chega a conhecer esta raça de negros e mulatos, estes elementos bobos e preguiçosos, então podemos chegar à conclusão que, com exceção de poucos, estas pessoas se sentiriam muito melhor como escravos. Em sua condição de libertos tornam-se malandros e ladrões e é comum que negros postos em liberdade em pouco tempo voltam para seu dono, implorando que os aceite novamente, nas condições antigas. Somente as pessoas caprichosas e trabalhadoras é possível posicionar-se como libertadas (...) ⁴⁷

O interessante é que mesmo com este estereótipo acerca do escravo, Julius Baumgarten, após citar o comerciante de Itajaí, Franz Sallentien, que havia comprado um negro, admitia também querer comprar um, assim que tivesse condições.

A residência de escravos nas colônias foi proibida legalmente somente em 1867, através do artigo 40 do decreto imperial⁴⁸, portanto, dezessete anos após a fundação da colônia. Hermann Blumenau era contrário à prática da escravidão em terras da

⁴⁷ Carta do imigrante Julius Baumgarten para as irmãs Marie e Emilie. Itajaí-Grande, 10.09.1853. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Dossiê Família Baumgarten, Correspondências de Julius Baumgarten de 1853 a 1858 (3.B.27), documento 01.

⁴⁸ Cf. Decreto Imperial de 19.01.1867 – Regulamento para as colônias do Estado. In: SILVA, op. cit., p. 94/102.

colônia. Há explicações econômicas para tal ponto de vista. Conforme Paul Singer, a escravidão era inviável porque a terra para a produção de produtos para exportação era muito menos acessível que a terra adequada à produção de subsistência. Também o imigrante alemão não tinha meios eficientes para iniciar um sistema de “plantações” que exigia uma imobilização financeira bem grande em mão-de-obra escrava. Somado a isto tudo, também seria temerário procurar concorrer com o latifúndio escravocrata do sudeste, baseando-se apenas em pequenas propriedades do tipo colonial⁴⁹.

Apesar disto tudo, alguns escravos negros chegaram a ser comprados pelos próprios sócios Ferdinand Hackradt e Hermann Blumenau para servirem de mão-de-obra no desmatamento e construção da primeira serraria, na barra do ribeirão da Velha, em 1848:

Chegamos a um resultado, de que nós, sem evitar o alto preço dos diaristas e a insegurança dos trabalhadores (nacionais), não poderíamos passar sem a ajuda de alguns negros. Por isto, Hackradt foi logo ao Rio buscar o dinheiro e alguns negros. Trouxe cinco, entre os quais uma mulher que cozinhava, lavava e passava. Os negros nos custam com viagem, etc., 2.700 réis, o que não é mau negócio⁵⁰.

Conforme Hermann Blumenau, a utilização de dois negros no moinho a ser construído, seria muito vantajosa em termos financeiros. Além disto, evidenciava planos de utilizá-los também na agricultura: *“os negros inclusive, uma vez ou outra,*

⁴⁹ SINGER, op. cit., p. 98.

⁵⁰ Carta de Hermann Bruno Otto Blumenau, escrita em Desterro, data de 21.04.1848, enviada aos seus pais e parentes na Alemanha.

*também prestam serviço na lavoura*⁵¹. Foi fato a utilização de negros na instalação da infra-estrutura básica para o recebimento dos primeiros imigrantes alemães em Blumenau. O deslocamento de trabalhadores nacionais livres para tal trabalho na selva teria sido, conforme disse o próprio fundador, mais complicado, até em virtude do medo que estes tinham de ataques indígenas, e mais dispendioso. À época da escravidão, Quintino Bocaiúva afirmava ser o trabalho livre “exigente”, em virtude da escassez da oferta de braços, o que elevava o seu custo⁵².

Apesar de inicialmente ter-se usado mão-de-obra negra, no projeto colonizador da colônia Blumenau não haviam oportunidades para os negros, que fizessem deles futuros proprietários-colonizadores. O projeto de Hermann Blumenau e Ferdinand Hackradt interessou ao Império, entre outros fatores, justamente por trazer ao país imigrantes germânicos. Assim, iniciada a colonização, a mão-de-obra alemã foi a predominante.

Em sua tese, Marionilde Brepohl Magalhães reconhece as imagens construídas sobre o imigrante alemão. Mostra como nas relações inter-étnicas da imigração construiu-se um imaginário coletivo que via o mulato sempre como preguiçoso, oposto à operosidade inata do germânico,⁵³ que servia de argumento à imigração. O discurso imigrantista, como visto anteriormente, via os alemães como “homens laboriosos” que contribuiriam para o engrandecimento das riquezas do país, o antônimo dos latinos.

⁵¹ Ibid.

⁵² FALCÃO, op. cit., p. 57.

⁵³ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. **Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no sul do Brasil**. Campinas, 1993. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. p. 58.

Em Blumenau, a desqualificação do elemento nacional desembocou inclusive em duplo racismo. O jornal blumenauense *Der Urwaldsbote*, definia a população brasileira como *Völkerchaos* (caos étnico), e considerava a assimilação um processo que favorecia somente às “raças inferiores”. Os alemães e teuto-brasileiros eram representados como “superiores”.

Tal pensamento começou a ser veiculado principalmente a partir de 1898, quando Eugen Fouquet assumiu a edição do periódico. Imigrante alemão, era considerado o mais pangermanista e o mais polêmico editor de toda a imprensa teuto-brasileira⁵⁴.

Quanto à desclassificação do elemento nacional, a ideologia deste jornal assemelhava-se às idéias de intelectuais autores da tese de branqueamento do país, no que tange à inferioridade dos negros e mestiços. No entanto, diferia-se daqueles exatamente pelo fato de defender a pureza da raça, sob o argumento da “eficiência herdada”⁵⁵, e assim inadmitir a miscigenação, pois não considerava o Brasil uma nação:

(...) Uma mistura com africanos e mestiços devemos repelir com firme resolução. Pretender formar com o cruzamento continuado de todos os diversos elementos que estão representados no Brasil uma nação culturalmente homogênea é uma idéia desconcertante. Não estou pregando o menosprezo de uma raça contra a outra, mas acentuando a

⁵⁴ SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 52. Até 1898 o *Der Urwaldsbote* havia sido gerenciado pelo pastor Faulhaber, que se ocupou, conforme José Ferreira da Silva, apenas “(...) dos interesses confessionais das várias comunidades protestantes, do ensino nas suas escolas, que eram mais de uma centena, sem esquecer, entretanto, um amplo noticiário nacional e do exterior”. SILVA, José Ferreira. **História de Blumenau**. Blumenau, 1969, p. 145.

⁵⁵ SEYFERTH, Giralda. **Identidade étnica, assimilação...**, p. 111.

necessidade de manter pura a raça cada uma das raças... A imigração européia, em primeiro lugar, só tem que se haver com o Estado brasileiro e não com a Nação brasileira que afinal de contas não existe (...)⁵⁶

Este jornal defendia a pureza de raça e língua, a partir do preconceito racial. Negros, índios e mestiços são tidos como aqueles “que não tem cultura para dar”. Ao mesmo tempo em que afirmava a inexistência de uma *Brasilianertum* (brasilidade), construiu o conceito *Mullatentum* (“mulatice”). Os negros eram tidos como “o conjunto de todas as raças ou nações de baixo nível, adotam línguas e hábitos estranhos com mais facilidade do que as nações mais adiantadas, quando necessário”⁵⁷. Portanto, eram representados como inferiores, como o avesso dos alemães.

Esta posição radical quanto ao elemento luso-brasileiro, negros, índios e mestiços provocou acirrados debates com o jornal *Novidades* de Itajaí, cidade litorânea do estado. Contudo, conforme Giralda Seyferth, estas discussões nada mais foram do que uma manipulação da ideologia étnica para fins políticos locais⁵⁸. Desde o Império havia um conflito aberto entre a imprensa e muitos políticos luso-brasileiros de um lado, e a imprensa teuto-brasileira de outro. A última associava aos teuto-brasileiros o “patriotismo de ação”, contrapondo a este, o “patriotismo de palavras” dos nativistas luso-brasileiros. Por detrás deste “patriotismo de ação” está novamente a questão do “trabalho alemão”.

⁵⁶ Da série de artigos intitulada “Das Deutschtum in Südbrasilien”, publicada no *Der Urwaldsbote*, ano 9, ns. 28 a 31, janeiro/fevereiro de 1902. Apud SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 61.

⁵⁷ “Noch einmal das Alte Lied”, *Der Urwaldsbote*, ano 15, no. 57, 15.01.1908. Apud SEYFERTH, op. cit., p. 63.

⁵⁸ SEYFERTH, op. cit. p. 67.

A imprensa teuto-brasileira, então, fez um amálgama entre elementos do discurso imigrantista e do *Deutschtum* para elaborar uma ideologia étnica baseada no dito caráter “diferente” do alemão. A imagem do imigrante como “operoso” foi reforçada pela imprensa teuto-brasileira. O jornal *Der Urwaldsbote* de Blumenau usava o discurso da “laboriosidade germânica”, entre outros elementos, para justificar o racismo e defender a inassimilação dos teuto-brasileiros.

Em sua tese, Marionilde Brepohl Magalhães reconhece as imagens construídas sobre o imigrante alemão. Mostra como nas relações inter-étnicas da imigração construiu-se um imaginário coletivo que via o mulato sempre como preguiçoso, oposto à operosidade inata do germânico⁵⁹. Esta imagem de operosidade e disciplina dos germânicos servia como argumento a sua imigração. O discurso imigrantista via os alemães como “homens laboriosos” que contribuiriam para o engrandecimento das riquezas do país, o antônimo dos latinos.

Foi a partir destas representações divulgadas pela política imigrantista que se reelaborou o discurso étnico no Brasil. Como visto no item “O Império da Imagem: a loira (e trabalhadeira) Blumenau”, o discurso étnico teuto-brasileiro já trazia elementos do *Deutschtum*, presente na Alemanha do século XIX. O isolamento espacial de Blumenau veio a contribuir para que este se transformasse também em isolamento cultural, na medida em que se reconstruía uma etnicidade a partir da “diferença” em relação aos “outros”. Por outro lado, a seleção dos imigrantes e o caráter privado da colonização de Blumenau, foram elementos importantes para se analisar como a

⁵⁹ MAGALHÃES, op. cit., p. 58.

administração da colônia também contribuiu para a valorização do trabalho entre os colonos.

***História que não se escreve:
os trabalhadores e (ou) os excluídos da riqueza***

O fato de Blumenau ter sido instalada como Colônia particular, e que a maioria dos imigrantes vieram para construir um futuro, são dados certos e inquestionáveis. Que isto tenha se constituído na base fundamental para a dignificação das colônias, é compreensível, tendo em vista os interesses na formação de mão-de-obra no Brasil. No entanto, contesta-se a afirmação de que o sucesso de Blumenau foi levado a cabo unicamente pelo esforço dos seus imigrantes e do diretor, Dr. Hermann Blumenau, porque não só Blumenau mas também Joinville, necessitaram de auxílio financeiro do governo imperial, sem o qual, não teriam prosperado⁶⁰. Diante dos elevados encargos administrativos e financeiros da colônia, por própria solicitação do administrador, em 13 de janeiro de 1860 o Governo Imperial tomou a seu encargo a sua administração, sendo que, após este fato, os investimentos na colônia foram mais substanciais⁶¹.

A representação positivada da economia blumenauense sempre foi baseada na

⁶⁰ KLUG, João. *Imigração e luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã de Desterro - Florianópolis*. Florianópolis: Papa-Livro, 1994. p. 46.

⁶¹ VIDOR, op. cit., p. 29.

afirmação do progresso da colônia. Contudo, como levantado anteriormente no segundo capítulo, muito pouco se comenta a respeito dos (des)caminhos da colonização e da distribuição das oportunidades e das riquezas produzidas na “Cidade do Trabalho”. Ao longo do século XX, Blumenau foi ganhando destaque economicamente, chegando a ser uma das três maiores cidades do estado. O fato de ser considerada “o pulmão financeiro catarinense”⁶² é muito explicado pela mídia e por pessoas que habitam a cidade, como fruto de uma tradição herdada dos antepassados: o **trabalho**. Como a maioria destes antepassados eram luteranos, criou-se no imaginário blumenauense, uma representação do teuto-brasileiro luterano, visto como “dado ao trabalho”, característica que, segundo este discurso, permaneceu até hoje no “jeito de ser” do blumenauense.

Blumenau foi preponderantemente luterana em seus primórdios. Em 1864, dos 2.022 habitantes, somente 466 eram católicos.⁶³ A colônia de Dr. Blumenau era um empreendimento capitalista. Como o fundador considerava a assistência espiritual essencial ao desenvolvimento de seu empreendimento, logo providenciou a vinda de um pastor.⁶⁴ Max Weber, ao centrar seu estudo sobre os protestantes calvinistas, pietistas e batistas dos E.U.A., em 1904, afirmou que o protestantismo favoreceu um desenvolvimento mais acentuado do capitalismo. Contudo, não se pode afirmar causa e consequência direta. Ambos tinham, apenas, parentesco cultural entre si.

⁶² Comentário do ex-prefeito Victor Fernando Sasse, citado no Informe publicitário. *Isto é Senhor*, 1120, 13/03/1991, p. 36.

⁶³ SILVA, José Ferreira da. *História de Blumenau*. 2ª ed. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1988. p.218.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 217.

O luteranismo, também religião protestante, difere do calvinismo na medida em que acentua uma visão racional do mundo. O racionalismo protestante teria se beneficiado da racionalidade burguesa do processo produtivo. Também o acúmulo de capital passou a ter um princípio ético para os protestantes; mais do que simples avareza e ostentação, o acúmulo de capital era um sinal de que o indivíduo foi eleito por Deus. Max Weber analisa mais, em seu estudo, a religião calvinista. Estes crêem na predestinação, segundo a qual o protestante é reconhecido como eleito divino pelo seu tipo de conduta: "*(...) o êxito no trabalho confirma a vocação pessoal e se deixa interpretar como uma justificação da eleição, pois só o eleito possui verdadeiramente a fides efficax*".⁶⁵

Com isto, não se pode afirmar que o protestantismo foi causa do espírito capitalista. O desenvolvimento do capitalismo foi apenas favorecido pela ética protestante, por causa do clima que ela introduziu no mundo do trabalho. Houve, contudo, a interação de diversos outros elementos. A ascese protestante simplesmente facilitou o incremento do capitalismo. Max Weber afirma que o capitalismo teria se desenvolvido nos lugares onde havia uma prática norteadora de ações que direcionavam para a acumulação racional. Weber, longe de afirmar que o protestantismo teria originado o capitalismo, o que muitos erroneamente afirmam, apenas ressaltou que o protestantismo e a ética capitalista têm parentesco cultural.

Atualmente ainda se explica muitas vezes o sucesso de empresários blumenauenses pelo seu espírito empreendedor, herdado dos pioneiros luteranos.

⁶⁵ FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. p.151.

Contudo, jamais alguma moral econômica foi condicionada unicamente pela religião.⁶⁶ O próprio Max Weber, quando publicou sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, em 1900, dizia que não se podia falar mais em um capitalismo de fins devocionais. Como, então, se associa a confissão religiosa como explicação para o desenvolvimento econômico de Blumenau?

Max Weber quando analisou o fato de que na Alemanha os mais altos cargos administrativos e especializados da indústria eram ocupados por protestantes, explicou-o da seguinte maneira: a facilidade dos protestantes em se sobressair profissionalmente e financeiramente se devia tanto a uma riqueza herdada, como à importância que se dava a sua formação educacional⁶⁷. A questão da riqueza “herdada” ajuda-nos a compreender o porquê da concentração da renda em mãos de alemães em Blumenau. Para a cidade, vieram também imigrantes portadores de saberes especializados de produção, alguns inclusive com posses e reservas para investimento. As crises econômicas européias enviaram a Blumenau pessoas com experiência técnica e comercial, contribuindo para a industrialização da cidade⁶⁸. Armen Mamigonian, em seu Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau, afirmava

⁶⁶ Ver FREUND, Julien. Op. cit., p. 152.

⁶⁷ É sabido que os imigrantes alemães construíam como seu primeiro edifício comunitário uma escola, e não uma capela. A escola era cedida aos finais de semana para servir de espaço para os cultos. A prioridade dada à educação tinha raízes religiosas, na medida em que o luteranismo exigia uma comunidade alfabetizada para que assim pudesse usar o hinário, o catecismo e a Bíblia. No meio de analfabetos sua religião não poderia se manter. Ver KLUG, op. cit., p. 14 (Apresentação feita por Martin Dreher).

⁶⁸ MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 3, julho/setembro de 1965, p. 398.

que em 60% dos casos, as iniciativas industriais tiveram por origem uma mão-de-obra especializada, mestres, operários qualificados e artesãos⁶⁹.

Em matéria jornalística sobre empresas familiares de Blumenau, evidencia-se ainda atualmente a prática da sucessão familiar: *“Fruto da própria tradição local, orientada por uma austera cultura germânica, a receita tem sido colocar os filhos ainda muito jovens à frente das empresas”*⁷⁰. Mesmo não sendo possível a sucessão familiar, os filhos mais abastados continuam sendo encaminhados pelos pais para uma vida profissional bem sucedida, como atesta a mesma matéria, ao transcrever a fala do filho de um tabelião, Otávio Margarida: *“Como os cartórios não são mais hereditários, pretendo fazer concurso para tabelião daqui há alguns anos”*⁷¹.

A própria tendência atual de empobrecimento dos luteranos de origem germânica, apontada pelo historiador João Klug⁷², vem a pôr em xeque uma explicação do desenvolvimento econômico da cidade baseada única e exclusivamente na afirmação dos méritos dos descendentes de alemães. Não se quer aqui negar o significativo papel destes para o desenvolvimento da cidade, somente apontar como esse discurso hegemônico faz silenciar o papel de outros grupos sociais neste processo. Em recente debate transmitido pela TV Galega de Blumenau, um advogado afirmava o conservadorismo como uma das causas da derrocada de muitas empresas familiares de origem teuto-brasileira da cidade. Grandes empresas faliram em

⁶⁹ Ibid., p. 404.

⁷⁰ **Jornal de Santa Catarina. Jornal de Economia** (Suplemento nº 129). Blumenau, 24 de setembro de 1995.

⁷¹ **Ibidem.**

⁷² KLUG, op. cit., p. 54.

Blumenau, nestes últimos anos. A expansão dos mercados ocorrida nesta década e a consequente concorrência pedem um maior poder de adaptabilidade e espírito inovador por parte dos empresários.

Conforme Cristina Scheibe Wolff, a maioria dos estudos sobre colonização alemã tem um certo tom de homenagem aos pioneiros alemães⁷³. Quando se divulga a economia blumenauense, sempre se remete ao “espírito empreendedor” dos empresários alemães, fundadores de empresas de expressão nacional e até internacional. Isto também se observa nas páginas da Internet, mais exatamente na homepage Blumenau – A Cidade, uma espécie de informe publicitário de Blumenau. Logo na segunda página toma-se a vocação empresarial dos imigrantes alemães como justificativa para o crescimento da cidade: *“A cidade cresceu devido a chegada de imigrantes alemães e com eles a vocação empresarial, a ‘Trikotwaren Fabrik Gebrueder Hering’ (Hering Têxtil S/A) uma das maiores malharias do mundo, se instalou aqui. Seguindo este exemplo, artigos de cristal, brinquedos musicais e ainda artigos de felpudo”*⁷⁴.

Em contrapartida, dificilmente faz-se menção ao operário, ao simples colono, ao empregado blumenauense, elementos fundamentais na construção do patrimônio de poucos “bem-sucedidos”. Estes, inclusive, permanecem nas trevas da historiografia blumenauense. São deixados imersos em seus afazeres silenciosos do cotidiano.

⁷³ WOLFF, Cristina Scheibe. **As mulheres da colônia Blumenau: cotidiano e trabalho (1850-1900)**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. P. 08.

⁷⁴ **Blumenau – A Cidade**. Endereço: <http://www.blumenau.com.br/acidade.html>. Linear. No sumário desta homepage encontram-se os seguintes itens: Nossa História – Nossa Gente; Atrações Turísticas; Localização e

Esta tendência é encontrada ainda em trabalhos relativamente recentes, como, por exemplo, o livro intitulado Colonização e Indústria no Vale do Itajaí. Nesta obra, a autora utiliza a obra de Joseph Schumpeter como aporte teórico, para destacar a função social do empresário empreendedor como mola propulsora do progresso no Vale do Itajaí⁷⁵. Esta tendência de superestimação dos ditos empreendedores alemães também chega a motivar o historiador Walter Piazza a realizar uma pesquisa que resultou na obra A modernização das elites emergentes: a contribuição alemã, cuja edição foi realizada pela Fundação Casa Dr. Blumenau. O autor destaca que o processo “modernizador” de Santa Catarina foi resultado do esforço das elites emergentes, das quais os alemães formavam parcela significativa. Américo da Costa Souto chega a afirmar que a infra-estrutura geográfica de Blumenau era negativa, em virtude da selva, dos índios, do clima úmido, da falta de recursos naturais para a indústria, e que, portanto, o único fator responsável pelo êxito da Colônia foi a superestrutura cultural dos imigrantes⁷⁶.

Não se quer aqui desmerecer os trabalhos acima citados, somente apontar a generalização de uma tendência em se dignificar o papel dos empresários e empreendedores no desenvolvimento da colônia Blumenau, fato que tem contribuído para um silêncio a respeito do papel dos colonos em geral e para a construção de uma

Mapas, Hotéis, Convention Bureau; Gastronomia e Divertimento; Compras e Shopping Centers; Agências de Turismo/Câmbio e Calendário de Eventos.

⁷⁵ HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. da FURB, 1987. P. 14.

⁷⁶ SOUTO, Américo Augusto da Costa. **Uma tentativa de história econômica regional: a indústria de Blumenau e a exportação – importação de Santa Catarina (1930-39)**. Florianópolis, 1974. Tese de Livre Docência – UFSC. P. 19.

história de Blumenau baseada somente nos sucessos, nas idéias e empreendimentos que deram certo. A maioria dos trabalhos de história tem servido para louvar o “progresso” da cidade, deixando de lado, como é próprio deste tipo de atitude, os fracassos, os descaminhos, as controvérsias. Não se pretende aqui dar conta desta tarefa, contudo, apresentam-se alguns pontos importantes para avivar um debate.

Outro dado importante na análise da historiografia produzida sobre Blumenau, é que, por conta de uma romantização do passado da cidade, na explicação de seu desenvolvimento, diluem-se as desigualdades, os conflitos e as oposições de classe. Este tipo de história aparece também na homepage anteriormente citada, elaborada com fins publicitários: *“Com a imigração, o Brasil tornou-se uma terra de vários povos, e um dos povos mais trabalhadores e empreendedores, o alemão, encantou-se com o vale que lembrava a terra natal. Em 2 de setembro de 1850, um grupo de 17 imigrantes alemães desembarcava na Barra do Ribeirão da Velha, afluente do Rio Itajaí-Açú: através desses imigrantes, Blumenau surgia com seu povoado trabalhador cultivando o sonho da valorização de sua gente”*⁷⁷. Ao final do histórico, flagra-se o seu intuito, quando se lê *“Venha ver Blumenau!”*. Em nome da publicidade e da propaganda, a história da cidade é romantizada, na construção da imagem de Blumenau enquanto uma “pequena Alemanha”, de povo “trabalhador” e “empreendedor”. Tem-se, assim, a impressão de que em Blumenau tudo foi construído com suor e solidariedade, por meios sempre pacíficos, sem qualquer confronto classista.

⁷⁷ **Blumenau – A Cidade**. Endereço: <http://www.blumenau.com.br/acidade.html>. Linear.

Com relação aos primórdios da colonização de Blumenau, é necessário esclarecer que não foram dadas as mesmas possibilidades de êxito aos colonos vindos da Alemanha. A obra de Vilmar Vidor, Indústria e Urbanização no Nordeste de Santa Catarina, é riquíssima pela maneira como explica o processo de industrialização do nordeste do estado, pois, longe de dar continuidade a um discurso que apenas dignifica os empresários, apresenta dados e observações importantes para uma análise crítica da industrialização do Vale do Itajaí. Para ele, a hierarquia social foi imposta desde a instalação da Colônia Blumenau: *“as pessoas eram designadas para o espaço geográfico de acordo com seu aporte profissional pela administração local: os agricultores eram colocados longe da sede administrativa, os artesãos, os comerciantes e os burocratas no centro da colônia”*⁷⁸. Em Blumenau deu-se sequência a um processo já sedimentado na Europa, o capitalismo, cujo modelo baseava-se na oposição cidade/campo. Aqui também houve a preocupação em construir uma sede para a Colônia, local onde as trocas comerciais eram realizadas. Em contrapartida, os colonos alemães, os produtores de matéria-prima, eram encaminhados para lotes rurais, afastados da sede. A lógica de mercado baseada na oposição cidade/campo, portanto, seguia práticas capitalistas já desenvolvidas na Europa.

Da mesma forma, também foi necessário um processo de “proletarização” para que as primeiras indústrias se instalassem e se desenvolvessem na Colônia Blumenau. Em seus primeiros decênios, havia predominado o sistema de troca. Esse sistema, contudo, favorecia apenas a alguns. Vilmar Vidor mostra em sua obra que quando o

⁷⁸ VIDOR, op. cit., p. 37.

colono necessitasse comprar ferramentas ou terreno, e não dispusesse de dinheiro, tinha que pagar suas dívidas através do sistema de trocas em condições desiguais. Esta foi uma das causas da proletarização dos colonos⁷⁹.

Os ditos vendeiros, tomados pela historiografia como os primeiros “empreendedores”, futuros industriais e comerciantes bem-sucedidos, exerciam um monopólio comercial sobre a produção agrícola, provocando ainda mais a depauperação dos imigrantes. Conforme Idaulo José Cunha, “(...) o vendeiro mantinha conta corrente com o colono. Ao mesmo tempo recebia em depósitos, o fruto dos seus excedentes, percebendo para tanto uma remuneração. Já os empréstimos fornecidos aos colonos eram fortemente onerados com juros⁸⁰. Por causa deste papel, os comerciantes tornaram-se os grandes industriais de Blumenau e não os artífices e as fabriquetas de “fundo de quintal”, como se poderia presumir. Estes últimos acabaram tornando-se operários especializados. A grande maioria dos agricultores, pequenos artesãos e comerciantes sem condições de competir com a produção mercantil, transformou-se em trabalhadores assalariados, alterando profundamente a divisão do trabalho na área colonial⁸¹. Para Edna Fiod, “aqui, apenas alguns serão ‘bem sucedidos’. Os demais engrossam o contingente daqueles que nutrem com suas forças, pelo assalariamento, a propriedade alheia⁸²”.

⁷⁹ Ibid., p. 39.

⁸⁰ CUNHA Apud COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. São Carlos - SP, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de São Carlos, p. 26.

⁸¹ KRZIZANOWSKI, Moacir. **A greve nas indústrias têxteis de Blumenau**. Blumenau, 1992. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Fundação Universidade Regional de Blumenau. P. 11.

⁸² FIOD, op. cit., p. 11.

Pouquíssimos autores referem-se à exploração de sua mão-de-obra pelo capital industrial de Blumenau. O vale do Itajaí é propagandeado como sendo o “vale europeu” de Santa Catarina, sinônimo de riqueza e de bem-estar social, sem contudo, mostrar que a riqueza produzida é para poucos. Por trás dos morros da cidade esconde-se a multidão que produz a riqueza de poucos, em verdadeiros bolsões de pobreza. Poucos são os que conseguem, em seus textos acadêmicos, institucionais ou jornalísticos, sair dos limites da arquitetura “enxaimelóide” do centro da cidade, e penetrar nestes bairros pobres, sem planejamento, nem saneamento. Pelo contrário, mostra-se uma cidade rica, bela e sem problema algum no que se refere a necessidades sociais primárias.

Contudo, a maioria dos trabalhadores blumenauenses não mora em casa enxaimel. Estes geralmente moram em casas simples, cujos modelos não são ditados por nenhum “estilo arquitetônico” famoso. Também a maioria destes trabalhadores não tem condições econômicas de comprar os cristais maravilhosos que produz, tão procurados pelos turistas. Blumenau, então, não é uma ilha, um paraíso “germânico” encravado no sul do Brasil. Apesar do peso econômico que tem no estado, Blumenau está inserida num sistema econômico internacional. Na cidade, *“a classe abastada local é também explorada (guardadas as proporções) pela classe dominante do plano internacional, e como dependente, ela explora com mais intensidade a mão-de-obra (produção e reprodução) utilizada”*⁸³. O sistema econômico internacional pode até eleger determinadas cidades como suas “vitrines”. Contudo, mesmo estas “cidades-

⁸³ VIDOR, op. cit., p. 59.

vitruines” construídas para serem vistas e admiradas, não conseguem “maquiar” as desigualdades econômico-sociais produzidas.

O fato é que bem-aventurados existem em qualquer sociedade. E assim como em qualquer uma delas existem trabalhadores expropriados, também aqui em Blumenau não foi diferente. Tende-se a superestimar o processo de desenvolvimento da Colônia Blumenau em detrimento de outras regiões do Brasil, tomando-se como contraponto principalmente o nordeste do país, descambando-se inclusive em explicações preconceituosas e racistas, como visto no capítulo anterior. O processo de desenvolvimento do Vale do Itajaí, conforme Vilmar Vidor⁸⁴, não se pautou em iniciar uma outra forma de desenvolvimento social e econômico, ou o chamado “modelo catarinense de desenvolvimento”. Aqui no Vale se seguiu o capitalismo, um processo já sedimentado na Europa à época da imigração alemã e italiana para Santa Catarina.

Mesmo assim, o descendente de alemães é supervalorizado enquanto força de trabalho em Blumenau. Ainda hoje isto acontece no processo de admissão de funcionários nas empresas da cidade. A representação do “alemão trabalhador” sempre teve influência nisto, assim como na exploração da mão-de-obra fabril da cidade. Serviu como um “tapa-olho” a uma realidade de excessiva disciplinarização nas fábricas. Serviu inclusive de “freio-de-mão” a possíveis manifestações de descontentamento, como paralisações e greves.

Bellini Meurer analisa como também em Joinville, antiga colônia alemã de Santa Catarina, sustenta-se um processo de exploração nas fábricas, baseado na imagem do

⁸⁴ Ibid., p. 37/38.

homem europeu como símbolo de progresso e trabalho⁸⁵. Esta imagem fazia o operário encarar o empresário como um pai, ou mesmo como a mola propulsora do progresso. Em Blumenau, esta representação do empresário alemão também se fazia e se faz. Conforme Silvia Kopik, *“o paternalismo foi um traço sempre presente nas relações patrão-empregado nas indústrias têxteis de Blumenau”*⁸⁶. Imagens de trabalhadores “ordeiros” e de empresários portadores de uma “força messiânica” são forjadas, visando deturpar a luta pela acumulação⁸⁷. Patrões e empregados são representados assim, como integrantes de uma “grande família”.

Não foi objetivo aqui analisar todo o processo econômico pelo qual passou Blumenau, até a atualidade, somente levantar alguns pontos pouco discutidos para mostrar que o discurso dignificador da “operosidade blumenauense” impede a visualização de conflitos, heterogeneidades e desigualdades.

⁸⁵ MEURER, Bellini. *Entre flores e manguesais: a construção do real em Joinville*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - PUC. p. 22.

⁸⁶ KOPIK, Silvia. As relações patrão-empregado nas indústrias têxteis de Blumenau. *Revista de Divulgação Cultural da FURB*, n° 44, p. 80, julho/agosto 1990.

⁸⁷ MEURER, op. cit., p. 22.

Capítulo 4 :
**A reelaboração do “trabalho alemão” durante a
Campanha de Nacionalização em Blumenau**

Em Joinville, como em Blumenau, o Presidente sentiu o resultado fecundo do trabalho em todas as suas variadas manifestações e pode aquilatar quanto se pode esperar da operosidade da gente que povôa aquelles rincões¹.

Como visto nos dois primeiros capítulos, na década de 80, os governos municipal e estadual alçaram a “capacidade de trabalho alemã” como elemento fundamental para forjar uma identidade à cidade e ao estado, respectivamente. Como esta representação está intimamente ligada à germanidade, significativa seria a análise dos efeitos da Campanha Nacionalizadora promovida em Blumenau, durante o Estado Novo, visto ser este um momento de visualização de conflitos de caráter étnico-cultural², que promoveu inclusive a ressignificação do que se considerava ser “teuto-brasileiro”. Foi a partir da Campanha de Nacionalização, conforme visto no item “O Império da Imagem...”, do primeiro capítulo, que se passou a valorizar ainda mais o trabalho enquanto elemento de diferenciação étnica, em virtude do progressivo desuso da língua alemã em Blumenau.

Por estes fatos, o presente capítulo tentará analisar mais profundamente a Campanha de Nacionalização em Blumenau. Analisar-se-á como, durante o Estado Novo, a imprensa blumenauense reelaborou o discurso da “laboriosidade

¹ Impressões de Getúlio. A Notícia. Joinville, 12.03.1940, p. 2.

² COELHO, Ilanil. *Joinville e a campanha de nacionalização*. São Carlos – SP, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de São Carlos. P. 09.

blumenauense”, mais especificamente durante a cobertura da visita a Blumenau do então presidente da república, Getúlio Vargas, em março de 1940. O discurso proferido por Vargas será analisado no intuito de situar a população teuto-brasileira no projeto estado-novista, pelo que é imprescindível a discussão da conjuntura brasileira da época e o significado do seu projeto.

O Estado Novo (1937-1945) foi um momento de significativa importância na história do Brasil. Neste momento, o poder público investiu maciçamente na implantação de um projeto de construção do cidadão-trabalhador brasileiro, projeto este idealizado desde o advento da República. O trabalho foi eleito o meio fundamental pelo qual se promoveria a regeneração social do país. Visando a construção de um homem novo, fez-se um rearranjo das relações entre a esfera pública e o mundo privado. O poder público passou a vigiar o mundo do trabalho e o espaço fabril, visando ajustá-lo ao novo universo fordista. A própria vida cotidiana das pessoas fazia parte deste projeto político. O Estado atuou nos universos íntimos da moradia, família e lazer³. Através da positivação do trabalho pretendia-se formar uma matriz racial do brasileiro.

O culto ao trabalho pelo Estado chegou a provocar a censura de músicas nos desfiles carnavalescos, gravadoras e estações de rádio que de algum modo referiam-se à malandragem. Sugeriu-se aos letristas de músicas a promoverem uma *“abordagem mais positiva do trabalho e a exaltação dos trabalhadores, ao invés de*

³ Sobre isto ver DUARTE, Adriano Luiz. **Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

*promover o culto da malandragem*⁴. No próprio artigo 132 da Constituição Estado Novista, mencionava-se como obrigação do Estado, *“promover a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-lo ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação”*⁵. A Constituição também criminalizou o não-trabalho, definindo a noção de cidadania pelo trabalho, pela ocupação do indivíduo. Portanto, o Estado Novo impôs de uma vez por todas o projeto civilizador.

A despolitização da sociedade, em especial a do operariado, era um dos propósitos do Estado Novo. Para tanto, promoveu a cooperação entre o capital e o trabalho, através da construção de um sistema sindical totalmente atrelado aos seus interesses. O corporativismo impedia uma interlocução direta entre patrões e empregados. Em Blumenau, durante a mencionada visita de Getúlio Vargas, operários das indústrias locais chegaram a participar do desfile organizado por representantes da indústria e do comércio blumenauenses. A ligação entre o Estado e o operariado foi então simbolizada pelo ritual no qual um operário da cidade entregou um valioso bronze ao presidente, feita por um operário da cidade. O Estado criou um distanciamento entre aqueles dois segmentos classistas, transformando os sindicatos em “escolas de união e disciplina” para o adestramento do operariado⁶.

A nível de Santa Catarina, a imigração estrangeira, defendida pelas elites e pelo

⁴ LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986. p. 40.

⁵ PRIMEIRO CONGRESSO DE BRASILIDADE (1: 1941). *Unidade Étnica*. 1941 (contribuição do professor Deodato de Moraes. p. 15. Biblioteca da UFSC – Setor de Santa Catarina.

⁶ É importante frisar que as práticas e experiências do operariado não se reduziam aos limites do sindicato. Em Blumenau, por exemplo, as práticas da Associação Profissional dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem, fundada em 1941, enquanto instituição à serviço do Estado, diferiam da experiência do movimento operário. Este inclusive chegou a deflagrar greves na cidade, em 1945, 1949 e 1950.

governo catarinense desde o século XIX, passou à ser vista, a partir dos anos 30, como problema nacional, uma vez que o Estado Novo elegeu como seu ideal a construção da brasilidade. À medida que as relações de poder dominantes viram-se crescentemente ameaçadas pela afirmação de práticas autônomas dos teuto-brasileiros, a imigração tornou-se incômoda. Quando o que estava em causa era a brasilidade, os imigrantes e seus descendentes nascidos no Brasil tornaram-se um problema. O Estado Novo então, sistematizou a doutrina do branqueamento de Sylvio Romero, um intelectual atuante no final do século passado e início deste, crítico do “enquistamento étnico” dos alemães⁷. Este intelectual era profundamente comprometido com discussões acerca da construção da brasilidade.

A doutrina do branqueamento já havia provocado debates entre nativistas e teuto-brasileiros no início do século. A questão da assimilação dos grupos étnicos estrangeiros aparecia como uma das motivações da reforma do ensino público de Santa Catarina, iniciada em 1910 no governo de Vidal Ramos. A presença de “escolas estrangeiras” no estado, isto é, escolas que transmitiam valores culturais do país de origem do imigrante alemão e italiano, motivava naquela época uma nacionalização do ensino. A partir de 1911 até 1938, a influência do professor Orestes Guimarães, responsável pela reforma em Santa Catarina, foi marcante na política nacionalizadora

⁷ WEBER, Regina. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: ed. ULBRA, 1994. P. 106. Ver também, sobre a obra de Sílvio Romero: MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. **Alemanha, mãe-pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil**. Campinas, 1993. Tese (Doutorado em História) – Unicamp. P. 65/71.

do ensino. Contudo, este processo teve um cunho liberal, começou com uma ação indireta visando uma assimilação cultural progressiva⁸.

Contudo, a partir de 1935, empreendeu-se uma agressiva política nacionalizadora nas colônias alemãs do sul do Brasil, visando uma assimilação cultural coerciva. Durante este período, o Estado empenhou-se em inventar uma nação unificada, homogeneizada e portadora de um único tipo de trabalhador: o nacional.⁹ Também investiu maciçamente na padronização de comportamentos, através da erradicação das instituições sócio-culturais teuto-brasileiras, como clubes, associações desportivas e culturais, “escolas alemãs”, etc., a proibição de publicações de livros, jornais e periódicos em língua alemã, e a proibição do uso da mesma língua. Esta campanha colocou em prática, portanto, o projeto assimilacionista proposto pelos intelectuais defensores da teoria do branqueamento do início do século. Qualquer veiculação da germanidade passara a ser proibida.

Fatos como a emergência da Alemanha unificada como potência imperialista e principalmente a criação da Liga Pangermânica em 1891, foram motivos para que o Estado Novo introduzisse no Brasil a idéia de “perigo alemão”. A Liga Pangermânica tinha uma proposta expansionista baseada na idéia da superioridade da raça alemã e na tese do espaço vital. Propunha a categoria do *Auslanddeutsche* (alemão no estrangeiro), que contrariava a noção de *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiro), pois

⁸ FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público*. Florianópolis, 1975. Sobre o assunto ver também MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do ensino: uma contribuição à história da educação*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

⁹ CAMPOS, Cynthia Machado. *Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Católica de São Paulo. P. 19.

descartava a vinculação dos descendentes de alemães ao Brasil, através da cidadania¹⁰. O pangermanismo contribuiu para que os nativistas acirrassem ainda mais os debates sobre a assimilação dos teuto-brasileiros à “Nação brasileira”. Na verdade, como a noção de progresso estava indissociada da idéia de unidade nacional, reforçou-se o anti-germanismo como estratégia de reunir os indivíduos em torno do sentimento de brasilidade, até porque pelos poucos adeptos que teve entre os teuto-brasileiros, o pangermanismo não chegou a se constituir em ameaça à soberania nacional.

O encarregado da Campanha Nacionalizadora em Santa Catarina foi o interventor federal Nereu Ramos, governador entre 1935 e 1945. O projeto de Nereu Ramos, completamente atrelado aos interesses do Estado Novo, orientava-se no sentido de forjar uma identidade homogênea entre a população catarinense. Conforme Cinthia Machado Campos, *“o crescimento das preocupações com as possibilidades de dispersão territorial e cultural, no sentido de que poderiam levar a uma total perda de controle, por parte do Estado”*¹¹, teria justificado a adoção de uma prática intervencionista sobre as colônias alemãs e italianas.

Estes ideais integradores já estavam ligados ao governo de Adolpho Konder (1926-1930) e de Aristiliano Ramos, entre os anos de 1933 e 1934. Este último aumentou os impostos sobre o capital investido em atividades econômicas, atingindo

¹⁰ Como visto no primeiro capítulo, o conceito *Deutschtum* (germanidade) ressaltava o pioneirismo do colono e o papel civilizador do imigrante alemão (residindo aí a prova da cidadania em relação ao Brasil), afirmando também uma nacionalidade herdada pelo sangue e perpetuada pela manutenção de valores étnicos e culturais (eram contrários, portanto, a uma integração à Nação brasileira).

¹¹ CAMPOS, op. cit., p. 64.

fundamentalmente os descendentes de alemães. Também controlou o uso da língua nacional nas escolas e dividiu Blumenau em quatro novos municípios. Assim sendo, Blumenau, cidade mais populosa do estado em 1920, teve sua população diminuída em 36%, conforme o censo de 1940.

As intervenções sobre as êx-colônias alemãs foram acentuadas durante a gestão de Nereu Ramos. A diversidade cultural catarinense, forte e resistente à homogeneização pretendida, tornou o estado uma região estratégica, motivo pelo qual muitas solenidades oficiais aqui tiveram palco, como o IX Congresso Brasileiro de Geografia, e a própria visita de Vargas às cidades de colonização alemã, em março de 1940¹².

Aproveitando sua ida a Porto Alegre, Getúlio Vargas atravessou o estado de Santa Catarina no evidente propósito de se popularizar perante as colônias alemãs de Joinville e do Vale do Itajaí. O sentido de sua visita é semelhante ao que Jacques Revel dá às longas viagens empreendidas pelos soberanos franceses desde o século XIV, ou seja, visavam restabelecer um poder e um reino que pareciam ameaçados. A viagem é *“uma forma privilegiada que permite à soberania pública fazer-se reconhecer, construir a sua legitimidade e reforçar a sua autoridade em contato com o território nacional”*¹³. A crença no “perigo alemão” enquanto ameaça à unidade nacional, tornava urgente a necessidade de visitar as colônias do sul do país. Bastou o Estado

¹² Ibid., p. 54.

¹³ REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989. p. 114.

se sentir desprotegido, menos legítimo, para reinventar a velha forma do regresso ao território¹⁴.

Visando criar expectativas entre os moradores do Vale do Itajaí e Joinville, o presidente resolveu partir do Rio de Janeiro, em direção a São Francisco do Sul – SC, por via marítima. Geralmente preferia viajar de avião. Chegando em Blumenau em 10 de março, acompanhado do interventor estadual Nereu Ramos e do prefeito municipal José Ferreira da Silva, foi recebido com muita pompa no Teatro Carlos Gomes. Promoveu-se um verdadeiro espetáculo físico da soberania do presidente. Diante do teatro, Vargas assistiu a um desfile de escolares, do corpo de ciclistas e motociclistas, do 32º Batalhão de Caçadores e de operários de grandes indústrias blumenauenses. Através do desfile, a presença do presidente assume simbolicamente o aspecto de uma “*passagem em revista*” para pôr o “reino” em ordem¹⁵.

¹⁴ Ibid., p. 111.

¹⁵ Ibid., p. 107.

Desfile de operários da Empresa Eletro Aço Altona, defronte ao palanque oficial, durante visita de Getúlio Vargas a Blumenau, em 10.03.1940¹⁶.



Além de fazer um reconhecimento do território do Vale do Itajaí, a viagem de Vargas era um meio de fazer a própria cidade se reconhecer. Em seu longo discurso, proferido no teatro de Blumenau, elogiou a “*capacidade de produção*” e o “*desenvolvimento progressista*” dos teuto-brasileiros¹⁷. Assim, visando impulsionar a modernidade, Vargas apresenta às colônias alemãs a sua própria riqueza. Jacques Revel afirma que também Napoleão Bonaparte, em suas viagens, ignorava as zonas “mortas”, deslocando-se sobre os eixos da modernidade, tendo assim descoberto a França do número, do comércio e da indústria¹⁸.

Vargas refere-se à colonização alemã elogiando insistentemente o esforço solitário dos imigrantes frente a um isolamento cultural que ele explica como resultado

¹⁶ Não consta nome do autor. **Sem título**. Blumenau, 1940. 1: preto e branco, 13,5 x 9 cm. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, pasta 5.15.4 – Visitas Ilustres – Presidentes Brasil.

¹⁷ O discurso de Blumenau. **Cidade de Blumenau**, Blumenau, 16.03.1940, n. 44, p. 01.

¹⁸ REVEL, **Op. cit.**, p. 112.

de um descaso dos próprios governos. Para ele, os governos anteriores não construíram estradas e escolas. Em A Invenção da Sociedade, Jacques Revel também mostra como o presidente francês durante sua viagem pela França após a segunda guerra mundial, insistentemente evocava a história daquele país, para reunir os homens em torno da reconstrução nacional¹⁹. Vargas faz uso deste mesmo recurso, diante do “perigo alemão” e do seu projeto de construção da “Nação”, ao apresentar o “sul do Brasil ao sul do Brasil”:

Dir-se-á que custaram muito a assimilar-se à sociedade nacional, a falar a nossa lingua. Mas a culpa não foi delles: a culpa foi dos governos que os deixaram isolados na mata, em grandes nucleos, sem communicações. Aquilo que os colonos de então pediam era o binômio cuja resultante deveria sair a sua prosperidade. Só pediam duas coisas: escolas e estradas, estradas e escolas (palmas, muito bem). Estradas para que o producto do seu trabalho pudesse ser transportado (...) Pediam estradas afim de que, atravez dellas, se carreasse a sua riqueza, producto do seu labor (...) ²⁰.

No momento em que os teuto-brasileiros eram vítimas da Campanha de Nacionalização, Vargas tenta conquistar entre eles a confiança ao regime. Com este propósito, usa elementos da própria ideologia étnica teuto-brasileira, como a questão da omissão estatal para com as colônias alemãs: *“No valle deserto, no meio de*

¹⁹ *Ibid.*, p. 115.

²⁰ O discurso de Blumenau. **Cidade de Blumenau**, Blumenau, 16.03.1940. n. 44, p. 01. O trecho citado evidencia uma das metas do Estado em superar o mundo rural. A colonização do interior do país era tida como a urgência nacional da época. Para tanto, foi feita uma verdadeira “cirurgia urbana” na sociedade. Na década de 40 o Estado Novo promoveu a intervenção do espaço urbano para viabilizar os suportes necessários à ampliação dos lucros, principalmente industriais. Sobre isto ver DUARTE, *op. cit.*, p. 10.

*imensas florestas, foram deixados ao abandono*²¹. A ideologia étnica teuto-brasileira havia enfatizado bastante esta questão no período anterior ao Estado Novo, considerando o isolamento das colônias responsabilidade do governo²². Na própria história de Blumenau, mais precisamente no final do século passado e início deste, existia um ranço político teuto-brasileiro frente aos governos estadual e federal, acusados de descaso para com os problemas das colônias alemãs. Este foi o motivo principal, inclusive, para a fundação da *Volksverein*²³ em 1899, na cidade de Blumenau, entidade com fins políticos formada exclusivamente por teuto-brasileiros.

Por outro lado, quando Vargas toma a omissão estatal como justificativa para o isolamento dos teuto-brasileiros não reconhece a possibilidade de resistência dos mesmos em se nacionalizar, o que de fato houve. O Interventor Federal em Santa Catarina, Nereu Ramos, teve que promover uma “política de conciliação” em Blumenau, face a existência de focos de resistência à normatização promovida pelo governo²⁴.

Quando o presidente glorifica a riqueza das colônias alemãs em Santa Catarina

²¹ O discurso de Blumenau. **Cidade de Blumenau**, Blumenau, 16.03.1940. n. 44, p. 01.

²² SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, op. cit., p. 14.

²³ A *Volksverein* – Sociedade Popular, foi fundada em 1899 por indivíduos teuto-brasileiros de Blumenau. Em pouco tempo apareceram sociedades similares em São Bento do Sul, Joinville, Brusque, São Pedro de Alcântara, Araranguá, Laguna, Tubarão, Imaruí e Palhoça, chegando-se a fundar o *Volkspartei* – Partido popular, em 1901, em Congresso convocado pela *Volksverein* de Blumenau. Apesar de se auto-identificar como uma “sociedade puramente política”, a *Volksverein* fazia amplo uso da etnicidade como estratégia de mobilização política. Pretendia levar ao comando político indivíduos de origem alemã e formar o maior número de eleitores entre a comunidade teuto-brasileira, para assim acabar com o sistema de “tutelação política” em Blumenau e no estado. Sobre este tema ver FROTSCHER, Méri. **A “Volksverein” e seu projeto político**. Florianópolis, 1995. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina; SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 26, out./94.

²⁴ CAMPOS, op. cit., p. 15/6.

e sua inclinação para a atividade industrial, as transforma em exemplo a ser seguido pelo país. O trabalho dos colonos é elogiado, pois no Estado Novo, o trabalho é representado como o único meio possível para a superação da pobreza: “(...) *A pobreza que, por muitos séculos, fôra vista como inevitável e até útil por funcionar como um estímulo ao trabalho, passou a ser considerada uma ameaça e um perigo ao desenvolvimento das relações capitalistas*”²⁵. O Estado Novo havia rompido com a política agrícola da República Velha, instituindo o fordismo nas relações de produção, baseado fundamentalmente na intensificação da produção, melhoria técnica, redução de custos e produção em massa. O tempo agrário é sobrepujado pelo ritmo frenético dos novos tempos, pela vertigem da velocidade²⁶. As oportunidades de mercado abertas pela Segunda Guerra Mundial fizeram com que o regime, em agosto de 1942, chegasse a restaurar as 10 horas de trabalho diárias, a pedido dos industriais²⁷. Neste mesmo ano, o Brasil declarou guerra à Alemanha.

No discurso de Vargas em Blumenau, observa-se como o Estado Novo fez, nas palavras de Alcir Lenharo, um contrabando da liturgia católica para a “liturgia política”. O ato de trabalhar aparece como sacrifício, vinculado a uma leitura religiosa: “ganharás o pão com o suor do teu rosto”. O trabalho é visto como uma ação pedagógica que garante a perfeição moral do ser humano²⁸.

(...) Ser brasileiro é amar o Brasil. É ter o sentimento que lhes permite dizer: “O Brasil nos deu pão, mas

²⁵ GOMES, Ângela Castro. *Apud* DUARTE, op. cit., p. 74.

²⁶ Esta mudança é inclusive tema de poemas e sambas enredo na década de 30, como o poema “Café Expresso” de Cassiano Ricardo: “Estou com pressa, muita pressa”.

²⁷ DUARTE, op. cit., p. 108.

²⁸ LENHARO, op. cit., p. 87.

nós lhe daremos sangue” (aplausos). É ter o sentimento de brasilidade, pela dedicação, pelo affecto, pelo desejo de concorrer para a realização dessa grande obra, na qual todos somos chamados a colaborar, porque só assim poderemos contribuir para a marcha ascensional da prosperidade e da grandeza da Patria²⁹.

No discurso de Blumenau, Vargas afirma que a dedicação ao trabalho do descendente de imigrantes era um sinal de afirmação de sua cidadania. A ideologia étnica teuto-brasileira sempre reivindicou o direito de cidadania brasileira aos descendentes de alemães pela afirmação de sua dedicação ao trabalho. A representação social do teuto-brasileiro blumenauense como “operoso”, já veiculada pela ideologia étnica teuto-brasileira, foi, portanto, manipulada por Vargas no intuito de fortalecer a popularidade da ideologia Estado-Novista perante as colônias alemãs, diante do processo nacionalizador que ali se promovia.

Os anos 30 são caracterizados por uma série de fatos que acirraram o germanismo em Blumenau. O fato da Alemanha ter suplantado a crise pós-1ª guerra, tornando-se novamente uma potência mundial, foi um argumento forte para a dignificação da “capacidade de trabalho alemã”, inclusive entre os teuto-brasileiros de Blumenau. A própria ascensão do Nazismo foi fator importante no acirramento do germanismo, apesar da pouca expressividade local a nível de filiados. A Primeira Guerra abriu o mercado nacional à indústria de Blumenau, em virtude da substituição das importações. Além deste fato, entre os anos de 1918 e 1955, houve um

²⁹ discurso de Blumenau. **Cidade de Blumenau**, Blumenau, 16.03.1940. n. 44, p. 01.

alargamento da fronteira agrícola e expansão populacional e econômica de Blumenau. Esta conjuntura serviu de argumento para a afirmação de uma representação do “blumenauense” fortemente associada ao “amor ao trabalho”. Depreende-se, então, a existência de uma forte dignificação do Vale do Itajaí baseada no sucesso econômico da região.

A obra Estrangeiros em Santa Catarina, editada em 1940 pelo Departamento Estadual de Estatística, órgão, portanto, ligado aos interesses do Estado Novo, ratifica a representação social positivada do teuto-brasileiro. A obra elege o aspecto econômico como o principal efeito benéfico da colonização alemã no estado. Na própria obra afirma-se que em 1940, 60% do número de fábricas existentes no estado localizava-se nos municípios originários de colônias alemãs, assim como: “*Até o advento da colonização intensiva, o organismo econômico catarinense era sem expressão, desnutrido, atrofiado, alimentado parcamente por deminuta e rotineira agricultura*”.³⁰ Esta representação, portanto, tomava como base práticas sociais que a referendavam. Contudo, tendo em vista a campanha Nacionalizadora que já estava em andamento nas colônias alemãs, a obra também indica um ponto maléfico da colonização: a inassimilação dos teuto-brasileiros.

Conforme visto anteriormente, o elemento **trabalho** ocupava posição central no discurso Estado-Novista. Este, portanto, assemelhava-se ao discurso da ideologia étnica teuto-brasileira. Contudo, havia um embate entre as duas ideologias quanto à

³⁰ CÂMARA, Lourival. *Estrangeiros em Santa Catarina*. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano I, Nº 4, outubro/1940, p. 31.

questão da brasilidade. O elemento “trabalho alemão” sempre serviu de argumento para se afirmar a cidadania do teuto-brasileiro. Este argumento vinculava-se à idéia do pioneirismo do imigrante alemão que, com sua obstinação, superou todas as dificuldades que o meio lhe colocou, transformando selva em uma área dinâmica, graças à “eficiência alemã”³¹. O trabalho, além de afirmar a cidadania brasileira dos descendentes de alemães, também justificaria o direito à preservação dos costumes e tradições alemãs.

Aí residia a controvérsia: o Estado Novo pretendia a construção da brasilidade, era contrário, portanto, ao cultivo daquelas tradições, motivo pelo qual instituiu a Campanha de Nacionalização. A afirmação “trabalho alemão” não poderia, de forma alguma, aparecer como justificativa para a afirmação da cidadania brasileira. A ideologia étnica teuto-brasileira e o Estado Novo diferiam quanto à questão da nacionalidade, mas ambos afirmavam a cidadania brasileira dos descendentes de imigrantes alemães no Brasil.

Necessário aqui se faz diferenciar a ideologia étnica teuto-brasileira da ideologia nazista, uma vez que muitos agentes da nacionalização no sul do Brasil confundiam qualquer expressão de germanidade com nazismo. Este último, na verdade, radicalizara o *Deutschtum*. Para o nazismo, a comunidade nacional alemã, fundamentada em torno da concepção de mundo nacional-socialista, era representada não só pelos nascidos em solo alemão como pelos descendentes de alemães no estrangeiro. Assim, o teuto-brasileiro deveria ser regermanizado ao invés de se

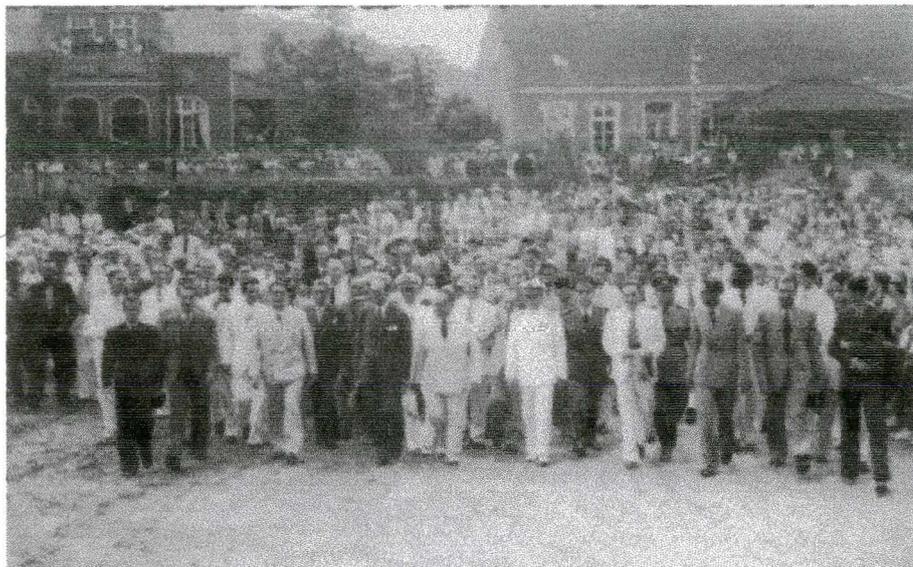
³¹ COELHO, Ilanil. Op. cit., p. 55.

assimilar ao país que o acolheu. Portanto, nenhum alemão ou descendente poderia ter dupla cidadania. Isto entrava em choque não só com o Estado Novo como com a própria ideologia étnica teuto-brasileira que, apesar de afirmar a nacionalidade alemã do teuto-brasileiro, afirmava a sua cidadania brasileira. Por isso, a xenofobia, uma das principais características dos agentes nacionalizadores, provocou uma verdadeira campanha anti-nazista.

Conforme Jacques Revel, a eficácia da viagem do soberano é, em primeiro lugar, simbólica³². A brasilidade pretendida pelo Estado Novo fez-se simbolizar, durante a visita de Vargas em Blumenau, através de magnífica execução do hino nacional a oito vozes, sob a regência do maestro Hans Geyer. Simbolizou-se a brasilidade também através das longas e largas faixas verde-amarelas foram estendidas na fachada externa do Teatro Carlos Gomes, e de inúmeras bandeirinhas nacionais foram distribuídas entre os populares que assistiam ao desfile. Em nome de seu projeto nacional, Vargas apelou para que os blumenauenses tomassem parte na grande “marcha ascensional da prosperidade e da grandeza da Patria”. Este projeto ficou inclusive simbolizado na “marcha” do presidente pela rua XV de novembro, rumo ao palanque oficial.

³² REVEL, op. cit., p. 117.

Marcha dos blumenauenses durante visita de Getúlio Vargas, em 10.03.1940, na rua XV de novembro - Blumenau: a simbolização da construção da brasilidade³³.



Para o Estado Novo, a construção da brasilidade também estava relacionada à criação de um tipo físico único para o brasileiro. Para tanto, aquele regime fundamentou-se em teses de educação física, saúde e higiene, que enfatizavam a necessidade do trato do corpo pelo exercício físico, higiene e, sobretudo, o aprimoramento eugênico da raça. Neste ponto, é flagrante a simpatia que o Estado Novo mantinha pela *“homogeneidade racial em favor dos arianos”*³⁴. Segundo esta autora, *“o tipo germânico (modelo ideal de homem) e o nazi-fascismo (modelo ideal de regime), idolatrados pelos dirigentes do país, tornaram-se metas de homogeneização racial e prática governamental para o Brasil”*³⁵. O Estado Novo baseou-se no modelo

³³ Não consta nome do autor. **Sem título**. Blumenau, 1940. 1: preto e branco, 15 x 9 cm. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, pasta 5.15.4 – Visitas Ilustres – Presidentes Brasil.

³⁴ CARNEIRO, Maria Lúcia Tucci. **O racismo na história do Brasil**, p. 38.

³⁵ **Ibid.**, p. 38.

nazista, o “povo da educação física”, que desde 1933 empenhava-se na massificação do esporte como recurso de melhoria da saúde do povo³⁶.

Os jornais blumenauenses, controlados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, tratavam também de veicular a ideologia do regime, como era o caso do jornal *Der Urwaldsbote*. Este jornal caracterizava o blumenauense como “*povo sadio*”³⁷ e elogiava o empenho do presidente na “*formação de uma raça eugenicamente perfeita e constitucionalmente forte*”³⁸. Também em suas páginas publicou-se propagandas de remédios, sob os mesmos argumentos veiculados pelo projeto getulista, ou seja, um melhor trato do corpo promoveria o aprimoramento do tipo brasileiro e da capacidade produtiva individual:

DISPOSTO PARA O TRABALHO:

Um homem com saúde perfeita está sempre disposto para o trabalho, e dessa boa disposição resulta que o trabalho se torna 100% produtivo. Mas não é de esperar, uma tal disposição de quem sofre dos rins e da bexiga. As dores locais, as micções ardentes e difíceis, a formação de areias e depósitos tornam a vida um suplício. Felizmente existe à mão um remédio providencial: HELMITOL de Bayer (...)³⁹

A saúde era tomada como sinônimo de trabalho produtivo, por isso deveria ser cuidada para que cada brasileiro desse sua contribuição ao país. A questão da saúde encontrava-se diretamente ligada à noção de trabalho: o trabalho é um dever social, e assim, todo aquele que não trabalha é um doente. Ser vagabundo significava ser

³⁶ LENHARO, *op. cit.*, p. 81.

³⁷ A visita do Chefe da Nação em Blumenau. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 15.03.1940. n. 74.

³⁸ O presidente da república em Blumenau. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 08.03.1940. n. 1940.

³⁹ *Cidade de Blumenau*, Blumenau, 10.04.1940. n. 40, p. 03.

doente. O universo do trabalho durante o Estado Novo não comportava meios-termos: ou se é trabalhador, com profissão regulamentada e carteira assinada, ou se é vagabundo (voluntário ou involuntário)⁴⁰.

Visando a criação do tipo ideal brasileiro, organizou-se em 1941 o Primeiro Congresso de Brasilidade, promovido pela Comissão de Unidade Étnica⁴¹ do governo de Getúlio Vargas. No projeto de Unidade Étnica, o trabalho, juntamente com a saúde e a beleza, seriam os principais elementos necessários para uma “*padronização brasilica*”, uma “*elevação biotipológica*”, a criação de um homem que “*deve ser tanto um tipo ideal eugênico, quanto disciplinado*”⁴². O Estado Novo veiculava uma valorização do tipo brasileiro: “*possuímos qualidades superiores de agilidade, destreza e perspicácia*”⁴³. Tinha-se a concepção de que o melhoramento da raça, através da eugenia, deveria “vir de dentro para fora”, por isso o cuidado do corpo deveria ser essencial, o “*primeiro dever do brasileiro para bem servir o Brasil*”⁴⁴.

Sendo assim, como ficavam os teuto-brasileiros no projeto de construção do trabalhador nacional dos anos 30 e 40? Apesar da simpatia do Estado Novo pelo “modelo alemão”, como seus objetivos eram a brasilidade e, conseqüentemente, a homogeneidade, este regime era contrário ao cultivo das diferenças. As colônias alemãs foram seu principal alvo no sul do Brasil, nas quais instituiu-se a Campanha de Nacionalização visando normatizar e padronizar os indivíduos. Contudo, durante a

⁴⁰ DUARTE, op. cit.

⁴¹ PRIMEIRO CONGRESSO DE BRASILIDADE ... p. 06.

⁴² Ibid. p. 19.

⁴³ Ibid., p. 21.

⁴⁴ Ibid., p. 19.

primeira República, os discursos tenderam sempre a desqualificar os catarinenses descendentes da imigração açoriana, tomando-os como indolentes, atrasados, incapazes e doentes. As elites catarinenses produziam essa imagem negativa do habitante do litoral visando promover uma remodelação modernizadora do espaço urbano, que passaria, necessariamente, por mudanças nos hábitos tradicionalmente conservados pelas populações. Em contraposição, atribuía-se a noção de disciplina à nacionalidade germânica ou italiana.

O próprio significado da palavra “colono” erigiu-se em contraposição ao trabalho do brasileiro. Essa concepção foi reforçada pelos próprios descendentes de imigrantes, pois o trabalho afirmava positivamente os descendentes de alemães no Brasil⁴⁵. Crispim Mira, um jornalista joinvillense, assassinado em 1927, através de uma perspectiva ética-pedagógica chegou a pregar as virtudes da operosidade e do “espírito de trabalho” alemão como fatores de “regeneração nacional”. Apesar de luso-brasileiro, caracterizou-se como um brilhante herdeiro da estrutura mental e espiritual teuto-brasileira⁴⁶.

A idéia de que o progresso agrícola e industrial do estado estava indissociado da participação do imigrante tinha servido durante muito tempo às elites e ao próprio governo, no sentido de consolidar uma sociedade moderna em Santa Catarina. Contudo, diante do projeto nacionalista de Vargas e da necessidade de valorização do

⁴⁵ ARAÚJO, Hermetes Reis de. *Apud* CAMPOS, op. cit., p. 59/ 60.

⁴⁶ VEGINI, Edmundo. **A personalidade histórica de Crispim Mira e a regeneração nacional pela ética germânica do trabalho – 1880-1927**. Florianópolis, 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

trabalhador nacional, tentou-se priorizar o trabalhador brasileiro em oposição ao estrangeiro. Para a racionalidade dos anos 30 e 40, a disciplina do trabalho alemão, afirmada em conjunto com a nacionalidade germânica, não mais interessava. A partir daí caberia isolar a nacionalidade germânica, resgatando, porém, a disciplina, para atribuí-la a todo e qualquer trabalhador⁴⁷: *“toda e qualquer possibilidade de construção, pelo trabalho, da modernidade do país, passou a ser atribuída a um tipo de disciplina semelhante àquela conferida, até então, aos alemães”*⁴⁸. Por isto que, além de subtrair o adjetivo do termo “trabalho alemão”, intelectuais catarinenses comprometidos com os ideais do Estado Novo, também investiram na supressão da imagem de indolência do açoriano, recuperando a importância da origem portuguesa.

Mesmo que se continuasse a elogiar a disciplina dos teuto-brasileiros, a conotação era diferenciada, servindo apenas como estímulo à preservação daquela disciplina e operosidade. No caso do discurso de Vargas em Blumenau, quando elogia o “espírito progressista” do imigrante alemão, estava apenas usando um elemento da própria ideologia étnica teuto-brasileira, a capacidade de trabalho, para justificar a Campanha Nacionalizadora e apaziguar os conflitos daí resultantes.

É necessário considerar que aquele discurso foi feito especialmente para a comunidade blumenauense, visando ganhar votos de confiança ao regime Estado-Novista e não com objetivos de repercutir nacionalmente. Se fosse este o objetivo, a

⁴⁷ Sobre isto ver CAMPOS, op. cit., p. 62 e 77/78. Historiadores catarinenses dos anos 30/40, como Oswaldo Rodrigues Cabral, ajudaram a recuperar o açoriano para o trabalho e fundamentaram as intervenções nacionalizadoras.

⁴⁸ Ibid., p. 62.

ideologia estado-novista estaria caindo em contradição, uma vez que a afirmação da diferença (trabalho alemão), seria a reafirmação das diversidades culturais existentes na sociedade⁴⁹, algo incompatível com o projeto de construção da brasilidade.

Sendo assim, a imprensa blumenauense aproveitou o discurso dignificador das colônias teuto-brasileiras para reelaborar a representação da etnia alemã, através do trabalho, tendo em vista o contexto nacionalizador. Os jornais blumenauenses aproveitaram a visita de Vargas para engrandecer os motivos pelos quais o presidente teria se dirigido à cidade, fazendo uso de um discurso nitidamente semelhante aos que se faziam durante o auge do pangermanismo, recheado de elogios à capacidade produtiva do Vale do Itajaí, embora não o relacionando à questão étnica. É o que ocorre quando o jornal *Der Urwaldsbote* relaciona a visita de Vargas a uma curiosidade em conhecer Blumenau, adjetivada como uma “*grande sinfonia de trabalho humano*”, uma “*grande colméia de trabalho*”:

(...) Por certo chamou a atenção do Presidente da Republica a grande quantidade de cabecinhas loiras e quando então o povo trabalhador de Blumenau passou reunido (...), então certamente firmou-se-lhe no espírito a convicção de que em Blumenau ele se encontrava no centro de uma grande colméia de trabalho, com uma palavra, que tinha diante de si um povo sadio, enquadrado na maneira de trabalho de uma indústria altamente desenvolvida⁵⁰.

A repercussão da visita do presidente foi documentada pelos jornais locais *Cidade de Blumenau* e *Der Urwaldsbote*. O último mantinha sua publicação bilíngüe

⁴⁹ Ibid., p. 61/62.

⁵⁰ A Visita do Chefe da Nação em Blumenau. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 15.03.1940.

àquela época. Conforme Giralda Seyferth⁵¹, o *Der Urwaldsbote* “se manteve coerente com o germanismo mais puro durante os 49 anos em que circulou”. Por isso que em 1939 houve meses nos quais, em virtude da ação nacionalizadora, não foi publicado. Em 1941 foi obrigado a deixar de circular. Mesmo que a nível estadual e nacional os intelectuais e o governo se empenhassem em desqualificar o trabalho do imigrante e, por outro lado, qualificar a mão-de-obra do açoriano, a nível local, a imprensa aproveitou o elogio do presidente ao trabalho dos teuto-brasileiros, para dignificar o povo blumenauense.

Embora este jornal não fizesse uso explícito da expressão “trabalho alemão” em seus artigos, tendo em vista a prática nacionalizadora, contrária a qualquer adjetivo estrangeiro, na memória social blumenauense perdurava uma relação estreita entre o conceito “trabalho” e a colonização alemã da cidade, em virtude da influência da ideologia étnica. Esta relação quase que imediata entre o conceito “trabalho” e o adjetivo “alemão” pôde ter vindo silenciosamente à tona ao ler-se a cobertura da visita do presidente, feita pela imprensa local.

Mesmo sendo menos germanófilo, também o jornal *Cidade de Blumenau* não se redimia de reforçar este imaginário ao se intitular “o legítimo arauto da gente laboriosa do Valle do Itajaí”. Ambos os jornais, o *Der Urwaldsbote* e o *Cidade de Blumenau*, portanto, reelaboravam a representação do teuto-brasileiro como trabalhador. A imprensa blumenauense sempre constituiu-se num eficiente meio de circulação de discursos de reafirmação da dita “fibra do povo blumenauense”. Em diversos momentos

⁵¹ SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: FCC, 1982. p. 53.

isto ocorre, no entanto, cada um deles trata de “desenterrá-lo” e reelaborá-lo, conforme as circunstâncias.

Não só a permanência da influência da ideologia étnica, mas também a própria importância dada ao trabalho pelo Estado Novo reforçaria ainda mais, a nível local, o valor dado ao mesmo. A nível estadual, os jornais realizaram sucessivas campanhas moralizadoras “*com o firme propósito de normatizar as condutas populares e acabar com aquilo que foi tomado como as concebidas origens dos males sociais: o jogo, o alcoolismo, a vadiagem, o não-trabalho*”⁵².

Durante a visita de Vargas, a imprensa blumenauense, com vistas a dar publicidade ao regime, enumerou toda uma lista das leis de amparo ao trabalhador promulgadas durante o Estado Novo. As matérias e editoriais dos jornais da época, mesmo não sendo lidos por muitos blumenauenses, tinham uma função pedagógica no sentido de formar opiniões. Assim sendo, o Estado Novo possivelmente deve ter influenciado, a nível local, no sentido de dar ao trabalho um valor ainda maior.

Este fato resultou também e principalmente, da Campanha de Nacionalização. O cultivo da língua alemã era, àquela época, o critério fundamental na atribuição de identidade teuto-brasileira. A ideologia étnica a considerava extensão da nacionalidade alemã. Como a afirmação da nacionalidade alemã era incompatível com o ideal de brasilidade Estado-Novista, o cultivo da língua alemã passou a ser violentamente proibido. Houve assim graves conflitos nas colônias alemãs do Brasil, uma vez que na

⁵² CAMPOS, op. cit., p. 23.

década de 40, o uso da língua alemã era ainda muito expressivo. O tenente cearense Rui Alencar Nogueira, agente da Campanha de Nacionalização em Blumenau, chegou a estranhar os “nomes estrangeiros” nas placas identificadoras das casas comerciais e o fato de pessoas preferirem falar o alemão ao português, considerando por isto a cidade “esquisita” e com costumes estranhos ao povo brasileiro. O frequente uso da língua alemã foi um dos principais argumentos por parte do Estado para promover a Campanha de Nacionalização, tendo em vista o forte papel da língua na determinação de valores.

Como tudo que fosse étnico era descartado como possibilidade para o futuro do país, os teuto-brasileiros passaram a ser respeitados simplesmente pelo elemento “trabalho”, e mesmo assim, sem o adjetivo “alemão”. Por outro lado, a forte repressão exercida durante a Campanha de Nacionalização acirrou a nível local uma representação do teuto-brasileiro a partir do critério “trabalho”. Tal auto-estima era uma estratégia cultural para não se deixar amalgamar completamente, para fazer permanecer uma diferença, para fugir da homogeneização cultural.

A Nacionalização provocou uma espécie de solidariedade étnica entre os descendentes de alemães, inclusive entre patrões e empregados, solidificando ainda mais os laços paternalistas existentes no meio industrial. Conforme Moacir Krzizanowski, *“a nacionalização reforçou ainda mais a solidariedade entre os germânicos, incluindo a quase supressão das barreiras entre as várias classes sociais vigentes. O isolamento dos teuto-brasileiros fazia com que estes se refugiassem ainda*

*mais na sua capacidade produtiva*⁵³. Este isolamento justificaria inclusive, a relação de submissão de grandes parcelas da classe operária têxtil durante quase um século, interrompida somente em 1989 com a grande greve geral que paralisou 40 mil trabalhadores blumenauenses.

A representação do teuto-brasileiro através do elemento “trabalho alemão” era assim compreendida mais a nível intra-étnico. A nível nacional, a expressão “superioridade do trabalho alemão” era incompatível com a brasilidade pretendida pelo Estado Novo. Quando se elogiava a capacidade produtiva dos teuto-brasileiros a nível nacional e estadual, durante o Estado Novo, era meramente para normatizar condutas na construção de um trabalhador nacional também disciplinado e industrioso.

A proibição do germanismo e, conseqüentemente, a proibição da língua e da expressão “trabalho alemão”, contudo, talvez não evitasse que a cada referência ao sucesso econômico do Vale do Itajaí, os teuto-brasileiros, a nível individual, associassem este fato ao discurso da “laboriosidade germânica”. A normatização não os impedia de interpretar, pensar, reelaborar silenciosamente seus valores e sua identidade. O discurso de Vargas em Blumenau, apesar de elogiar o trabalho dos imigrantes alemães no intuito de argumentar a favor da construção de uma ética do trabalho nacional, talvez ainda soasse aos teuto-brasileiros de Blumenau mais como um elogio à “superioridade do trabalho alemão” .

⁵³ KRZIZANOWSKI, Moacir. **A greve nas indústrias têxteis de Blumenau**. Blumenau, 1992. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Fundação Universidade Regional de Blumenau, p. 35.

O valor dado ao trabalho pelo Estado Novo, apesar de dissociado de adjetivos como “alemão” ou “teuto-brasileiro”, ajudou a alçar o trabalho como um elemento importante da ideologia étnica que, apesar da Nacionalização, conseguiu assim se refazer. A própria representação da cidade, nas décadas seguintes, passou a se pautar sobre o elemento **trabalho** e não mais sobre o costume da maioria dos habitantes de falar alemão.

É importante frisar, entretanto, que o recuo do uso da língua alemã ocorreu principalmente no meio urbano, não tendo deixado de ser, até décadas seguintes, o elemento de destaque da etnicidade teuto-brasileira, até porque, entre outros motivos, houve muitas resistências à Campanha Nacionalizadora. Contudo, é de se concordar que foi a partir daquela campanha que *“(...) a origem alemã se sobressai e se torna a principal referência, pressupondo, por si só, qualidades e atributos ligados às idéias de progresso, eficiência, pioneirismo, disciplina e organização”*⁵⁴. A partir daí, portanto, os elementos **trabalho** e **origem alemã** passam a ganhar maior importância enquanto critérios de estabelecimento da identidade teuto-brasileira e base também para a representação de Blumenau.

Durante a década de 50, depois da derrota alemã na 2^a Guerra Mundial, Blumenau desenvolveu-se como nunca. A própria conjuntura da guerra, como visto anteriormente, favoreceu a indústria têxtil de Blumenau, através da política de substituição das importações. A 2^a Guerra Mundial abriu um espaço ainda maior para a indústria têxtil blumenauense, fazendo-a conquistar também o mercado internacional.

⁵⁴ COELHO, op. cit., p. 117.

Em 1950, 42% do ramo industrial de Blumenau estava concentrado no ramo têxtil. A retração e as inversões produtivas ocorridas no país não se fizeram sentir em Blumenau, devido à elevada dinâmica das indústrias “tradicionais” e ao grau de oligopolização já alcançado pelas mesmas. Tais fatos permitiram que sobrevivessem, e inclusive, substituíssem as empresas eliminadas do mercado nacional⁵⁵. Assim, pelo viés do **trabalho**, forjava-se uma germanização dos moradores de Blumenau.

Conforme Sálvio Müller, os descendentes de alemães incorporaram o espírito que permitiu a união e o desenvolvimento da pátria-mãe de seus pais e avós: “os operários alemães e depois os de Blumenau trabalhavam com uma mentalidade quase fanática de amor à pátria, que lhes dizia que não se constrói uma pátria digna sem a dedicação máxima, a produção no seu limite”⁵⁶. Há que se afirmar, contudo, que ao se espelhar no “milagre” alemão, responsável pela reconstrução e soerguimento da Alemanha após a Segunda Guerra, muitos moradores de Blumenau novamente faziam uso de um discurso desistoricizado. Isto porque, apesar do momento de prosperidade no Vale do Itajaí, este se encontrava em condições diferentes das que a Alemanha de então passava. O “milagre” alemão só foi possível na medida em que aquele país possuía uma economia madura, autonomamente desenvolvida, com tecnologia própria muito avançada, e que recebeu grande afluxo de capital estrangeiro norte-americano no pós-guerra a fim de impedir mudanças estruturais⁵⁷. Desistoricizado ou não, o fato é

⁵⁵ KRZIZANOWSKI, op. cit., p. 20.

⁵⁶ Depois da greve, outra Blumenau. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19.03.1989, p. 45.

⁵⁷ Sobre isto ver SINGER, Paul. Os “milagres” alemão e japonês. In: **A crise do “milagre”**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

que o exemplo da Alemanha e a prosperidade do Vale do Itajaí influenciaram na construção de uma etnicidade alemã pelo viés do trabalho.

Tendo esta representação baseada no “trabalho” se firmado a partir da Campanha Nacionalizadora, foi sobre este elemento que o Projeto Nova Blumenau de 1983 se baseou para representar a cidade durante as enchentes. O governo municipal fez da germanidade um recurso cultural para forjar uma identidade à cidade, através do elemento “trabalho alemão”.

Concluindo, a Campanha de Nacionalização, apesar do choque que causou, não apagou totalmente a memória social dos teuto-brasileiros, construindo uma “memória subterrânea” como uma forma de resistência da população teuto-brasileira. Devido a este processo, inclusive, foi possível nos anos 80 o sucesso da Oktoberfest, momento propício para que a memória viesse à luz do dia e da esfera pública⁵⁸. Devido a esta memória, também foi possível a aceitação do arsenal discursivo do Projeto Nova Blumenau, idealizado um pouco antes da primeira festa, pois ele fazia referência ao “trabalho alemão”, adjetivo “enterrado” à época do Estado Novo devido à “brasilização” do país. Este projeto, como visto, usou a tradição como forma de superar a catástrofe provocada pelas enchentes de 1983, pautando-se sobre “a capacidade de trabalho alemã”.

⁵⁸ FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp**. Letras Contemporâneas, 1997. p. 45.

EPÍLOGO

“Existe um momento na vida dos imperadores que se segue ao orgulho pela imensa amplitude dos territórios que conquistamos, à melancolia e ao alívio de saber que em breve desistiremos de conhecê-los e compreendê-los, uma sensação de vazio que surge ao calar da noite (...)”¹

Eis as linhas mais difíceis de serem escritas. Neste momento, vem uma resistência à “conclusão”, uma sensação de obra inacabada. Contudo, a única certeza que me conforta é a idéia de que o conhecimento só se dá por este movimento, pelo contínuo mal-estar provocado pela não-satisfação.

Apesar disto, é preciso finalizar esta etapa, pois outras com certeza virão. É preciso um ponto para poder se iniciar nova frase...

Penso que muitas discussões feitas neste trabalho foram tão necessárias quanto úteis à problematização da história. Neste momento em que escrevo estas linhas, me vêm às mãos considerações feitas por Cristina Wolff em sua obra², que apontam para deficiências na historiografia catarinense. Entre elas, está a necessidade da análise da questão do “trabalho” no discurso sobre a imigração e as colônias alemãs no Brasil, e da construção do “mito” dos alemães “portadores de civilização e progresso”, temas que procurei abordar nesta dissertação, embora pense que apenas somei mais um ponto nesta árdua tarefa de pesquisar, catalogar, analisar, problematizar, escrever história.

A história de Blumenau, em especial, é um campo riquíssimo e ainda pouco explorado pelos historiadores. Muitos sociólogos, jornalistas, escritores da cidade, e

¹ CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 9.

² WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da Colônia Blumenau – Cotidiano e Trabalho (1850-1900)*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 117.

também aqueles “antiquários” românticos, tão presentes em Blumenau, que tantas memórias publicam, têm tomado para si a função de escrever sobre a história local. Tão pequena é a produção de obras sobre a história da cidade, produzida por historiadores, que, na medida em que escrevia este trabalho, vinha um desejo quase incontrolável de querer abordar muitos aspectos, assuntos, temporalidades, eventos da história local que ainda não foram abordados na perspectiva da história enquanto disciplina acadêmica, mas que, infelizmente, o pouco tempo e a necessidade de “afunilamento” em razão de um projeto pré-estabelecido, impediram-me de realizá-lo.

Procurou-se mostrar como as representações sociais são construídas em resposta a interesses da sua conjuntura espacial e temporal. Ao mesmo tempo em que se constituem a partir de mecanismos que visam instituir uma “verdade”, elas são capazes de produzir subjetividades. A própria etnia teuto-brasileira, compreendida aqui sempre como uma categoria dinâmica, se refaz em meio a discursos que reafirmam a germanidade em Blumenau. A circulação desses discursos não é obra restrita às elites econômicas e políticas. Existem dois movimentos, o impulsionado por interesses de grupos em produzir representações, e o desencadeado pelos que assimilam determinadas “visões de mundo”, até mesmo como estratégia, tática para poder sobreviver no meio em que vivem.

De muita importância foi a realização de uma sondagem por meio de entrevistas, com o objetivo de colher informações “subjetivas” de moradores de Blumenau, sobre o seu cotidiano, as representações que fazem do trabalho e do mercado de trabalho em Blumenau. Estas entrevistas, embora não tenham aparecido no corpo do trabalho, em razão do volume de páginas já escrito, foram importantes para a redefinição da própria

abordagem do tema da dissertação. Através delas pude perceber que a representação social da “Cidade do Trabalho” é uma construção cultural que se faz não somente através dos discursos da elite, mas que se faz no próprio cotidiano dos blumenauenses, em meio a diferentes origens culturais, idades, níveis sócio-econômicos, profissões. Talvez estas entrevistas possam ser utilizadas como fontes para um futuro trabalho meu ou mesmo de quem se dispuser a penetrar no mundo subjetivo de personagens tão diversos, no intuito de compreender a construção e a interiorização de representações sociais. Para tal fim, estas entrevistas estão referenciadas na bibliografia, ao final desta dissertação.

Nestas últimas linhas não se pretende ratificar ou mesmo repetir as considerações e análises já feitas no decorrer da dissertação. Não se quer concluir, no risco de deixar a obra “fechada”. Os interessados que a leiam, e tirem suas próprias “conclusões”, uma vez que a cada um cabe dar um sentido ao que lê. O que era para ser dito, já o foi.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Propaganda da Campanha de Reconstrução de Santa Catarina.....	34
Propaganda da Campanha de Reconstrução de Santa Catarina.....	36
Propaganda da Campanha de Reconstrução de Santa Catarina.....	39
Colônia Blumenau em fins de 1864.....	60
Avenida Beira Rio e Rio Itajaí-Açu durante enchente de 1984.....	69
Rua XV de novembro durante enchente de julho de 1983.....	71
Casa Moellmann durante enchente de 1984 – Rua XV de novembro.....	72
Flagelados catando alimentos no aterro sanitário – enchente de 1983.....	75
Soldados resgatando pessoas durante enchente de 1983.....	77
Logotipo do Projeto Nova Blumenau.....	82
Desfile na rua XV de novembro – visita de Getúlio Vargas em março de 1940..	152
“Marcha” na rua XV de novembro – visita de Getúlio Vargas a Blumenau.....	160

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1. Manuscritas

- Cartas do imigrante Julius Baumgarten, datadas em 10.09.1853 e em 07.12.1855. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Dossiê Família Baumgarten, Correspondência de Julius Baumgarten.
- Cartas de Hermann Blumenau datadas em 21.04.1848 (encaminhada aos seus pais e parentes), 12.12.1853 e 30.04.1856 (encaminhada ao Imperador D. Pedro II). Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Dossiê Família Blumenau.
- Blumenau, unsere "Gartenstadt" unter Wasser. Testemunho datilografado em alemão, acerca da enchente de julho de 1983 (7 p.). Não consta nome do autor, nem data. Tradução de Méri Frotscher. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Coleção Ecologia, Série Enchentes 1983/1984.

2. Impressas

- AMIN, Espiridião. O pequeno esquecido. In: **A vez do pequeno: uma experiência de governo**. Florianópolis: Casa Civil, 1985. p. 125/128.
- _____. O Homem do Contestado. In: **Cadernos da Cultura Catarinense**, Ano 1, julho/setembro, n. 00, IOESC, Florianópolis, 31p.
- ARQUIVO HISTÓRICO "JOSÉ FERREIRA DA SILVA", Blumenau. **Coleção Ecologia – Séries Enchentes de 1983/1984 e Diversos** (contendo relatórios, ofícios, folders, artigos de jornal e outros documentos).
- _____. **Fundo Prefeitura Municipal de Blumenau – Série Projeto Nova Blumenau** (contendo relatórios, ofícios, cartazes, folders da Prefeitura Municipal e outros documentos).
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. **Diários da Assembléia Legislativa** de julho de 1983 a dezembro de 1983, e de agosto de 1984.

- BARBOSA, Vândio Marcelino. **Inundação no sul do Brasil**. Rio do Sul. Impressora Continental. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.
- BARRETO, Aiga Deeke. Enchentes no Vale do Itajaí. In: **Centenário de Blumenau**. Edição da Comissão de Festejos. Blumenau: Tipografia e Livraria Blumenauense, 1950.
- BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **Indicações úteis aos imigrantes para a província de Santa Catarina no sul do Brasil de Dr. Blumenau**. Rudolfstadt: Edição e Distribuição de G. Froebel, 1851. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.
- CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. **Revista de Imigração e Colonização**. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, Ano I, n. 4, out. 1940.
- CPU-IBAM/Lions Clube "Dr. Blumenau". **Blumenau 2000**. Blumenau, 1987. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.
- FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA E FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Contestado**. Rio de Janeiro: Editora Index, 1987.
- Informe Publicitário. **Revista Isto É Senhor**, n. 1120, 13/03/1991.
- KAHLE, Maria. **Deutsches Volkstum in der Welt**. Weimar, Deutschland: Weimarischer Verlag. G.m.b.HI, 1930. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.
- MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Bacia do rio Itajaí: caracterização dos usos e das disponibilidades hídricas**. Departamento Nacional de Águas e Energias, 1984. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO (23° BATALHÃO DE INFANTARIA). **Relato da atuação do 23° BI na grande enchente de 1983**. Blumenau. 02 de maio de 1995. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.
- NOLLI, Aristides; VEGINI, Pedrinho. **Você sabe remar? Uma enchente na sala de visitas – como superar as enchentes**. Florianópolis: Associação Beneficente dos Empregados da Caixa Econômica Federal, 1984. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.
- O país socorre o sul: a enchente do século. **Revista VEJA**, Ed. Abril, n. 776, p. 22/31, 20.07.83.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. **Blumenau na enchente de julho de 1983.**

Blumenau, 1983. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

_____. **Levantamento de custos para recuperação física dos danos provocados pelas enchentes de março/maio/julho/agosto de 1983 no município de Blumenau.** Blumenau. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

_____. **Memorial descritivo de perdas e danos da Fundação “Casa Dr. Blumenau”.** Blumenau, 1983. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

_____. **Nova Blumenau: um compromisso de todos.** Blumenau, agosto de 1983. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

_____. **Relatório informativo – inundações de 20 e 21.05.83.** Blumenau. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

PRIMEIRO CONGRESSO DE BRASILIDADE. **Unidade Étnica.** Comissão de Unidade Étnica (contribuição do prof. Deodato de Moraes), 1940. Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina – Setor Santa Catarina.

Relatórios do Dr. Blumenau. **Blumenau em Cadernos,** Blumenau, 1959 e 1960.

SILVA, Teomar Duarte; BUTZKE, Ivani Cristina. **Enchentes: a solução não cai do céu.** Blumenau: Fundação Água Viva, 1995.

STUTZER, Gustav. **Das Itajahn-Thal und das Municipium Blumenau in Süd-Brasilien – Staat Santa Catarina.** Goslar am Harz: Verlag von Ludwig Koch, 1891. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Jornais:

1 - Jornal Cidade de Blumenau – março de 1940.

2 - Jornal Der Urwaldsbote – março de 1940.

3 - Jornal de Santa Catarina - junho de 1983/setembro de 1984 e os seguintes artigos:

- Enchentes não conseguem destruir sonho. Blumenau, 02.09.97. Suplemento Especial.
- Jovens provam que negócios não têm idade, Blumenau, 24.09.1995. Jornal de Economia.
- O Assunto é... Sprechen Sie deutsch? Blumenau, 06 e 07.07.1997, p. 2B.

- Uma cidade sem identidade. Blumenau, 06.04.97, p. 04.
- 4 - Jornal O Estado - ano de 1983 e o artigo seguinte:
 - Manezinho não é malandro. Florianópolis, 23 e 24.03.1996, p. 23.
- 5 - Jornal A Notícia (1983 e março de 1940)
- 6 - Demais artigos:
 - Depois da greve, outra Blumenau. **O Estado de São Paulo**, 19.03.1989, p. 45.
 - SANTOS, Sílvio Coelho dos. A política da valorização étnica. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06.03.1993, p. 09.
 - SEVCENKO, Nicolau. As guerrilhas da "ocultura". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14.04.1996. Caderno Mais!

3. Fotos

ARQUIVO HISTÓRICO JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Blumenau. Acervo Fotográfico - Pastas "Enchentes 1983/1984" e "Visitas Ilustres – Presidentes Brasil".

4. Homepage:

"Blumenau – A Cidade". Endereço: <http://www.blumenau.com.br/acidade.html>.

5. Fontes Orais:

BARRETO, Antônio Bascherotto (comandante do 23^o BI em 1982 e 1983). **Entrevista realizada por Guenter José Morsch**. Blumenau, abril de 1990. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

REIS, Dalto dos (Prefeito de Blumenau durante as enchentes de 1983 e 1984). **Entrevista realizada pelo jornalista Altair Carlos Pimpão**, durante programa de rádio na Unisul Blumenau, 1994. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

CASTELLAIN, Vera Lúcia. **Entrevista à autora**. Blumenau, 24.02.1997 (Idade: 42 anos).

FIAMONCINI, Venâncio. **Entrevista à autora**. Blumenau, 11.01.1997 (Idade: 56 anos).

FRANZ, Erica. **Entrevista à autora**. Blumenau, 22.01.1997. (Idade: 58 anos).

GONÇALVES, Edmundo Peres. **Entrevista à autora**. Blumenau, 05.02.1997 (Idade: 56 anos).

OLIVEIRA, Luiz Vilson de. **Entrevista à autora**. Blumenau, 06.02.1997 (Idade: 40 anos).

PAMPLONA, Aldo. **Entrevista à autora**. Blumenau, 17.02.1997 (Idade: 64 anos).

SANTOS, Manoel Damásio. **Entrevista à autora**. Blumenau, 04.03.1997 (Idade: 54 anos).

VIEIRA, Mário José. **Entrevista à autora**. Blumenau, 09.01.1997 (Idade: 43 anos).

BIBLIOGRAFIA

Artigos

ADAM, Bárbara. Tempos Modernos: a conexão tecnológica e suas implicações para a teoria social. **Time & Societe**, v. 1(2), 175-191, London, SAGE Publications, 1992.

Tradução de Ari Miguel Teixeira Ott e Maria do Carmo dos Santos Bastos (33 p.)

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 111/120, 1994.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **Revista de História da Unesp**. São Paulo, v. 14, 1995.

Blumenau do passado no livro de Gustav Stutzer. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXVIII, ed. 368, p. 238/247, agosto de 1987.

CASTORIADIS, Cornélius. A criação histórica e a instituição da sociedade.

CORDERO, Ademar. As enchentes de Blumenau de 1992. **Revista de Divulgação Cultural da FURB**, Blumenau, n. 55, maio/ago/1994.

_____. As enchentes do Vale do Itajaí têm solução? **Revista de Divulgação Cultural da FURB**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 29/35, set/out. 1992.

FERNANDES, Aglair M. Bernardo. Ensaio de uma análise das enchentes em Blumenau. **Revista de Divulgação Cultural da FURB**, Blumenau, n. 44, p. 70-80, julho/ago.1990.

- FLORES, Maria Bernardete Ramos; WOLFF, Cristina Scheibe; CZESNAT, Lígia de Oliveira. O grande teatro público: a Oktoberfest. **Revista Catarinense de História**, Blumenau, n. 3, p. 15-27, 1995.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos; SERPA, Élio Cantalício; CAMPIGOTO, José Adilçom; SOUZA, Marcos A. de. Imagem e Pedagogia, da Cruz de Cedro Renasce uma Cidade. **Revista Brasileira de História** (Confrontos e Perspectivas), São Paulo, v. 16, n. 31 e 32, p. 207-224, 1996.
- FRANK, Beate. O tratamento do problema das enchentes na bacia do Itajaí-SC. **Dynamis**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 19-27, set./out. 1992.
- FREITAS, Patrícia de. O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: espaço de saber "qualificado". **Esboços**. Florianópolis, v. 4., n. 4, jun./dez. 1996.
- GERTZ, René. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 29/39.
- HOHENDORFF, Clara Maria von. Natureza e civilização: o eterno desencontro. **Revista de Divulgação Cultural da FURB**, Blumenau, n. 55, p. 43/5, maio/ago. 1994.
- KIEFER, Sabine. Blumenau: um lugar, uma idéia, uma pessoa. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, Tomo XXXVIII, n. 06, p. 20/30, jun. 1997.
- KOPIK, Sílvia. As relações patrão-empregado nas indústrias têxteis de Blumenau. **Revista de Divulgação Cultural da FURB**, Blumenau, n. 44, julho/ago. 1990.
- LAGO, Paulo Fernando. **Gente da terra catarinense**. Florianópolis: Ed. UFSC/FCC/Lunardelli: UDESC, 1988. p. 247/258.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A reunificação: enfim, um país para a Alemanha? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 28, v. 14, p. 101/109, 1994.
- _____. Velhos e novos nacionalismos: Heimat, Vaterland, Gastland. **Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, ano 10, ns. 18 e 19, p. 77-112, jun. e dez./1989.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. Memória e História. **O tempo e o cotidiano na História** – série Idéias, São Paulo, n. 18, p. 9-19, 1993.

- MOSCOVICI, Serge. Sobre Representações Sociais. Tradução do texto *On Social Representations*. In: **Social Cognition. Perspectives on Everyday Understanding**. Edited by Joseph P. Forgas. Academic Press. London.
- MÜLLER, Sálvio Alexandre. Isolamento cultural e formação de personalidade de base: estudo do "caso blumenauense". **Revista de Divulgação Cultural da FURB**, Blumenau, n. 34, p. 25/35, junho/1987.
- NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia. Representações de germanidade, identidade étnica e vitalidade etnolingüística. **Novas Contribuições para a teorização e pesquisa em representações sociais**. Florianópolis, v. 1, n. 10, p. 109-123, set./1996.
- PELUSO JR., Victor Antônio. A identidade catarinense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, n. 5, 1984.
- PEREIRA, Lígia Maria L. Relatos orais em Ciências Sociais: limites e potencial. **Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 109-127, set./dez. 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 19, p. 09/27, 1995.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- SEIXAS NETO, A. As enchentes no Vale do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Dezembro de 1975 e junho de 1976.
- SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 29/39.
- _____. A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 01/33, 20 de out. 1982.
- _____. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos operários. In: Lopes, José Sérgio Leite (coord.). **Cultura e Identidade Operária**. Rio de Janeiro/São Paulo: UFRJ/Marco Zero, 1987. p. 103-120.
- _____. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26, p. 103/122, out. 1994.

- _____. Racismo e identidade nacional: paradoxos e utopias. *Revista Ciência Hoje* (50 anos do fim da Segunda guerra mundial. Do fim do fascismo?), n. 109, p. 42, maio/1995.
- WEBER, Regina. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. P. 105-119.
- WOLFF, Cristina Scheibe; FLORES, Maria Bernardete Ramos. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 209-220.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Catarinense de História**. Florianópolis, n. 2, 1994, p. 05-15.
- THEISS, Ivo marcos. O papel da administração pública no desenvolvimento local: o caso de Blumenau – contribuição ao debate. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, Tomo XXXVIII, n. 06, junho/97. p. 07/17.

Obras

- ACIB 90 anos de memória**. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1989.
- ARENDDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1989.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica/SP.
- AURAS, Marli. **A guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 2ª ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.
- _____. **Poder oligárquico catarinense: da guerra dos “fanáticos” do Contestado à “Opção pelos pequenos”**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BACZKO, Bronislau. Imaginação social. In: **Enciclopédia Eunaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Tomo V, 1985.

- BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Edusp, 1987.
- BRAUN, Horácio. **Blumenau, alles blau**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- _____. **A Fabricação do Rei**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- BUTZKE, Ivani C. **Ocupação de áreas inundáveis em Blumenau (SC)**. Rio Claro (SP), 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.
- CAMPOS, Cynthia Machado. **Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Católica de São Paulo.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARNEIRO, Maria Lúcia Tucci. **O racismo na História do Brasil**.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. São Carlos – SP, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de São Carlos.
- CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Sindicalismo e Estado corporativista: o caso do sindicalismo dos trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem de Blumenau (1941-1950)**. Florianópolis, 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

- DUARTE, Adriano Luiz. **Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.
- DUBY, Georges. **Economia rural e vida no campo**. Lisboa: Edições 70 (Coleção Lugar da História).
- ENCONTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO ORAL (1993: Brasília). **Anais**. Brasília: UnB – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Depto. De Ciência da Informação e Documentação, 1994.
- FALCÃO, Luiz Felipe. **Visões do Trabalho: Dobraduras. A noção de trabalho no discurso das lideranças republicanas: 1880-1900**. Porto Alegre, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FERRAZ, Paulo Malta. **Pequena história da colonização de Blumenau. 1850-1883**. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1976.
- FIOD, Edna Garcia Maciel. **Homens sem paz: escola, trabalho e colonização**. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp**. Letras Contemporâneas, 1997.
- _____. **Teatros da vida, cenários da história: a farra do boi e outras festas na ilha de Santa Catarina**. São Paulo, 1991. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) – PUC/SP.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- _____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FROTSCHER, Méri. **A “Volksverein” e seu projeto político**. Florianópolis, 1995. Monografia (Graduação em História) – UFSC.

- GALLIAN, Dante Marcelo C. **Pedaços de guerra: experiências com história oral de vida tobarrenhos**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GOTO, Roberto. **Malandragem Revisitada**. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- HERING, Maria Luíza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.
- HESÍODO. **O trabalho e os dias**. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- HILLESHEIM, Anselmo Antônio. **O crescimento do mercado interno numa colônia do Império: o caso de Blumenau – 1850-1880**. Florianópolis, 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História - UFSC.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984, capítulo II, p. 12 a 40.
- HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- JENICHEN, Oscar. **Ipiranga 100 anos: 1893-1993**. Florianópolis: Paralelo 27, 1993.
- KLUG, João. **Imigração e luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã de Desterro – Florianópolis**. Florianópolis: Papa-Livro, 1994.
- KLUGER, Urda A. **Verde Vale**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalhador livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- KRZIZANOWSKI, Moacir. **A greve nas indústrias têxteis de Blumenau**. Blumenau, 1992. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Sociais) – Fundação Regional de Blumenau.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

- MACHADO, Vanderlei. **A construção de uma nova ordem: os discursos imigrantistas em Desterro (1850-1880)**. Florianópolis, 1994. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de História.
- MAFFESOLI, Michel. **A Contemplação do Mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed. 1995.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. **Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no sul do Brasil**. Campinas, 1993. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.
- MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 3, julho/setembro de 1965, p. 389/481.
- MATTEDI, Marcos Antônio. **Enchentes em Blumenau: um estudo sobre o comportamento do sistema político no período de 1983-1994**. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC.
- MATTOS, Fernando Marcondes. **Santa Catarina: tempos de angústia e esperança**. Florianópolis: Lunardelli, 1986.
- MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.
- MEURER, Bellini. **Entre flores e manguesais: a construção do real em Joinville**. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – PUC.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.) **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1996.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória. A Cultura Popular Revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.
- MÜLLER, Sálvio Alexandre. **Opressão e Depredação**. Blumenau: Ed. FURB, 1987.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do Ensino: uma contribuição à História da Educação**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

- NODARI, Eunice Suely. **German Emigration to Brazil in the Nineteenth Century: Images and Realities**. Davis – Califórnia, 1992. Mestrado (História) – University Califórnia, Davis.
- NOGUEIRA, Rui Alencar. **Nacionalização do Vale do Itajaí**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.
- OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- PIAZZA, Walter F. **A modernização e as elites emergentes: a contribuição alemã**. Blumenau: Fundação Casa “Dr. Blumenau”, 1982.
- POMPÍLIO, Maria José. **O homem e as inundações na bacia do Itajaí: uma contribuição aos estudos da Geografia do comportamento e da percepção, na linha da percepção ambiental**. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, USP.
- QUEIRÓZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social no Brasil: a guerra sertaneja do Contestado – 1912-1916**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RENK, Arlene Amélia. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Rio de Janeiro, 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da URFJ.
- RENAUX, Maria Luíza. **O outro lado da história: o papel da mulher no vale do Itajaí**. Blumenau: Ed. FURB, 1995.
- REVEL, Jacques. **A Invenção da Sociedade**. Lisboa: Difel, 1989.
- RODRIGUES, Marly. **A década de 80. Brasil: quando a multidão voltou às ruas**. São Paulo, Ática, 1992.

- SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o partido republicano paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SCHREINER, Davi Félix. **A formação de uma cultura do trabalho: cotidiano, trabalho e poder (extremo oeste do Paraná – 1970-1988)**. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFSC.
- SCHWARTZ, Lília Moritz; REIS, Letícia Vidor de Souza. **Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: USP/Estação Ciência, 1996.
- SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1974.
- _____. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 1990.
- _____. **Nacionalismo e Identidade Étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1988.
- _____. **As Enchentes no Vale do Itajaí**. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1975.
- SILVA, Zedar Perfeito da. **O Vale do Itajaí**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura (Serviço de Informação Agrícola), 1954.
- SINGER, Paul. Blumenau. In: **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968. p. 81/140.
- _____. Os “milagres” alemão e japonês. In: **A crise do “milagre”**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SOUTO, Américo Augusto da Costa. **Uma tentativa de história econômica regional: a indústria de Blumenau e a exportação – importação de Santa Catarina (1930-39)**. Florianópolis, 1974. Tese de Livre Docência – UFSC.

- THOMPSON, E. P. **Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial**. In: **Tradición, revuelta y consciência de classe**. 2ª ed. Barcelona: Crítica, 1984. P. 239-293.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VEGINI, Edmundo. **A personalidade histórica de Crispim Mira e a regeneração nacional pela ética germânica do trabalho**. Florianópolis, 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 3ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1995.
- VIDOR, Vilmar. **Indústria e urbanização no nordeste de Santa Catarina**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 7ª ed. São Paulo: Pioneira, 1992.
- WHITROW, G. J. **O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- WOLFF, Cristina Scheibe. **As mulheres na Colônia Blumenau: cotidiano e trabalho (1850-1900)**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LOCAIS PESQUISADOS

- Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Blumenau/SC.
- Biblioteca Martinho da Veiga – FURB – Blumenau/SC.
- Biblioteca Pública de Florianópolis/SC.
- Biblioteca Central da UFSC – Florianópolis/SC.
- Biblioteca da Assembléia Legislativa – Florianópolis/SC.
- Consulado da Alemanha – Blumenau/SC.
- Prefeitura Municipal de Blumenau – Setor de Estatística.